



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

FRANCISCA KATIANE ERNESTO DE MELO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO:
ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SUAS RELAÇÕES
COM OS PRINCÍPIOS DO BEM VIVER NOS MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO DO
NORTE E CRATO (CE).

CRATO

2020

FRANCISCA KATIANE ERNESTO DE MELO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO:
ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM SUAS RELAÇÕES COM
OS PRINCÍPIOS DO BEM VIVER NOS MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO DO
NORTE E CRATO (CE).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Ciências Ambientais.

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza.

CRATO

2020

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação. Universidade Federal do Cariri.
Sistema de Bibliotecas

M528p Melo, Francisca Katiane Ernesto de.
 Políticas públicas de habitação : análise do programa minha casa minha vida em
 suas relações com os princípios do bem viver nos municípios de Juazeiro do Norte e
 Crato (CE) / Francisca Katiane Ernesto de Melo. – 2020.
 94 f. 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Cariri, Mestrado em
Desenvolvimento Regional Sustentável (PRODER), Crato, 2020.

Orientação: Profa. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza.

1. Moradia. 2. Políticas públicas de habitação. 3. Condições socioeconômicas. I.
Título.

CDD 363.5

Bibliotecária: Glacínésia Leal Mendonça
CRB 3/925

FRANCISCA KATIANE ERNESTO DE MELO
POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO:
ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM UMA RELAÇÃO COM O
CONCEITO DE BEM VIVER NOS MUNICÍPIOS DE JUAZEIRO DO NORTE E CRATO-
(CE).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável.

Área de concentração: Ciências Ambientais.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Francisca Laudeci Martins Souza (Orientadora)

Universidade Federal do Cariri (UFCA)



Prof. Dr. Marcelo Martins de Moura Fé

Universidade Regional do Cariri (URCA) / Universidade Federal do Cariri (UFCA)



Prof.^a Dr.^a Silvana Nunes de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

CRATO
2020

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por seu amor incondicional e companheirismo.

Aos meus pais Cícero Ferreira e Anália Ernesto, pessoas simples, de valores e de bom coração. Sempre apoiando não só a mim, mas também aos meus irmãos, ensinando que os estudos abrem portas para o mundo.

Ao meu esposo Pedro Neto, por todo apoio, paciência, incentivo, e acima de tudo, por caminhar comigo durante toda essa trajetória. Acredito que caminhamos de mãos dadas e vivenciamos mais este momento juntos.

Ao meu filho Pedro Miguel por existir na minha vida por ser minha inspiração diária.

Agradeço também á minha Orientadora Laudeci Martins por me acolher dentro de minhas limitações, mostrando que elas não existem, pela sua disponibilidade, competência, amizade e confiança em mim depositada e por mostrar novos caminhos de pesquisa.

Quero agradecer aos meus irmãos Carlos, Carleide e em especial a Socorro por toda a ajuda.

À professora Silvana por toda contribuição, não só nessa pesquisa, mas em minha jornada acadêmica. Ao professor Marcelo pelas contribuições nesse trabalho.

Aos professores do Mestrado pelo aprendizado proporcionado durante o curso.

Aos meus colegas da turma 2018 que se tornaram amigos para a vida, pelas trocas de experiências, momentos únicos vivenciados.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro recebido.

“Mulher tu não és igual
Tu não és regra, ou padrão
Não existe manual
Modelo nem perfeição
Tu és o que quiser ser
Mesmo com tanta opressão
Tu és forte, tu és brava
Uma força que não some
Um amor valente e doce
Um sentimento sem nome”.

- Bráulio Bessa

RESUMO

É notável a preocupação com a questão da habitação no Brasil. Assim, as políticas públicas de habitação originaram-se da necessidade de alternativas sociais que garantam a qualidade de vida do ser humano. O Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV foi lançado em 2009 pelo Governo Federal com o objetivo de garantir moradia popular. As localidades desse programa reúnem principalmente famílias que precisam de oportunidades e de uma convivência melhor em sociedade. os princípios do bem viver se define paraa construção de uma sociedade de convivência em harmonia, baseadas em culturas já existentes. nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo geral analisar o programa minha casa minha vida nos assentamentos dos municípios de juazeiro do norte e crato, estado do ceará apartir dos princípios do bem viver. a pesquisa é de natureza qualitativa, com estudo de caso, a análise descritiva-exploratória serviu para atender o principal objetivo da mesma através da aplicação de questionários. apesar dos beneficiários dos dois conjuntos habitacionais estudados afirmarem que sentem-se seguros em relação á moradia, o trabalho mostrou a necessidade e o desejo de investimentos do governo em direitos de alimentação, água potável, comunicação, educação, moradia, saúde e saneamento básico, direito de todos. Como fator positivo observou-se a boa convivência dos moradores. É notável que em relação ao Bem Viver, o projeto moradia age de forma direta nas condições de vida do indivíduo, se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e favorece o desenvolvimento do ambiente e do usuário.

Palavras-Chave: Comunidade. Moradia. Social.

ABSTRACT

The growing concern with the habitation issue is growing. Thus, public housing policies originated from the need for social alternatives that guarantee the quality of life for human beings. The Minha Casa Minha Vida- PMCMV Program was launched in 2009 by the Federal Government with the aim of guaranteeing affordable housing. The locations of this program bring together mainly families who need opportunities and better coexistence in society. Well Live, is defined as the construction of a society of coexistence in harmony, based on already existing cultures. This work had as general objective to analyze the *Minha Casa, Minha Vida* – PMCMV - in the cities of Juazeiro do Norte and Crato, state of Ceará, Brazil. Qualitative is the nature of this case study. The descriptive-exploratory analysis served to meet the main objective of the research, conducting a survey of the study of primary data in the municipalities, through questionnaires. Although the beneficiaries of the two housing estates studied stated that they feel safe in relation to housing, the work showed the need and the desire for government investments in education, health, among others. It is notable that in relation to good living, the housing project acts directly on the individual's living conditions, as this way favors the development of the environment and the user.

Keywords: Community. Home.Social.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa de localização das cidades de Crato e Juazeiro do Norte, Estado do Ceará. 43
- Figura 2 - Imagem aérea do conjunto habitacional Manoel Raimundo de Santana Filho, em Juazeiro do Norte - CE44
- Figura 3 - Imagem aérea do conjunto habitacional Monsenhor Montenegro, Crato – CE.....45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1 - Unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV no período entre 2009 e 2019.

Erro! Indicador não definido.

Gráfico2 - Unidades habitacionais entregues pelo PMCMV no período entre 2009 e 2019.

Erro! Indicador não definido.

Gráfico3 - Município de nascimento dos beneficiários entrevistados.**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 4–Local Moradia dos pais dos beneficiários de ambos os municípios.**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 5- Condições anteriores de moradia declaradas pelos entrevistados nos municípios de Crato e Juazeiro do Norte, Ceará..... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 6- Motivo de buscar moradia do PMCMV..... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 7- Possui renda fixa. **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 8- Se não fosse o Programa habitacional MCMV você teria condições de comprar outra casa/apartamento/imóvel. **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 9 - Valor da prestação paga pelos beneficiários entrevistados.**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico10 - Aumento dos gastos com água e luz após passarem a habitar no PMCMV... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 11- Acesso à assistência de Agente de Saúde nos residenciais visitados..... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico12 - Nível de satisfação dos condôminos entrevistados com a Vizinhança. **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 13 - Moradores que possuem Carro em Crato e Juazeiro do Norte**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 14 - Moradores que possuem Motocicleta em Crato e Juazeiro do Norte **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico15 -Moradores que possuem bicicleta em Crato e Juazeiro do Norte.**Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 16 - Frequência com que os ônibus passam próximo às residências do PMCMV. **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 17 - Distância entre a moradia e o hospital..... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 18 - Incomodo com o nome do conjunto **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 19 - Prefere outro nome para o conjunto **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 20 - Sensação de segurança no local dos residentes entrevistados. **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 21 - Identificação de Áreas Verdes nos condomínios analisados. **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 22 - Frequência coleta de lixo declarada pelos moradores entrevistados..... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 23 - Identificação de áreas de lazer nos condomínios analisados. **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 24 - Dificuldade para encontrar vaga em escola próxima à residência..... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 25 - Identificação de problemas com violência nos condomínios analisados..... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 26 - Iluminação pública adequada..... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 27 - Identificação das melhorias desejadas pelos moradores em Juazeiro do Norte-CE..... **Erro! Indicador não definido.**

Gráfico 28 - Identificação das melhorias desejadas pelos moradores em Crato - CE..... **Erro! Indicador não definido.**

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEFCaixa	Econômica Federal
FARFundo	de Arrendamento Residencial
FCPFundação	da Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
MCMV	Minha Casa Minha Vida
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
UH	Unidade Habitacional

LISTA DE SÍMBOLOS

% Porcentagem

R\$ Reais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos.....	15
1.2 1.1.1 Objetivo geral.....	15
1.1.2 Objetivos Específicos.....	15
2REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 Política habitacional no Brasil.....	17
2.1.1 O Banco Nacional da Habitação (BNH).....	18
2.1.2 Caixa Econômica Federal (CEF).....	22
2.2 Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).....	23
2.3 O Bem Viver.....	31
3 METODOLOGIA.....	42
3.1 Área de Estudo.....	42
3.2 Métodos de pesquisa.....	45
3.2.1 Natureza da pesquisa.....	45
3.2.2 Instrumento de Coleta de Dados.....	47
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	47
4.1 Perfil Socioeconômico.....	48
4.2 Contexto Territorial.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	79
ANEXO A –QUESTIONÁRIO.....	84

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a questão habitacional é um fator determinante na inclusão ou exclusão social dos sujeitos. Sente-se cada vez mais a necessidade do surgimento de novas formas de organização da sociedade e ações conjuntas.

Nesse cenário, a população menos favorecida economicamente é quem mais sofre, devido aos baixos níveis de renda e, conseqüentemente, menores opções de moradia. Por essas razões, são praticamente obrigadas a ocupar o mercado de habitação informal e, muitas vezes, em áreas de risco, sujeitas às intempéries, como deslizamentos e inundações, tão comuns atualmente (RAMOS; NOIA, 2016).

Diante de tantos fatores predominantes a busca por melhores condições de vida, é notável que o crescimento exacerbado da população urbana interfira de forma direta na qualidade de vida do cidadão. Porém, com o crescimento da população, também houve o aumento de forma significativa dos problemas na sociedade. De tal forma, foi necessário elencar os principais fatores de risco para a qualidade de vida.

O direito à moradia digna, ao trabalho e à saúde de qualidade, constituem fatores cruciais para se viver em sociedade. Como mencionado de forma brilhante na Obra “*O bem viver*” (ACOSTA, 2016). Todas as pessoas têm direito a uma vida digna, que assegure saúde, alimentação e nutrição, água potável, moradia, saneamento básico, educação, trabalho, descanso e ócio, cultura física, vestimenta, seguridade social e outros serviços sociais. Todos estes direitos, para que sejam cumpridos, exigirão ajustes na distribuição da riqueza e da renda, já que não podem ser garantidos apenas com subsídios aos grupos marginalizados.

Ao longo da história, várias foram as dificuldades encontradas no cotidiano dos indivíduos, dentre essas, sobressai-se a forma irregular de moradia, sendo necessária a elaboração de políticas que identifiquem e sejam eficazes nos problemas habitacionais. Por meio disto, vale destacar a Política Nacional de Habitação, que tem papel crucial na criação de medidas para melhoria da qualidade de vida.

Assim, as políticas públicas habitacionais originaram-se da necessidade de se criar alternativas sociais que garantam ao ser humano um ambiente em que possa morar efetivamente ou por certo período de tempo.

Para que tal avanço acontecesse, foi necessário que, em 2009, o governo federal, em parcerias com os estados e municípios, criasse o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), com o intuito de permitir o acesso à moradia à parte da população mais pobre,

que não dispunha de meios próprios para alcançar o sonho da casa própria. O PMCMV é voltado para população de renda mais baixa, concedendo expressivos subsídios, principalmente para a faixa de 0 a 3 salários mínimos. Imóveis, antes inacessíveis a esta faixa de renda familiar, podem ser adquiridos com subsídios que representam até 88% do valor do imóvel (AKAMINE, 2012).

O Programa tem como principal objetivo a redução do déficit habitacional, que visa criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, além da requalificação de imóveis urbanos e à produção ou à reforma de habitações rurais para famílias com renda mensal de até dez salários mínimos. Tal iniciativa foi de grande benefício, pois o governo buscou garantir acesso da população de baixa renda à casa própria e influenciar o crescimento econômico com a geração de empregos (FERREIRA, 2019).

As ideias de Acosta (2016) corroboram de forma significativa com a Política Nacional de Habitação e com o PMCMV, pois o autor busca focar no indivíduo como um todo, como um ser que precisa que seu meio ambiente, o local ao qual está inserido, esteja em harmonia com a natureza, o bem-estar, o direito à moradia digna, à saúde e à educação, fatores que influenciam de forma direta no seu desenvolvimento humano.

Um dos principais pontos do Programa Minha Casa Minha Casa é que ele consegue fornecer uma solução à um problema histórico e de difícil solução para os programas de habitação. Fornece aos mais pobres o acesso à casa própria. A democratização das políticas públicas representa um caminho promissor para a construção de um desenvolvimento que seja sustentável e de promoção do Bem Viver. Assim, qual a relação do PMCMV nos municípios de Juazeiro do Norte e Crato, com os princípios do bem viver?

Apesar de ser um tema tão importante e tão estudado nas grandes cidades, pouco se conhece e se apresentam os estudos que avaliam a PMCMV nos municípios estudadas. Sendo assim, sente-se a necessidade de avaliação do PMCMV implantado nos municípios de Crato e Juazeiro do Norte, bem como o perfil da população neles residente, tendo como finalidade de estabelecer relações entre as características físicas e a satisfação dos moradores. Compreendendo a eficiência e eficácia social desse programa nos municípios, no viés das políticas públicas de habitação e do Bem Viver. Um estudo com esse objetivo pode oferecer subsídios ao Governo Federal para verificar se suas políticas de habitação que visam melhorar o bem-estar dos beneficiários estão funcionando adequadamente.

E, no caminho da busca coletiva por alternativas múltiplas, não se pode ignorar os grandes desafios globais. É notável que, apesar de tantos avanços, ainda há muito que se desenvolver na busca por melhores condições de moradia, no fornecimento de benefícios para

a população. Na obra de Acosta (2016) foca-se diretamente nesse ponto de vista, na necessidade da população e na integralidade do ser humano. A busca por compreender o outro, as suas atitudes e a completa desvalorização do ser social, são algumas das ideias apresentadas por ele. É de fundamental importância que a PMCMV tenha uma efetivação correta, pois assim facilitará no processo de satisfação social.

O trabalho dividiu-se em quatro capítulos. São eles: introdução, referencial teórico, metodologia, resultados e discussão. Foram abordados no referencial teórico um estudo sobre a questão habitacional no Brasil, no que diz respeito às políticas públicas de habitação; um aprofundamento sobre o PMCMV e um terceiro tópico esclarecendo os contenciosos do Bem Viver.

1.1 Objetivos

1.2 1.1.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é relacionar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) nos assentamentos dos municípios de Juazeiro do Norte e Crato (CE) com os princípios do Bem Viver.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Discutir a relação entre os conceitos de políticas públicas de habitação e os princípios de Bem Viver;
- Caracterizar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e apresentar o conceito de bem viver;
- Analisar as características socioeconômicas dos beneficiários do programa, nos municípios de Juazeiro do Norte e Crato, e suas aproximações e distanciamentos com os princípios do Bem Viver.

2REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de moradia vai além de possuir uma casa para morar, não significa necessariamente ser proprietário. Moradia diz respeito às condições dignas de vida que ofereçam saídas ao indivíduo de cultura, de lazer e promovam o bem-estar social e a garantia de suas liberdades fundamentais.

Para Marra e Gonçalves (2011), o direito à moradia vai além de um “teto”, ele deve incluir a satisfação de condições existenciais básicas necessárias à concretização de outros direitos fundamentais, como acesso a emprego, educação, mobilidade urbana e saúde.

Conforme Silva (2006), o direito à moradia significa habitar num local com condições suficientes para preservar a integridade do ser humano em toda sua completude.

De acordo com Sales (2018), é dever do Estado fornecer instrumentos que efetivem o direito à moradia na maior medida possível. A concessão de uso especial para fins de moradia consiste num instrumento de política pública que visa proporcionar à população de baixa renda a concretização do direito à moradia, a fim de permitir que a verdadeira democracia seja atingida através do instrumento posto à disposição do direito das coisas em prol da dignidade da pessoa humana.

Como afirma o poeta: “Nessas condições, se nos perguntassem qual o benefício mais precioso da casa, diríamos: a casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz” (BACHELARD, 1978, p.201).

No entanto, a habitação no Brasil passa por dificuldades há um grande período. O sistema das Capitâneas Hereditárias, que vigorou entre os anos de 1534 e 1536, deixou marcas profundas na divisão de terras do Brasil. A distribuição de terras, injusta e desigual foi responsável pela criação posterior dos latifúndios, centralizando nas mãos de poucos, o que muitos desejavam (NOGUEIRA, 2010).

Nas últimas décadas do século XX, o espaço nacional passou por transformações profundas associadas às desigualdades sociais. Neste contexto, a crescente urbanização aliada à escassez de investimentos necessários, resultou, juntamente com o crescimento das cidades, na ampliação dos assentamentos habitacionais precários (MONTEIRO; VERAS, 2017)

Todo esse processo resultou em mudanças na estrutura urbana das cidades e em transformações no modo de morar da população, pois essas pessoas chegavam à metrópole, muitas vezes, entravam de forma precária e mal remunerada nas atividades produtivas e, na maioria das vezes, resolviam os problemas de moradia através da autoconstrução, ou seja, habitações, em geral, informais, com situação precária e autoconstruídas em etapas, que

atualmente configuram as favelas e os loteamentos irregulares ou passavam a habitar cortiços (ROSENO; REZENDE, 2017).

No Brasil, historicamente, os governos que até aqui atuaram vieram de maneira significativa a interferir de forma direta no problema, com diferentes medidas, incluindo a Lei do Inquilinato e a Fundação Casa Popular, implantadas em 1942 e 1946 respectivamente, sendo pouco efetivas na eliminação do déficit de residências no Brasil (ANDRADE, 2012).

De acordo com Andrade (2012), no ano de 1964, ocorreu a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que trouxe maior disponibilidade de recursos para o financiamento habitacional escolhendo o extinto Banco Nacional da Habitação e posteriormente a Caixa Econômica Federal como seu gestor operacional. No entanto, esta medida também não conseguiu garantir o acesso efetivo a população de baixa renda.

Foi no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2009, que se deu início ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), diante de um problema de grandes dimensões, cujas tentativas de solução anteriores tiveram insucessos totais ou parciais, com o objetivo de reduzir em 14% o déficit de moradias (ANDRADE, 2012).

De acordo com Santos *et al.* (2014), ao discutir sobre o significado da ação do Estado no atual contexto de crise e de redemocratização, deve-se recolocar o debate sobre a possibilidade de haver políticas públicas autônomas, ou seja, desvinculadas de interesses de grupos, de classes ou segmentos de classes, o que requer o retorno à macro teoria, às teorias da sociedade e do Estado, uma vez que a aludida possibilidade de autonomia encontra-se determinada pelas complexas relações entre estado e sociedade em uma sociedade de classes e, nesse caso específico, na periferia do sistema capitalista.

Sendo assim, a complexa e contraditória relação da teoria com as suas condições sociais e políticas de produção, entre conhecimento e interesse, ao passo que, em tempos de absoluta hegemonia capitalista trata-se, quase que sempre, de refletir sobre as condições necessárias à reprodução do sistema e não exatamente questionar seus pressupostos ou fundamentos (SANTOS *et al.*, 2014). Necessidade de políticas públicas de habitação, onde a ideia foi se desenvolvendo com o passar do tempo.

2.1 Política habitacional no Brasil

Foi no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que se iniciou as primeiras políticas públicas de produção de moradia, com a criação dos Institutos de

Aposentadoria e Pensão (IAPs), órgãos vinculados as diversas categorias profissionais, sendo que cada uma delas contava com seus distintos institutos bancos (LIMA; ZANARITO, 2014).

Conforme Nogueira (2010), como uma das primeiras ações destinadas a habitação, o governo criou a Fundação da Casa Popular (FCP), no ano de 1946, para financiamento de habitações. Porém, devido à inflação, o financiamento não deu certo. A FCP foi extinta em 1964 e no mesmo ano foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), representando o marco fundamental da intervenção do governo brasileiro no setor habitacional, diante das grandes carências habitacionais das camadas populacionais de baixa renda no país (NOGUEIRA, 2010).

Novamente, a política não contemplou as classes mais pobres. Assim, o governo militar decidiu por construir uma instituição que operasse sobre suas próprias bases, fundando então o Banco Nacional de Habitação. Como principal agente de operação do SFH, foi criado, pela mesma lei, o Banco Nacional da Habitação (BNH).

De acordo com as ideias apresentadas por Ferreira *et al.* (2019), esperava-se que a política habitacional tomasse o caminho estabelecido para sua execução, que infelizmente não ocorreu, diante disso demonstra-se a dificuldade de a matéria entrar com vinculação orçamentária por meio de Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Essas iniciativas deram impulso a criação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que tinha o objetivo de aquecer a economia e enfrentar a crise financeira mundial e para assegurar um ganho político de curto prazo, para a coalizão político-partidária do governo, que visava à continuidade de sua administração (FERREIRA *et al.*, 2019). Mas para isso foi preciso que o Governo Federal articulasse políticas que permitissem que o processo tramitasse em regime de urgência e que a lei fosse aprovada com celeridade.

2.1.1 O Banco Nacional da Habitação (BNH)

Bonduki e Koury (2010) afirmam que os Institutos de Aposentadoria e Pensões, Fundação da Casa Popular e Departamento de Habitação Popular da Prefeitura do Distrito Federal nas décadas de 40 e 50 evidenciaram pela primeira vez no Brasil a noção de que os problemas de habitação eram uma questão de política pública social, a ser enfrentada com novos conceitos urbanísticos e processos construtivos.

Na segunda metade da década de 50, as ações do governo estiveram totalmente voltadas para estimular a industrialização do país e construir Brasília, nesse sentido, os IAP's e a FCP contribuíram para a construção demoradiase, dessa forma, nenhuma iniciativa foi tomada na formulação de uma política habitacional de alcance nacional (BONDUKI; KOURY, 2010).

A criação do BNH surgiu da necessidade de juntar a aquisição da casa própria com a necessidade socioeconômica da época. Podem-se distinguir três fases na história do BNH. O primeiro momento ocorreu entre 1964 a 1967, quando o banco investia os seus poucos recursos na sua estruturação física, constituído com um capital de um bilhão de cruzeiros antigos, previstos pela arrecadação compulsória de 1% da folha dos salários sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) do país (VALADARES, 2017).

Conforme Valadares (2017), a segunda fase foi de 1967 a 1971, sendo caracterizada pela atuação como banco de primeira linha e pela entrada efetiva na área dos financiamentos habitacionais. De acordo com o mesmo autor, foi nesta fase que o BNH passou a gestor financeiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que era constituído por 8% dos salários pagos mensalmente pelo empregador e depositado em nome de cada empregado em conta vinculada bancária, com remuneração de juros e correção monetária, representou uma alternativa ao antigo regime da CLT. Como gestor do FGTS, responsável pela aplicação dos depósitos e devolução dos mesmos, o BNH passou a dispor de uma magnitude de recursos que o tornaram, em 1969, o segundo banco do país (VALADARES, 2017).

Em 1971, inaugurou-se a terceira fase do BNH, marcada por uma reestruturação que o promoveu de autarquia à empresa pública, levando-o a transformar-se em banco de segunda linha e a assumir em escala crescente o papel de agente do desenvolvimento urbano do país, desde que passou a financiar a infraestrutura urbana e que seus investimentos habitacionais passaram a direcionar a expansão das periferias das cidades (VALADARES, 2017).

O Banco Nacional da Habitação (BNH), instituído no dia 27 de agosto de 1964 (Lei Federal 4.380), surgiu como alternativa para o regime “revolucionário”, que se via na obrigação de criar projetos com capacidade de adquirir e manter o apoio das massas populares, contrabalançando a situação de pressões psicológicas e a política de contenção salarial estabelecida (MEDEIROS, 2010). Porém, somente a partir 1964, a Política Nacional de Habitação consolida-se como área de intervenção estatal pela produção de unidades em larga escala.

OBNH tinha a função de fiscalizar, regulamentar e prestar assistência aos demais agentes que faziam parte do sistema, e as Caixas Econômicas, as Sociedades de Crédito Imobiliário e as Associações de Poupança e Empréstimo formavam os agentes de ponta do sistema, tendo em vista que o BNH ocorria como agente repassador dos recursos (OLIVEIRA, 2015).

Ademais, conforme Valadares (2017), a sua transformação em banco de segunda linha procedeu em grande parte das críticas a que se viu exposto e das “represálias” dos adquirentes de casa própria (atraso de pagamentos, abandono ou depredação dos imóveis). Os recursos passaram a ser repassados diretamente aos agentes, que receberam os direitos de processar os mutuários inadimplentes e recalculam a dívida para a revenda de imóveis, isentando o BNH de qualquer relação direta com os mutuários do sistema (VALADARES, 2017).

Como resultado da criação do BNH, o regime militar tinha como objetivo se reconhecer com as classes trabalhadoras, repassando uma imagem de sensibilidade perante as suas necessidades, pois acreditava-se que com a efetivação abundante dos programas habitacionais, os demais setores da economia também seriam beneficiados, uma vez que ao aumentar os investimentos no setor de construção civil, o número de empregos se elevaria, assim como os investimentos em poupanças privadas (MOURA; SOARES, 2001).

O BNH se tornou principal órgão da política habitacional do país:

A trajetória do SFH e do BNH não foi linear e pode ser dividida em três fases. A primeira delas, de 1964 a 1969, foi a de implantação e expansão do BNH e das COHABs, com um considerável financiamento de moradias para o “mercado popular” (40% dos investimentos), convergindo com o objetivo do governo de se legitimar junto às massas. A segunda fase, de 1970 a 1974, consistiu em um esvaziamento e uma crise do SFH, sobretudo devido à perda do dinamismo das COHABs, que se tornavam financeiramente frágeis devido à inadimplência causada, principalmente, pela perda do poder de compra do salário mínimo, situação que atingia seus principais mutuários, oriundos das camadas pobres...a terceira fase do SFH (1975 a 1980), caracterizada pela reestruturação e pelo revigoreamento das COHABs, com aumento do número de moradias produzidas, a grande maioria destinada à classe média (MOTA, 2014, p. 5).

Assim, a solução encontrada por famílias mais pobres eram as favelas e lotes clandestinos, a partir daí, o governo começou a criar alternativas que compensassem as COHABs. Com a criação do Sistema Financeiro da Habitação, tornou-se o Banco Nacional da Habitação (BNH) a primeira instituição que, até sua extinção em 1986, teve alcance nacional para instituir uma política habitacional (OLIVEIRA, 2015).

Na década de 1980 a crise financeira compromete mais gravemente os investimentos do SFH, culminando na extinção do BNH em 1986, que transfere para a Caixa Econômica Federal suas funções. Entre 1964 e 1986 (ano de sua extinção), o SNH financiou cerca de quatro milhões de moradias, número bastante expressivo para a realidade do país. Porém, os investimentos atingiram predominantemente a classe média emergente, alijando da política de financiamento da casa própria os trabalhadores que recebiam menos de um salário mínimo. Do total de moradias produzidas, 35% foram destinadas ao “mercado popular”, com comprometimento de apenas 13% de todos os recursos investidos pelo BNH (MOTA, 2014, p. 6).

A imprescindibilidade de atrelar o acesso à aquisição da casa própria não se resultava do intuito político e ideológico. As dificuldades econômicas dessa decisão foram de extrema importância no percurso do BNH, foi na ideologia da casa própria que o BNH encontrou o incentivo para a produção de moradia (MEDEIROS, 2010).

Apesar de se perder o foco da sua principal função, o BNH foi muito importante, junto ao capital de habitação do país. Logo, com a extinção do BNH houve uma queda drástica nos recursos destinados à habitação. Após a exclusão do BNH, suas funções passaram a ser gerenciadas pela Caixa Econômica Federal.

Balbim *et al.* (2015) afirmam que, ultimamente, a política habitacional no Brasil, vem se estruturando de maneira bastante robusta, superando em volume a outra grande experiência de apoio à produção habitacional estabelecida, que foi o BNH nos anos 60, 70 e meados de 1980. Contudo, deve-se admitir que este esforço ainda não é o suficiente para cobrir todos os grupos sociais e realidades urbanas existentes no país, deixando um enorme número de famílias à margem da política habitacional, resultando no ônus excessivo e na coabitação para solucionar as suas necessidades de moradia (BALBIM *et al.*, 2015).

Andrade (2012) conta que, após ser extinto e substituído pela Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional da Habitação cumpriu parcialmente com as suas metas, sinalizando em definitivo a preocupação oficial perante o problema do déficit habitacional brasileiro. Ao incorporar tal instituição, a Caixa Econômica Federal foi denominada o agente operador da habitação e responsável pelos recursos do FGTS, cabendo ao Banco Central do Brasil a regulamentação e fiscalização do Sistema Financeiro da Habitação e de todas as aplicações em poupança (ANDRADE, 2012).

Observa-se um lapso de políticas públicas de incentivo à redução do déficit habitacional durante o governo do presidente Collor (1990 – 1992) sendo retomadas somente após o seu *impeachment* e a posterior posse de Itamar Franco (1992 – 1994). Este último, embora não tenha colaborado com o financiamento de um número elevado de residências, foi o responsável pela implantação de programas governamentais de habitação que estruturaram

as futuras investidas tanto de Fernando Henrique Cardoso quanto do ex-presidente Lula e o seu Programa Minha Casa Minha Vida.

Alguns fatores foram preponderantes para a extinção do BNH, por meio do Decreto-Lei Nº 2291 de 21 de novembro de 1986, durante o Governo Sarney, como os reajustes das prestações dos financiamentos acima dos reajustes salariais, no qual o combate à inflação se tornou a principal agenda do governo (ZAPELINI, 2017). Durante o governo Collor, a inflação continuou a ser a grande preocupação da política econômica, mas houve a retomada das operações de financiamento por meio dos recursos do FGTS, tendo sido contratadas 860.000 unidades habitacionais entre 1990 e 1991 (GONÇALVES, 1997).

Entretanto, deve-se observar que grande parte das novas unidades obedecia a finalidades políticas, bem como o fato de que cerca de 50.000 unidades não terem sido comercializadas, e outras sequer concluídas (GONÇALVES, 1997). Ainda no Governo Collor, foi criado o Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH), com o objetivo de construir 200.000 novas habitações em seis meses, não atingindo, porém, as suas metas (NOAL; JANCZURA, 2011).

2.1.2 Caixa Econômica Federal (CEF)

Integrante do Sistema Financeiro Nacional e auxiliar da execução da política de crédito do governo federal, a Caixa Econômica Federal(CEF) é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, com atuação em todo o território nacional (CAIXA, 2019).

A Caixa, ao longo de seus quase 150 anos, é a instituição pública de maior referência para os segmentos sociais menos privilegiados e mais numerosos no Brasil. É a instituição oficial na disponibilização do crédito imobiliário e a instituição oficial que administra vários fundos e programas sociais federais do governo brasileiro (SANTOS, 2011). A caixa administra o FGTS, principal fundo de atendimento de setores de habitação e saneamento básico.

Cabe à CEFa gestão dos fundos utilizados na implementação de políticas públicas de habitação, subsidiados e financiados pelos recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), diretamente ligados com Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).Como ressalta por Eduardo Bueno:

Com a introdução do Sistema Financeiro da Habitação, em 1964, a Caixa Econômica passou a ser um dos agentes do financiamento da moradia no Brasil. Por ocasião da extinção do banco (BNH), a Caixa tornou-se o principal agente do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), administradora do FGTS e de outros fundos do SFH e condutora de programas de habitação de interesse social, de saneamento e de apoio ao desenvolvimento urbano (BUENO, 2002, p.217).

Outra função da Caixa Econômica Federal é realizar o exame mensal dos empreendimentos, como forma de fiscalização da evolução física para a correta liberação dos recursos ao construtor, o chamado Apoio à Produção, por meio das medições feitas pelo quadro de engenheiros da instituição bancária e pelo seu relatório (ANDRADE, 2012).

Vale destacar o período de 2011 a 2014, que foi marcado por melhorias incrementais no Programa Minha Casa, Minha Vida, o Ministério das Cidades, da Caixa Econômica Federal e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), buscaram intervir na concepção de regras da política habitacional, relativas à segunda fase do PMCMV, justificado pela prevalência das crenças que caracterizaram uma coalizão urbanocrata (FERREIRA, 2019). Tais mudanças institucionais foram melhorias pontuais que não impactaram no escopo do programa e não alteraram os benefícios concedidos ao setor privado na condução da política pública (FERREIRA, 2017).

A coalizão urbanocrata distingue-se da coalizão desenvolvimentista tradicional devido às preocupações com aspectos de sustentabilidade ambiental e com a qualidade de vida da população residente nas cidades brasileiras, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.424, de 2011 (FERREIRA *et al.*, 2019).

Para que haja o financiamento da caixa, é necessário que seja feita uma análise das entrevistas realizadas. De acordo com Andrade (2012), devido ao grande volume de unidades a serem financiadas, a Caixa esbarrou em gargalos operacionais que provocaram lentidão nas contratações das unidades, nos repasses dos valores dos financiamentos aos produtores e aos construtores.

A melhoria do fluxo operacional de responsabilidade da CEF é vital para o bom andamento do programa, pois uma vez que os contratos não são assinados com agilidade, os custos de produção, incluindo custos de mão de obra, aumentam e não necessariamente são repassados aos preços devido aos valores máximos do programa (ANDRADE, 2012).

2.2 Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

De acordo com Cavalcanti e Ronsard(2019), tendo em vista a crise econômica mundial de 2008, que afetou o crescimento econômico brasileiro, e visando à eleição que se aproximava em 2010, o governo optou pela adoção de políticas com respostas de curto prazo para promover o aquecimento da economia, incluindo a manutenção do crédito, o atendimento aos setores mais atingidos pela recessão e a sustentação dos investimentos públicos, sobretudo, na área de infraestrutura.

Diante da ideia já apresentada, Ferreira *et al.* (2019) ressaltam o objetivo do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que é de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento às famílias com renda de até dez salários mínimos. O governo federal lançou o PMCMV e anunciou a construção de um milhão de casas, com investimento de R\$ 34 bilhões, oferecendo um subsídio proporcional à renda das famílias, buscando impactar a economia por meio de efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção (FERREIRA *et al.*, 2019).

Segundo Moreira Neto e Schussel (2012), a problemática habitacional nas cidades brasileiras tem sido objeto de um número significativo de estudos, em que se identifica uma profunda evolução nos princípios e formas de efetivação das políticas habitacionais no Brasil desde a década de 1970. De um modelo padronizado isento de preocupações urbanísticas e sociais apresentando no período do BNH, passando por um processo de implosão nos anos de 1980 e reconstrução conceitual na década de 1990, se estrutura em bases conceituais inovadoras a partir dos anos 2000 (MOREIRA NETO; SCHUSSEL, 2012).

Como sociedade, o direito à moradia é fator inicial para que se possa usufruir o direito à cidade. Apesar do direito à moradia ter sido prescrito em normas internacionais e em normas internas ao ordenamento jurídico brasileiro, essa elevada produção normativa não impediu o crescimento do déficit habitacional, que atinge índices muito elevados, tornando o que deveria ser de livre acesso em um acesso restrito (ZACCARA; MASTRODI,2016).

Lançado em 2009, pelo Governo Federal, o Programa Minha Casa Minha Vida é um grande “pacote” habitacional que objetiva, dentre outras coisas, o financiamento de habitação popular, que pode ser comparado com as políticas do extinto BNH (SILVA; TOURINHO, 2015).

Conforme Marques e Rodrigues (2013) podem-se observar duas fases distintas no Programa Minha Casa Minha Vida: a primeira, estabelecida em 2009, por meio da Lei nº 11.977/2009, e a segunda em 2011, com a Lei nº 12.424/2011. Além desses dois instrumentos legais, o programa é regido por diversas portarias interministeriais e decretos presidenciais, que em cada uma das duas fases do programa objetivava-se construir um milhão de moradias

para famílias com renda inferior a 10 salários mínimos mensais (MARQUES; RODRIGUES, 2013)

Conforme dados oficiais da Caixa Econômica Federal, os números contratados durante o MCMV I foram de 1.005.128 em todo Brasil, em que dados públicos de 2012 divulgados pela CEF sobre o estágio das obras, apresentam que somente 25% dos imóveis viabilizados pelo MCMV1 foram entregues, 44% foram concluídos mas não entregues e 31% ainda estavam em obras (ANDRADE, 2012).

Na análise realizada por Andrade (2012), a primeira fase do programa habitacional, com início em 2009, obteve resultados aparentemente satisfatórios, com a meta de contratação alcançada ou superada em doze Estados da Federação. “A meta global do governo de contratação de um milhão de unidades habitacionais foi superada atendendo dentro de certos desvios as proporções por faixa de renda, cidade e região geográfica” (ANDRADE, 2012).

Em 2011, na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (2011 – 2016) teve início a segunda fase do Programa Minha Casa Minha Vida, com duração prevista de três anos. Nessa fase, ocorreram mudanças visando reajustar as faixas de renda elegíveis, aumentar o número total de unidades residenciais a serem contratadas, melhorar a qualidade das moradias e promover o maior interesse das grandes empresas em atuar no escopo do programa (ANDRADE, 2012).

Conforme Andrade (2012), recursos dirigidos ao MCMV II foram ampliados somando o montante de 125 bilhões de reais, dos quais 72 bilhões de reais foram orientados aos subsídios e 53 bilhões de reais para os financiamentos.

Em conformidade com Moreira *et al*, (2017), o PMCMV foi subdividido em três faixas, no período entre 2009-2016: A Faixa 1 abrange as famílias consideradas de interesse social (com rendimento familiar mensal de até três salários mínimos), subdividida pelas modalidades:

- (a) Fundo de Arrendamento Residencial (PMCMV/FAR), para municípios com população superior a 50 mil habitantes;
- (b) MCMV-Entidades, para famílias organizadas em cooperativas, associações e/ou demais entidades privadas sem fins lucrativos;
- (c) Oferta Pública de Recursos (PMCMV/OPR), que atua em municípios com população de até 50 mil habitantes; e o PMCMV/Rural, direcionado à produção ou reforma de imóveis residenciais localizados em áreas rurais.

As Faixas 2 e 3 compreendem as operações realizadas diretamente com o mercado imobiliário, tendo o acompanhamento da instituição financeira responsável pela gestão do PMCMV, sendo que a fonte de recursos para ambas advém do FGTS, o principal diferenciador o rendimento familiar, que pode abranger famílias com renda mensal de três a dez salários mínimos (MOREIRA *et al.* 2017).

O PMCMV é considerado pelo Governo Federal como o maior programa habitacional já lançado no Brasil, considerando a excelente aceitação do PMCMV pela iniciativa privada (OLIVEIRA, 2015).

O PMCMV se constituiu em um importante impulso à implementação do PlanHab, alinhando os conceitos e ações do plano, na medida em que: (i) aumenta significativamente os recursos governamentais destinados à área habitacional; (ii) prioriza o atendimento às famílias de mais baixa renda; (iii) propõe a diferenciação de tratamento dos grupos de famílias conforme a renda; (iv) estabelece um marco para a consolidação de uma política de subsídios integrados a financiamento; (v) institui um marco regulatório para regularização fundiária de áreas ocupadas; (vi) reduz as taxas de juros para financiamento habitacional; (vii) articula investimentos de fontes de recursos e esferas de governo; e (viii) cria estímulos à expansão do mercado privado para a população de baixa renda (BRASIL, 2010 p.56).

Apesar de ser criado como medida de planejamento de desenvolvimento para fazer frente à crise econômica, o PMCMV representou uma política social de grande sucessão, que proporcionou a criação de empregos e de investimentos no setor da construção civil (CARVALHO; STEPHAN, 2016).

Na primeira fase do Programa, que corresponde aos anos de 2009 e 2010, foram contratadas 1,005 milhão de moradias. Já na segunda fase, que começou em 2011, foram contratadas 2,385 milhões de unidades. Os dados referentes ao programa em julho de 2013 eram da ordem de 3.012.848 unidades contratadas e, até julho de 2014, o Governo Federal havia entregue 1,7 milhão de moradias, beneficiando 6,4 milhões de pessoas e totalizando um investimento de R\$361,6 bilhões, 1 dos quais 60% voltaram-se para a menor faixa de renda, o que indica o direcionamento do programa para a população de menor poder aquisitivo (CARVALHO; STEPHAN, 2016, p. 286).

A fase II do PMCMV, iniciada em 2011, definiu como meta a construção de mais 2 milhões de unidades habitacionais, sendo 1,2 milhão de unidades destinadas à Faixa 1, 600 mil unidades para a faixa 2 e 200 mil unidades para a faixa 3 (SAPORINO, 2015).

A principal alteração do programa se refere à faixa de população atendida por ele. Segundo a cartilha da Caixa Econômica Federal (2019), há quatro faixas de renda contempladas pelo PMCMV:

- Faixa 1: Famílias com renda de até R\$ 1.800,00:

- Faixa 1,5: Famílias com renda de até R\$ 2.600,00, onde o beneficiário pode adquirir um imóvel cujo financiado com taxas de juros de apenas 5% ao ano e até 30 anos para pagar e subsídios de até 47,5 mil reais.
- Faixa 2: Famílias com renda de até R\$ 4.000,00:
- Faixa 3: Famílias com renda de até R\$ 7.000,00:

Para Marques e Rodrigues (2013), a principal inovação do programa foi o apoio às famílias mais pobres, fornecendo elevado subsídio para as famílias entre 0 e 3 salários mínimos mensais de renda familiar, moderado subsídio para famílias entre 3 e 6 salários mínimos e ausência de subsídio para as famílias entre 6 e 10 salários mínimos de renda. Sendo que os três tipos de subsídio (elevado, médio e ausente) têm acesso ao Fundo Garantidor da Habitação (FGHab), o qual viabiliza um sistema de compensação no caso de instabilidade de renda dos beneficiários (MARQUES; RODRIGUES, 2013).

Para famílias com renda bruta de até R\$ 7.000,00, o Programa Minha Casa Minha Vida oferece taxas de juros diferenciadas em relação ao mercado para você conquistar uma casa própria.

Segundo a cartilha do programa, para se cadastrar no MCMV, da CEF o interessado deve apresentar os seguintes documentos:

- Carteira de identidade (RG);
- Cadastro de pessoa física (CPF);
- Comprovante de renda dos últimos seis meses;
- Extrato recente do **FGTS** (onde também se pode fazer o cadastro com o **FGTS**);
- Declaração anual do imposto de renda (Pessoa Física);
- Cópia da Carteira de Trabalho;
- Comprovante do estado civil;
- Comprovante de despesas: (aluguel, luz, água);

Na proposta do PMCMV, de acordo com Saporito (2015), tanto a iniciativa privada como a pública são os responsáveis pela a implantação do Programa. A iniciativa privada atuaria como agente executor das obras e a CEF atuaria como agente financeiro, redistribuindo os recursos tanto à população quanto à iniciativa privada, enquanto que o Poder Público deveria atuar no programa nas três esferas governamentais: federal, estadual e municipal (SAPORITO, 2015).

Segundo Zaccara e Mastrodi (2016), a realidade social e as políticas públicas vigentes não conferem à moradia o caráter de direito fundamental autônomo, pois, o direito à moradia tem sido assegurado apenas quando se garante a preservação do direito à propriedade, pois é o que confere ao titular potencial para proteger a coisa contra quem quer que seja. Dessa forma, o beneficiário do programa apenas terá a posse real do imóvel após cumprir todas as exigências previstas no contrato, incluindo a quitação do financiamento.

Conforme os autores supracitados, PMCMV não confere moradias senão pela entrega de propriedade imobiliária, onde não há segurança jurídica da posse ou da moradia de modo desvinculado do direito à propriedade. A promoção de moradias não pode se dar de modo estanque da produção do espaço urbano, visto que planejar a cidade e promover habitação são políticas de inclusão social que devem se dar de modo integrado (ZACCARA; MASTRODI, 2016).

Segundo Santos *et al.* (2014), quando se trata do debate sobre o significado do acesso à moradia, através do PMCMV, nos remete à luta política entre interesses privados e coletivos; aos direitos coletivos positivados, mas não concretizados; ao conflito social que envolve a apropriação e uso da terra urbana por segmentos da indústria da construção civil e mercado imobiliário; e à demanda da população situada nas menores faixas de renda.

Em tese, esses conflitos são mediados pelo Estado, que até o século passado não tinha como prioridade o financiamento de programas habitacionais voltados para os "pobres" (SANTOS *et al.*, 2014). Esses conflitos, historicamente, carregam uma disputa de força entre classes, dominação, legitimação e processos de construção de hegemonia no capitalismo tardio e periférico (SANTOS *et al.*, 2014).

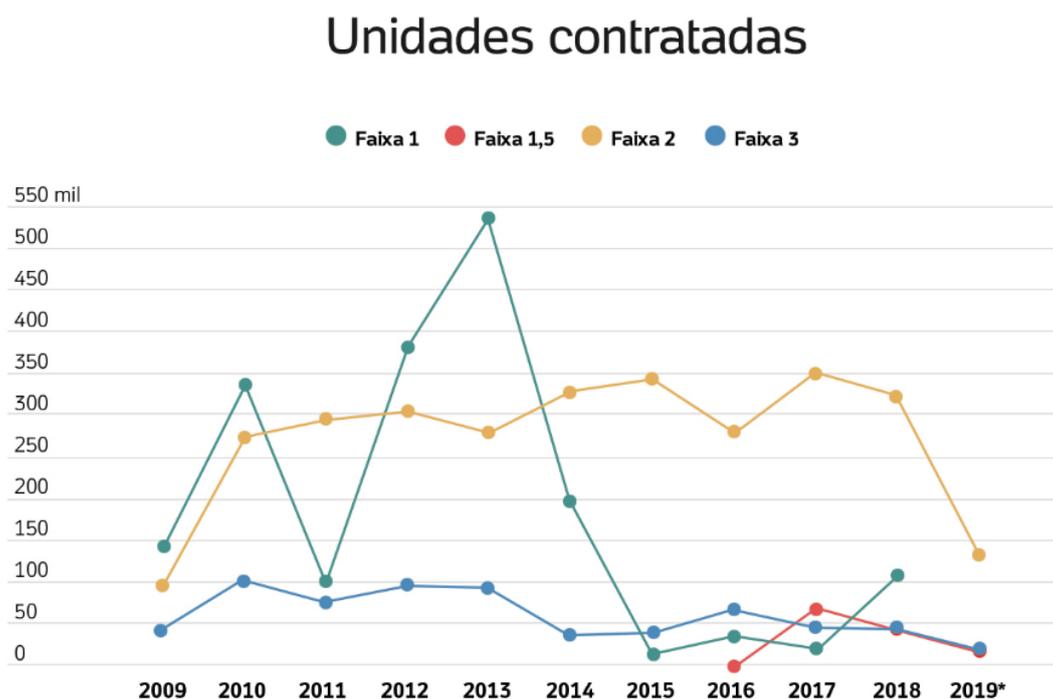
Rufino (2015) afirma que o Programa tem assegurado a lógica de unificação, com o alcance dos municípios distantes, assegurando maiores rendimentos ao setor privado pela adequação de terras mais baratas, de forma que sujeita as famílias de menor renda a morarem em regiões mais distantes dos empregos, do comércio, dos serviços, dos equipamentos públicos e a se deslocarem cotidianamente por longos períodos e longas distâncias.

Em relação às regiões do país, a região Nordeste é a que mais contratou unidades habitacionais para população de interesse social, é a região do país que possui a maior proporção de déficit habitacional concentrada na população de baixa renda (com cerca de 75%), público-alvo desta específica Faixa (MOREIRA *et al.*, 2017).

No Ceará, até o ano de 2015, foram contratadas 85.157 unidades habitacionais pelo Programa, estas, 82,64% são dedicadas à faixa 1, do total de 85.157, 66,19% foi contratado para a Região Metropolitana de Fortaleza, enquanto que as cidades médias e

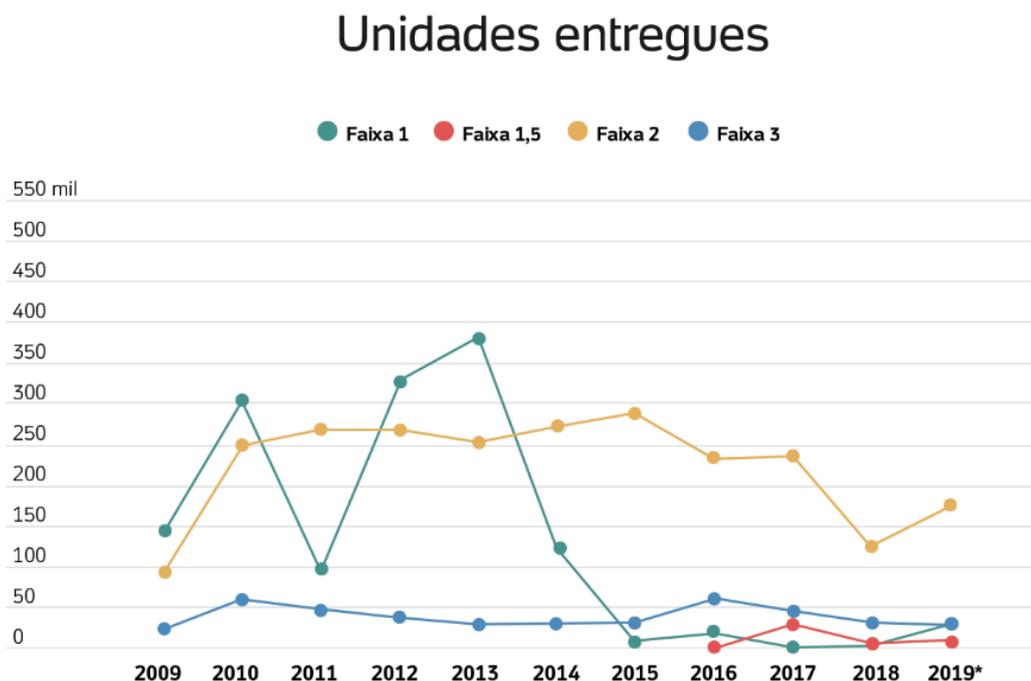
centros regionais receberam uma percentagem de 16,48% do total, o que é razoável, considerando que o défice dessas cidades representa quase 19% do défice total do estado (MARQUES, 2017). De 2009 a 2019, foram fechados contratos para construção de 5,7 milhões de unidades, sendo 4,3 milhões de unidades entregues (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 - Unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV no período entre 2009 e 2019.



Fonte: Antunes (2019).

Gráfico2 - Unidades habitacionais entregues pelo PMCMV no período entre 2009 e 2019.



Fonte: Antunes (2019).

Diante de tudo até relatado, Santos *et al.* (2014) destacaram-se por expor que o problema da moradia no Brasil não resulta da falta de planejamento ou de leis, considerando que o país tem uma das melhores legislações do mundo relativas à questão urbana. O que esses autores constatarem é que, apesar dos avanços no processo de democratização da sociedade brasileira nos últimos vinte anos e da institucionalização de instrumentos de gestão voltados à ampliação do acesso à terra e à moradia, a radicalização dos processos de mercantilização da terra urbana agrava a situação da população, que se insere de forma precária no contexto das sociedades globalizadas.

Santos *et al.* (2014) enfatizam que estudos recentes indicam que a efetividade de uma política habitacional depende da possibilidade de inserção social e produtiva, uma vez que, para os moradores das ocupações, não basta ter a casa, para mantê-la é preciso ter trabalho. Dessa forma, a implantação de uma política habitacional que não se contraponha à lógica capitalista de valorização especulativa do solo urbano; que não atue no combate à periferização; nem promova a regularização fundiária e segurança da posse, nem estimule o trabalho, tem pouca efetividade (SANTOS *et al.*, 2014).

Santos *et al.* (2014) cita que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) não se constitui em exemplo de intervenção autônoma do Estado, beneficiando, sobretudo,

segmentos econômicos estratégicos no projeto de desenvolvimento e pacto de poder que têm na terra urbana seu objeto de acumulação. Segundo o mesmo autor, a forma com que o PMCMV atende a população situada nas menores faixas de renda é precária e tem base em uma ferramenta estratégica de poder, qualificada como neodesenvolvimentismo, que agrega elementos da tradição keynesiana e do neoliberalismo em crise.

Na visão do autor supracitado, a conquista da moradia corre o risco de tornar-se um pesadelo aos beneficiários, dada a dificuldade de arcar com os custos da moradia (a mensalidade, o Imposto Territorial Urbano - IPTU, a taxa de condomínio, as contas de água, luz e esgoto); a precariedade do acesso aos serviços de educação, saúde e transporte e pela ausência de programas de inserção produtiva, capazes de estimular a geração de emprego e renda à população que, historicamente, encontra-se inserida na "informalidade" e nas "franjas" do sistema capitalista.

2.3 O Bem Viver

O Bem Viver é definido como a oportunidade para construir uma nova sociedade, sustentada em uma convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza, considerando o conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo (TORTOSA, 2011). Ele é um princípio que depende da forma como lidamos uns com os outros cotidianamente, é uma oportunidade de autocuidado e de cultivo do equilíbrio da mente.

O conceito de bem viver é de muita relevância, pois revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento, criticando a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelúquia que rege a vida de grande parte da humanidade, perversamente, e que jamais será alcançado (ACOSTA, 2016).

O Bem Viver – enquanto filosofia de vida – é um projeto libertador e tolerante, sem preconceitos nem dogmas. Um projeto que, ao haver somado inúmeras histórias de luta, resistência e propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências existentes em muitas partes do planeta, coloca-se como ponto de partida para construir democraticamente sociedades democráticas (ACOSTA, 2016, p.29).

É difícil explicar, com palavras, uma noção tão ampla e complexa como o Bem Viver, que abrange e é cercada de muitas dimensões e significados, onde pode-se dizer que

ele expressa, ao mesmo tempo, memória e horizonte e por um lado, memória pré-colonial e tradicional do mundo andino (BONIM; BONILHA, 2016).

A sociedade de consumo vislumbra o que poderia ser erroneamente confundido com o Bem Viver, como se ele fosse a contribuição direta do poder de compra de produtos ou serviços que, até então, se julgavam de fundamental importância para satisfazer as necessidades dos indivíduos (SAMPAIO, 2017).

Na construção do “bem-viver”, existem dois eixos importantes, que são: o “Bem Viver” para todos, que quer dizer, o combate contra uma sociedade de classes e privilégios, e o “Bem-Viver” para sempre, que é o “bem-viver” com memória histórica, o bem-viver não apenas dos sobreviventes e vencedores, mas o Bem Viver que dá voz e escuta aos vividos (SUESS, 2014).

O bem viver não guarda relação de sinonímia com os conceitos de “bem-estar” e “qualidade de vida”, que permeiam a cultura ocidental e pressupõem o alcance de níveis satisfatórios de bem estar para a continuidade da vida do ser humano, sendo as outras formas de vida um meio para que se alcance esse fim. Essa perspectiva utilitarista e reducionista não condiz com a proteção de uma realidade digna para todas as formas de vida; tal objetivo, contudo, é contemplado por essa perspectiva culturalmente diferenciada dos povos indígenas, relacionada ao bem viver (RODRIGUES; RODRIGUES, 2015, p.218).

Assim o conceito de bem viver está ligado com o de Desenvolvimento. Porém, a concepção andina de Bem Viver em nada se relaciona àquelas noções ocidentais e modernas, não corresponde, por exemplo, à lógica do viver melhor (LACERDA; FEITOSA, 2015).

O Bem Viver é um processo em construção e reconstrução que encerra processos histórico-sociais de povos permanentemente marginalizados. Esta proposta não pode ser vista só como uma alternativa ao desenvolvimento economicista. Tampouco é um simples convite a retroceder no tempo e reencontrar-se com um mundo idílico, inexistente por definição. E não pode transformar-se em uma sorte de religião com seu catecismo, seus manuais e seus comissários políticos (ACOSTA, 2016, p.73).

O autor afirma ainda que:

Sua preocupação central, portanto, não é acumular para então viver melhor. Do que se trata é de viver bem aqui e agora, sem colocar em risco a vida das próximas gerações. Para consegui-lo, há que se desmontar os privilégios existentes e as enormes brechas entre os que têm tudo e os que não têm nada. Isso exige distribuir e redistribuir agora a riqueza e a renda para começar a sentar as bases de uma sociedade mais justa e equitativa, ou seja, mais livre e igualitária. Caso contrário, não há como sustentar a sobrevivência ou a reconstrução ou a própria construção das comunidades (ACOSTA, 2016, p.84).

No que faz ligação com o programa é importante destacar que para se percorrer diferentes caminhos é preciso superar os objetivos de desenvolvimento. O Bem Viver se constituiu em uma proposta e uma oportunidade para pensar outra realidade na qual os seres humanos formam parte de um todo mais harmônico com a natureza e com os outros seres humanos, com alteridade (CUADRA, 2015 *apud* ALCANTARA, SAMPAIO,2017).

Sendo assim, o Bem Viver está relacionado à vida das pessoas. O que se obtém por meio da educação, das relações familiares, trabalho, hábitos e ambiente (ALCANTARA; SAMPAIO,2017). Quanto se remete ao PMCMV e o Bem Viver, as políticas públicas, embora haja investimentos na infraestrutura, são raramente voltadas para a valorização e preservação da cultura e tradições, o que é de extrema necessidade.

O Bem Viver, mais do que condição material, socioeducacional e de saúde, como anteriormente referenciado, é um estado de particularidade com a felicidade, no qual vigoram padrões culturais distintos, nos quais desfrutar um copo de vinho pode possuir definição moralmente aceitável ou inaceitável (SAMPAIO, 2017).

A obra “O Bem Viver”, apresenta críticas ao que chamamos de desenvolvimento, por ser uma civilização de desigualdade e devastação. Que esquece suas origens, menospreza o menos favorecido, supervaloriza o ter e sempre encontra brechas que separam ricos e pobres.

O Bem Viver questiona o conceito eurocêntrico de bem-estar. É uma proposta de luta que enfrenta a colonialidade do poder. Sem minimizar a contribuição indígena, temos de aceitar que as visões andinas e amazônicas não são a única fonte inspiradora do Bem Viver. Em diversos espaços no mundo – e inclusive em círculos da cultura ocidental – há muito tempo têm se levantado diversas vozes que poderiam estar de alguma maneira em sintonia com essa visão, como os ecologistas, as feministas, os cooperativistas, os marxistas e os humanistas (ACOSTA,2016, p.34).

Conforme Acosta (2016), o Bem Viver surge de visões utópicas, que estão presentes de diversas maneiras na realidade atual e se nutre da imperiosa necessidade de impulsionar uma vida harmônica entre os seres humanos e deles com a Natureza. Infelizmente, o atual modelo de desenvolvimento é devastador, tem no crescimento econômico o insustentável paradigma da Modernidade, não podendo continuar dominando, sendo necessário superar a ideia de progresso como permanente acumulação de bens materiais.

O Bem Viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que

deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis (ACOSTA,2016, p.40).

Nesse modelo, os países pobres são vistos como países subdesenvolvidos ou até mesmo “países atrasados”, visão usada para promover uma subordinação e submissão generalizada dos países mais pobres aos dominantes, aceitando adotando um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para que possam sair do “atraso” e cheguem ao “desenvolvimento” (ACOSTA,2016).

Apesar de antiquado, o desenvolvimento possui forte influência ao longo do tempo. Cujas duração e solidez dependerá da ação política para assumir o desafio. Sendo fundamental a matriz do próprio capitalismo e o surgimento de alternativas para superá-lo.

Vários foram os avanços tecnológicos e inúmeras vantagens obtidas por meio dele, elementos positivos da ciência e da tecnologia, se compreender o que representam como elementos fundacionais das ideias ainda dominantes de progresso e civilização, ideias essas que contribuem para o que se conhece por desenvolvimento. Como tudo há um lado negativo, o seu é visto de forma direta nos efeitos de um maior aquecimento da atmosfera ou da deterioração da camada de ozônio, da perda de fontes de água doce, da erosão da biodiversidade agrícola e silvestre, da degradação de solos ou da acelerada desaparecimento dos espaços de vida das populações tradicionais. Pois junto com o desenvolvimento de uma sociedade veio o acúmulo exacerbado de bens materiais de difícil deterioração, provocando tais catástrofes na natureza e dificultando o bem estar do ser humano que precisa dela para a manutenção da vida.

Devido ao fracasso da teoria global do desenvolvimento começou-se a repensar as suas ferramentas e seus indicadores, mas não seu conceito, em uma desenfreada corrida por oferecer ao processo um marco conceitual que permitisse sua realização. Quando se refere ao conceito de “desenvolvimento humano”, que está baseado principalmente nas ideias do economista indiano Amartya Sen, proposto nos anos 1990. Possibilitou a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, que abriu as portas à construção de indicadores de diversa índole orientados a ampliar as leituras do desenvolvimento. Apegado à proposta de Sen, o IDH busca medir o desenvolvimento de uma maneira mais complexa, entendendo-o como um processo de ampliação de oportunidades e capacidades das pessoas – e não apenas como um aumento da utilidade e da satisfação econômica. Não se contabiliza apenas o crescimento, mas também outros elementos dignos de valorização: saúde, educação, igualdade social, preservação da natureza, igualdade de gênero etc.

[...] “desenvolvimento sustentável”, entendido como aquele que permite satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras, para que elas, assim, tenham condições de atender a suas próprias necessidades. Este conceito desatou intensos debates, preparando o terreno para alguns indicadores e mecanismos de medição da sustentabilidade: débil, forte e, ultimamente, superforte.(ACOSTA,2016,p.61)

Na procura para revitalizar o “desenvolvimento”, propõe uma forma alternativa não monetária de medir pobreza e bem-estar, baseada em capacidades básicas indispensáveis para a sobrevivência e a dignidade das pessoas. Para calcular o índice é feita a média de três indicadores: mortalidade de crianças menores de cinco anos; saúde reprodutiva ou materno-infantil, que se mede pelo número de partos atendidos pelo pessoal especializado; e educação, que se mede com uma combinação da matrícula no ensino primário, a proporção de crianças que chegam à quinta série e a taxa de alfabetização de adultos. O desenvolvimento começou a repensar suas ferramentas e seus indicadores, mas não seu conceito. Apesar de muitos esforços para sustentar o conceito de desenvolvimento não renderam os frutos esperados.

Além de não superar a teoria do progresso em suas raízes coloniais, as posturas neoliberais naufragaram. Então, redobrou-se a busca de alternativas como reação ao reducionismo de mercado. Apesar desses esforços de mudança e reajustes, no início do século 21 o esgotamento do desenvolvimento convence os convencidos, mas é interessante observar que o índice mostra uma tendência à deterioração em muitos países desde 1970, justamente muitos daqueles que mostram cifras crescentes de PIB.

[...] críticas e construções alternativas, os povos indígenas ganharam protagonismo. Suas ideias incluem questionamentos práticos e conceituais ao desenvolvimento. Mesmo tendo sido invisibilizados, marginalizados ou abertamente combatidos, seus valores, experiências e práticas atravessaram toda a Conquista, a Colônia e a República. E continuam presentes, com força renovada(ACOSTA,2016, p.65)

Após consolidação dos questionamentos e as alternativas ecologistas, muitas delas em linha com a visão das harmonias com a natureza que caracteriza o Bem Viver e a boa relação de grupos indígenas que mantêm relações harmoniosas com a natureza dentro de suas comunidades. A utopia andina e amazônica se manifesta no discurso indígena, em seus projetos políticos e em suas práticas sociais e culturais, inclusive econômicas. Sendo necessário reconhecer as contribuições dos diferentes grupos sociais, mas que conferem um peso específico fundamental à singularidade cultural destes grupos sociais periféricos e marginalizados pela Modernidade. Desta forma, quando se fala do Bem Viver, propomos, primeiramente, uma reconstrução utópica do futuro a partir da visão andina e amazônica. No

entanto, esta aproximação não pode ser excludente ou produzir visões dogmáticas. Contemplando, implicando a necessariamente e incorporando outros discursos e outras propostas provenientes de diversas regiões do planeta espiritualmente aparentadas em sua luta por uma transformação civilizatória.

Apesar de não sintetizar nenhuma proposta totalmente elaborada, O Bem Viver não pretende assumir o papel de um imperativo global, como sucedeu com o desenvolvimento em meados do século 20. Porém, O Bem Viver é um caminho que deve ser imaginado para ser construído, uma tarefa de (re)construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo, em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos, representando uma oportunidade para construir coletivamente novas formas de vida.

O Bem Viver, enquanto soma de práticas de resistência ao colonialismo e às suas sequelas, é ainda um modo de vida em várias comunidades indígenas que não foram totalmente absorvidas pela Modernidade capitalista ou que resolveram manter-se à margem dela.(ACOSTA,2016, p.70)

Segundo Stephanou, M. (2006),o sujeito se constitui na articulação complexa de discursos e práticas, que podem ser pedagógicos, médicos, terapêuticos, entre outros, historicamente engendrados, que instauram modos de conhecimento sobre si. Além do que, a verdade do sujeito não lhe é tão-somente imposta de fora; o sujeito contribui ativamente, desde si, na produção de uma verdade sobre si mesmo. Com o passar dos anos, o termo Bem Viver passou a ser mencionado em diversas publicações e veículos de comunicação como sinônimo de vida saudável.

Alguns estudiosos apontam no Bem Viver uma natureza polissêmica, ou seja, passível de diferentes concepções. Possuía a ideia de respeito à diversidade, o que leva ao conceito de interculturalidade. Aceitar e respeitar a diferença significa também aceitar a semelhança. A relação intercultural é a ferramenta que garante a equidade cultural, possibilitando os processos dialógicos para a construção de consensos. Para solucionar os conflitos se procura chegar a consensos. Procura-se aprofundar a democracia para que não haja submissão (LACERDA;FEITOSA, 2015).

O autor aborda a concepção do Bem Viver não como bem-estar material, mas como utopia que emerge dos saberes ancestrais indígenas, especialmente através de determinados princípios da cosmovisão andina. Além de não se tratar da reprodução ou cópia do modelo andino, mas de “ideia força” nele inspirada, e de projeto em construção. Um

conceito aberto que poderá ser sempre ressignificado, acrescido e atualizado, mas nunca instrumentalizado por concepções vinculadas à modernidade-colonialidade. Trata-se de alternativa concreta ao modelo neoliberal que submete a natureza aos interesses do capital, legítima a dominação dos países “centrais”, do “Norte” Bem Viver(LACERDA;FEITOSA, 2015).

O Bem Viver propõe uma mudança de paradigma a partir de uma ruptura epistemológica com o pensamento ocidental hegemônico. Diferentemente do capitalismo que impõe o capital como centro referencial e do socialismo que coloca o ser humano no centro, ele tem como referência central a vida de todos os seres do Planeta, onde a espécie humana é compreendida como parte da natureza, assim como as demais espécies(LACERDA; FEITOSA, 2015,p.20).

Alcantara e Sampaio (2017)mencionam o “Bem Comum da Humanidade” referindo-se à produção e à reprodução da vida e serve de referência ou de parâmetro fundamental para a organização social humana e para a relação com a natureza. Trata-se de uma significação mais ampla que de “bens comuns” (*commons*), que são indispensáveis para satisfazer as necessidades da vida coletiva e pessoal, fortemente desmanteladas pelo neoliberalismo. Nesse sentido, a discussão em torno do Bem Viver aponta a inviabilidade de se continuar reverenciando o atual modo de produção e consumo, concebido como um dispositivo legítimo de crescimento baseado na acumulação de bens materiais. Além do mais, a riqueza não consiste em ter e acumular a maior quantidade de bens possíveis, mas em lograr um equilíbrio entre as necessidades fundamentais da humanidade e os recursos disponíveis para satisfazê-las.

Acosta (2016) deixa claro queo Bem Viver integra também diferentes visões humanistas e anti-utilitaristas provenientes de outras latitudes. Enquanto cultura da vida, com diversos nomes e variedades, tem sido conhecido e praticado em distintos períodos e em diferentes regiões da Mãe Terra. Neste esforço coletivo por construir um quebra-cabeças de elementos sustentadores de novas formas de organizar a vida, poderíamos recuperar inclusive alguns elementos da “vida boa” de Aristóteles – embora o filósofo grego também possa ser considerado um dos pilares da questionada civilização ocidental.

O Bem Viver transcende o valor instrumental da qualidade de vida, formado por símbolos, significados e sentidos coletivos que não pertencem unicamente a alguém, mas por uma comunidade. Portanto, a concepção do Bem Viver enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza(ALCANTARA; SAMPAIO,2017, p.248).

Diante disto é que se reconhece a diversidade de povos e suas estruturas, rompe-se com os velhos estados-nação dos setores privados-capitalistas como estruturas únicas, abrindo possibilidades para deixar para trás o extrativismo desenfreado e dar maior peso aos modelos cooperativos e comunitários, que harmonizem as necessidades da população à conservação da vida, diversidade biológica e equilíbrio de todos os sistemas de vida (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

Os conceitos de Bem Vivervão além do “viver melhor”, que supõe uma opção de progresso material ilimitado. “Viver melhor” nos motiva a uma competição permanente com nossos semelhantes para produzir mais e mais, em um processo de acumulação material sem fim. Esse “viver melhor” incentiva a disputa, não a harmonia. Recordemos que, para que alguns possam “viver melhor”, milhões de pessoas tiveram e têm de “viver mal”. Não se trata simplesmente de um novo processo de exponencial e contínua acumulação material, mas a “civilização do viver melhor” trata-se de construir uma sociedade solidária e sustentável, com instituições que assegurem a vida.

A falta de compreensão e aceitação das verdadeiras raízes de muitos países latino-americanos talvez explique a existência de Estados (quase) fracassados ou nações que simplesmente não conseguem amadurecer. O problema surge por jamais terem assumido e incorporado seus povos e nacionalidades. A plurinacionalidade não dissolve os Estados, mas exige espaços de autogoverno e autodeterminação. Isso, obviamente, traz implícito um difícil choque com quem defende a tese do Estado-nação tradicional. (ACOSTA, 2016, p.151).

De acordo com o Paradigma indígena originário, o Viver Bem não pode ser equiparado ao desenvolvimento, já que o desenvolvimento é inapropriado e altamente perigoso se aplicado nas sociedades indígenas, tal como é concebido no mundo ocidental. A introdução do desenvolvimento entre os povos indígenas aniquila lentamente nossa filosofia própria do Viver Bem, pois desintegra a vida comunal e cultural de nossas comunidades ao liquidar as bases tanto da subsistência como de nossas capacidades e conhecimentos para nós mesmos satisfazermos nossas necessidades (GUDYNAS,2011).

O Bem Viver pode, num futuro próximo, marcar presença em vários textos constituintes, desde que sua proposta tenha o poder de efetivamente propor um futuro distinto, com a filosofia e a essência do Bem Viver, com seus conceitos, experiências, e, sobretudo, práticas oriundas dos povos tradicionais (SILVA, 2019, p. 61).

Gudynas (2011) defineo Bem-Viver como uma plataforma onde se compartilham diversos elementos com uma perspectiva de futuro; possui um horizonte utópico de mudança, aspecto que está presente na perspectiva andina contemporânea. Sánchez Parga (2009) indica

que no Equador o *SumakKawaay* “não é alheio a um passado recente, que nada tem a ver com a tradição” e, menos ainda, com as pessoas que desejam “poder fazer sua vida”, sem deixá-las à mercê de fatores que lhes são alheios e hostis.

Num contexto onde o “moderno” significa abolir culturas, tradições e passados coletivos, esta postura tem mais a ver com projeto futuro do que com reivindicação tradicional.

A adoção do modelo do Bem Viver requer uma profunda mudança de consciência, do modo de do ser humano perceber e compreender a vida e nela conduzir-se, a qual demanda a demolição de velhas estruturas, para que, em seu lugar, se reconstrua uma nova civilização, pautada no valor central da vida em vez de “endeusar-se” a economia, como vem sendo feito ainda hoje em dia (MORAES, 2013).

Para Moraes (2013), há um grande dilema entre os direitos de Pachamama (da natureza) e os direitos humanos, somados ao grande desafio de nosso tempo de articular e compatibilizar as macropolíticas ambientais com as macropolíticas minimizadoras das desigualdades sociais e regionais, sobretudo nos países menos desenvolvidos do Hemisfério Sul.

Para Acosta (2016) é preciso reelaborar a questão do crescimento econômico para libertar-se das limitações que podem provocar uma derrocada socioambiental mundial de consequências imprevisíveis. O autor completa que, com o devido reconhecimento e a valorização de outros saberes e práticas, e com a reinterpretação social da Natureza a partir de imaginários culturais, como o Bem Viver, se poderá construir uma nova racionalidade social, política, econômica e cultural indispensável para a transformação.

Na concepção teórica de David Choquehuanca Céspedes onde ele explica em uma entrevista ao jornal *LaRazon* no dia 31/01/2010 os detalhes desta proposta, colocando a natureza e a vida como principais pressupostos do bem viver. Segundo chanceler (2010):

Priorizar a vida

Viver Bem é buscar a vivência em comunidade, onde todos os integrantes se preocupam com todos. O mais importante não é o ser humano (como afirma o socialismo) nem o dinheiro (como postula o capitalismo), mas a vida. Pretende-se buscar uma vida mais simples. Que seja o caminho da harmonia com a natureza e a vida, com o objetivo de salvar o planeta e dar a prioridade à humanidade.

Obter acordos consensuados

Viver Bem é buscar o consenso entre todos, o que implica que mesmo que as pessoas tenham diferenças, na hora de dialogar se chegue a um ponto de neutralidade em que todas coincidam e não se provoquem conflitos. “Não somos contra a democracia, mas o que faremos é aprofundá-la, porque nela existe também a palavra submissão e submeter o próximo não é viver bem”, esclareceu o chanceler David Choquehuanca.

Respeitar as diferenças

Viver Bem é respeitar o outro, saber escutar todo aquele que deseja falar, sem discriminação ou qualquer tipo de submissão. Não se postula a tolerância, mas o respeito, já que, mesmo que cada cultura ou região tenha uma forma diferente de pensar, para viver bem e em harmonia é necessário respeitar essas diferenças. Esta doutrina inclui todos os seres que habitam o planeta, como os animais e as plantas.

Viver em complementaridade

Viver Bem é priorizar a complementaridade, que postula que todos os seres que vivem no planeta se complementam uns com os outros. Nas comunidades, a criança se complementa com o avô, o homem com a mulher, etc. Um exemplo colocado pelo Chanceler especifica que o homem não deve matar as plantas, porque elas complementam a sua existência e ajudam para que sobreviva.

Manter equilíbrio com a natureza

Viver Bem é levar uma vida equilibrada com todos os seres dentro de uma comunidade. Assim como a democracia, a justiça também é considerada excludente, de acordo com o chanceler David Choquehuanca, porque só leva em conta as pessoas dentro de uma comunidade e não o que é mais importante: a vida e a harmonia do ser humano com a natureza. É por isso que Viver Bem aspira a ter uma sociedade com equidade e sem exclusão.

Defender a identidade

Viver Bem é valorizar e recuperar a identidade. Dentro do novo modelo, a identidade dos povos é muito mais importante do que a dignidade. A identidade implica em desfrutar plenamente de uma vida baseada em valores que resistiram mais de 500 anos (desde a conquista espanhola) e que foram legados pelas famílias e comunidades que viveram em harmonia com a natureza e o cosmos.

Aceitar as diferenças

Viver Bem é respeitar as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no mesmo planeta. Ultrapassa o conceito da diversidade. “Não há unidade na diversidade, mas é semelhança e diferença, porque quando se fala de diversidade só se fala de pessoas”, diz o Chanceler. Esta colocação se traduz em que os seres semelhantes ou diferentes jamais devem se ofender.

Priorizar direitos cósmicos

Viver Bem é dar prioridade aos direitos cósmicos antes que aos Direitos Humanos. Quando o Governo fala de mudança climática, também se refere aos direitos cósmicos, garante o Ministro das Relações Exteriores. “Por isso, o Presidente (Evo Morales) diz que vai ser mais importante falar sobre os direitos da Mãe Terra do que falar sobre os direitos humanos”.

Saber comer

Viver Bem é saber alimentar-se, saber combinar os alimentos adequados a partir das estações do ano (alimentos de acordo com a época). O ministro das Relações Exteriores, David Choquehuanca, explica que esta consigna deve se reger com base na prática dos ancestrais que se alimentam com um determinado produto durante toda a estação. Comenta que alimentar-se bem garante boa saúde.

Saber beber

Viver Bem é saber beber álcool com moderação. Nas comunidades indígenas cada festa tem um significado e o álcool está presente na celebração, mas é consumido sem exageros ou ofender alguém. “Temos que saber beber; em nossas comunidades tínhamos verdadeiras festas que estavam relacionadas com as estações do ano. Não é ir a uma cantina e se envenenar com cerveja e matar os neurônios”.

Saber dançar

Viver Bem é saber dançar [danzar], não simplesmente saber bailar [bailar]. A dança se relaciona com alguns fatos concretos, como a colheita ou o plantio. As comunidades continuam honrando com dança e música a Pachamama, principalmente em épocas agrícolas; entretanto, nas cidades as danças originárias são consideradas expressões folclóricas. Na nova doutrina se renovará o verdadeiro significado do dançar.

Saber trabalhar

Viver Bem é considerar o trabalho como festa. “O trabalho para nós é felicidade”, disse o chanceler David Choquehuanca, que recalca que ao contrário do capitalismo onde se paga para trabalhar, no novo modelo do Estado Plurinacional, se retoma o

pensamento ancestral de considerar o trabalho como festa. É uma forma de crescimento, é por isso que nas culturas indígenas se trabalha desde pequeno.

Retomar o AbyYala

Viver bem é promover a união de todos os povos em uma grande família. Para o Chanceler, isto implica em que todas as regiões do país se reconstituam no que ancestralmente se considerou como uma grande comunidade. “Isto tem que se estender a todos os países. É por isso que vemos bons sinais de presidentes que estão na tarefa de unir todos os povos e voltar a ser o AbyYala que fomos”.

Reincorporar a agricultura

Viver Bem é reincorporar a agricultura às comunidades. Parte desta doutrina do novo Estado Plurinacional é recuperar as formas de vivência em comunidade, como o trabalho na terra, cultivando produtos para cobrir as necessidades básicas para a subsistência. Neste ponto se fará a devolução de terras às comunidades, de maneira que se produzam as economias locais.

Saber se comunicar

Viver Bem é saber se comunicar. No novo Estado Plurinacional se pretende retomar a comunicação que existia nas comunidades ancestrais. O diálogo é o resultado desta boa comunicação mencionada pelo Chanceler. “Temos que nos comunicar como antes os nossos pais o faziam, e resolviam os problemas sem que se apresentassem conflitos, não temos que perder isso”.

Trabalhar em reciprocidade

Viver Bem é retomar a reciprocidade do trabalho nas comunidades. Nos povos indígenas esta prática se denomina *ayni*, que não é mais do que devolver em trabalho a ajuda prestada por uma família em uma atividade agrícola, como o plantio ou a colheita. “É mais um dos princípios ou códigos que garantirão o equilíbrio nas grandes secas”, explica o Ministro das Relações Exteriores.

Não roubar e não mentir

Viver Bem é basear-se no *ama suwa* e *ama qhilla* (não roubar e não mentir, em quéchua). É um dos preceitos que também estão incluídos na nova Constituição Política do Estado e que o Presidente prometeu respeitar. Do mesmo modo, para o Chanceler é fundamental que dentro das comunidades se respeitem estes princípios para conseguir o bem-estar e confiança em seus habitantes. “Todos são códigos que devem ser seguidos para que consigamos viver bem no futuro”.

Proteger as sementes

Viver Bem é proteger e guardar as sementes para que no futuro se evite o uso de produtos transgênicos. O livro Viver Bem, como resposta à crise global, da Chancelaria da Bolívia, especifica que uma das características deste novo modelo é preservar a riqueza agrícola ancestral com a criação de bancos de sementes que evitem a utilização de transgênicos para incrementar a produtividade, porque se diz que esta mistura com químicos prejudica e acaba com as sementes milenares.

Respeitar a mulher

Viver Bem é respeitar a mulher, porque ela representa a Pachamama, que é a Mãe Terra que tem a capacidade de dar vida e de cuidar de todos os seus frutos. Por estas razões, dentro das comunidades, a mulher é valorizada e está presente em todas as atividades orientadas à vida, à criação, à educação e à revitalização da cultura. Os moradores das comunidades indígenas valorizam a mulher como base da organização social, porque transmitem aos seus filhos os saberes de sua cultura.

Viver Bem e NÃO melhor

Viver Bem é diferente de viver melhor, o que se relaciona com o capitalismo. Para a nova doutrina do Estado Plurinacional, viver melhor se traduz em egoísmo, desinteresse pelos outros, individualismo e pensar somente no lucro. Considera que a doutrina capitalista impulsiona a exploração das pessoas para a concentração de riquezas em poucas mãos, ao passo que o Viver Bem aponta para uma vida simples, que mantém uma produção equilibrada.

Recuperar recursos

Viver Bem é recuperar a riqueza natural do país e permitir que todos se beneficiem desta de maneira equilibrada e equitativa. A finalidade da doutrina do Viver Bem também é a de nacionalizar e recuperar as empresas estratégicas do país no marco do equilíbrio e da convivência entre o ser humano e a natureza em contraposição à

exploração irracional dos recursos naturais. “Deve-se, sobretudo, priorizar a natureza”, acrescentou o Chanceler.

Exercer a soberania

Viver Bem é construir, a partir das comunidades, o exercício da soberania no país. Isto significa, segundo o livro Viver Bem, como resposta à crise global, que se chegará a uma soberania por meio do consenso comunal que defina e construa a unidade e a responsabilidade a favor do bem comum, sem que nada falte. Nesse marco, se reconstruirão as comunidades e nações para construir uma sociedade soberana que será administrada em harmonia com o indivíduo, a natureza e o cosmos.

Aproveitar a água

Viver Bem é distribuir racionalmente a água e aproveitá-la de maneira correta. O Ministro das Relações Exteriores comenta que a água é o leite dos seres que habitam o planeta. “Temos muitas coisas, recursos naturais, água e, por exemplo, a França não tem a quantidade de água nem a quantidade de terra que há em nosso país, mas vemos que não há nenhum Movimento Sem Terra, assim que devemos valorizar o que temos e preservá-lo o melhor possível, isso é Viver Bem”.

Escutar os anciãos

Viver Bem é ler as rugas dos avós para poder retomar o caminho. O Chanceler destaca que uma das principais fontes de aprendizagem são os anciãos das comunidades, que guardam histórias e costumes que com o passar dos anos vão se perdendo. “Nossos avós são bibliotecas ambulantes, assim que devemos aprender com eles”, menciona. Portanto, os anciãos são respeitados e consultados nas comunidades indígenas do país.

A realidade nos diz que essa é a grande tarefa do momento. E é cada vez mais urgente a transição do extrativismo centrado nas demandas do capital a uma visão que priorize a vida em sua mais ampla expressão e que viabilize a construção de sociedades em que se possa viver dignamente. Por outro lado, é preciso reelaborar a questão do crescimento econômico para libertar-se das limitações que podem provocar uma derrocada socioambiental mundial de consequências imprevisíveis. O mundo precisa também de uma racionalidade ambiental capaz de desconstruir a racionalidade econômica, que construa processos de reapropriação da natureza e reterritorialização das culturas.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo

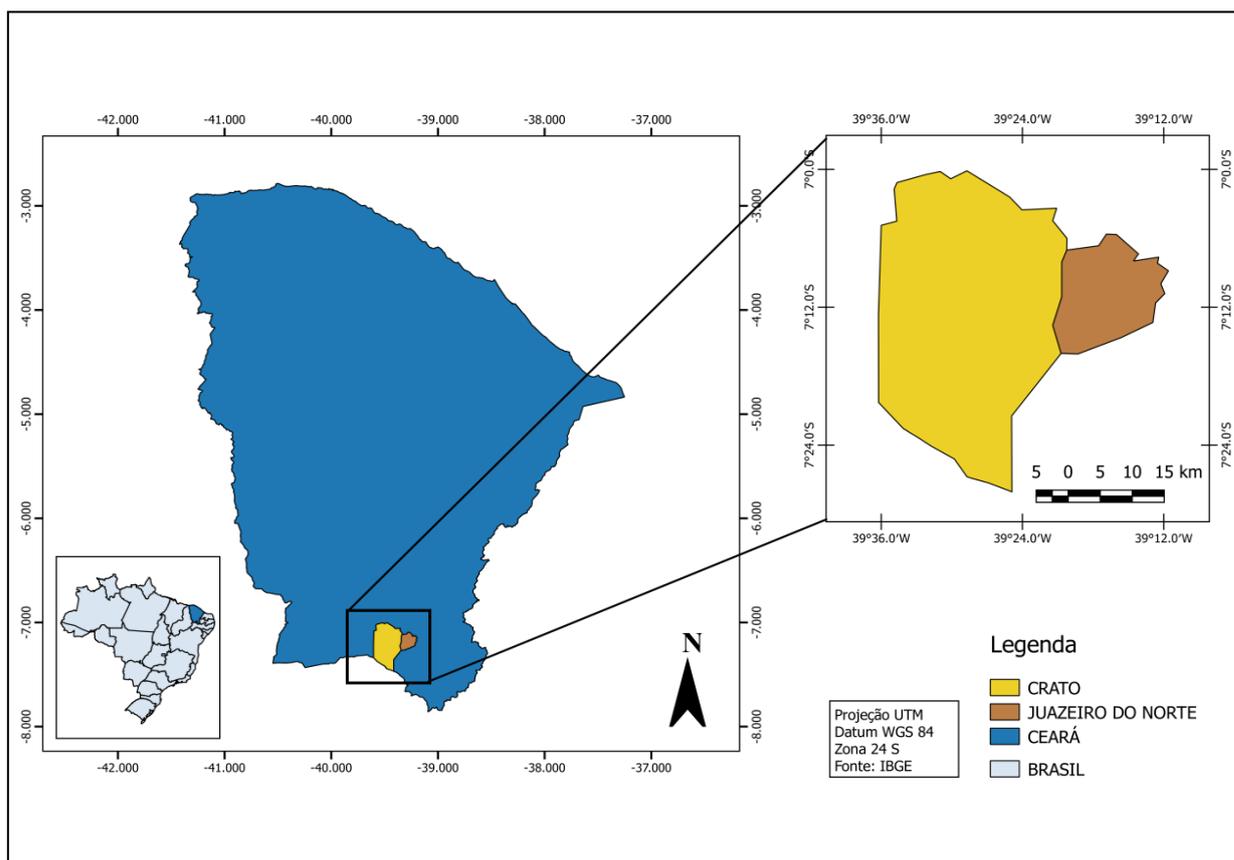
A região do estudo compreende os municípios de Crato e Juazeiro do Norte (Figura 1), estado do Ceará. Realizou-se uma amostra de beneficiários do programa em conjuntos residenciais de PMCMV dos municípios.

O município de Crato situa-se no sul cearense, faz parte da macrorregião de planejamento Cariri Centro-Sul, ocupando uma área geográfica de 1009,20 km². A população

do município, em 2010, era de 121.428 habitantes, possui um PIB de R\$ 11.032,00 *per capita* (IPECE, 2017).

Assim como o Crato, o município de Juazeiro do Norte faz parte da macrorregião de planejamento Cariri Centro-Sul. A população residente no município em 2010 era de 249.939 habitantes, possui um PIB de R\$ 3.921.628 *per capita* (IPECE, 2018).

Figura 1 – Mapa de localização dos Municípios de Crato e Juazeiro do Norte, Estado do Ceará.



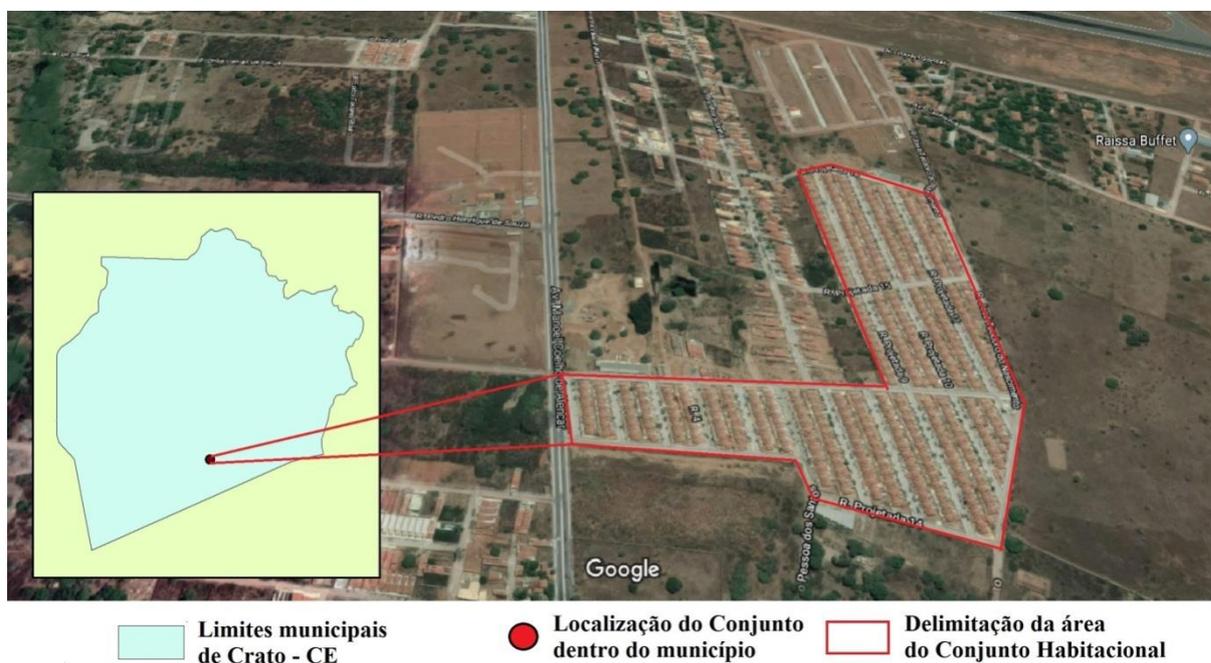
Fonte: Elaboração própria, 2019.

O objeto de estudo é formado por dois conjuntos residenciais, a saber: O Conjunto Habitacional Manoel Raimundo de Santana Filho (CHMRSF), também conhecido como Conjunto Habitacional Nossa Senhora das Dores (CHNSDD), localizado na cidade de Juazeiro do Norte – CE, e o Residencial Monsenhor Montenegro (RMM) no município de Crato – CE.

O conjunto habitacional Residencial Manoel Raimundo de Santana Filho, foi construído no bairro Betolândia, que após entrega passou a se chamar Nossa Senhora das Dores, com investimento na ordem de R\$ 42,6 milhões, provenientes do Fundo de

Arrendamento Residencial (FAR). Esse conjunto habitacional é ocupado por 713 UH, área privada de 43,85m², com dois quartos, sala de jantar, sala de estar, cozinha, banheiro e área de serviço. Foram entrevistadas 60 famílias, o que corresponde a 8,5% dos beneficiários.

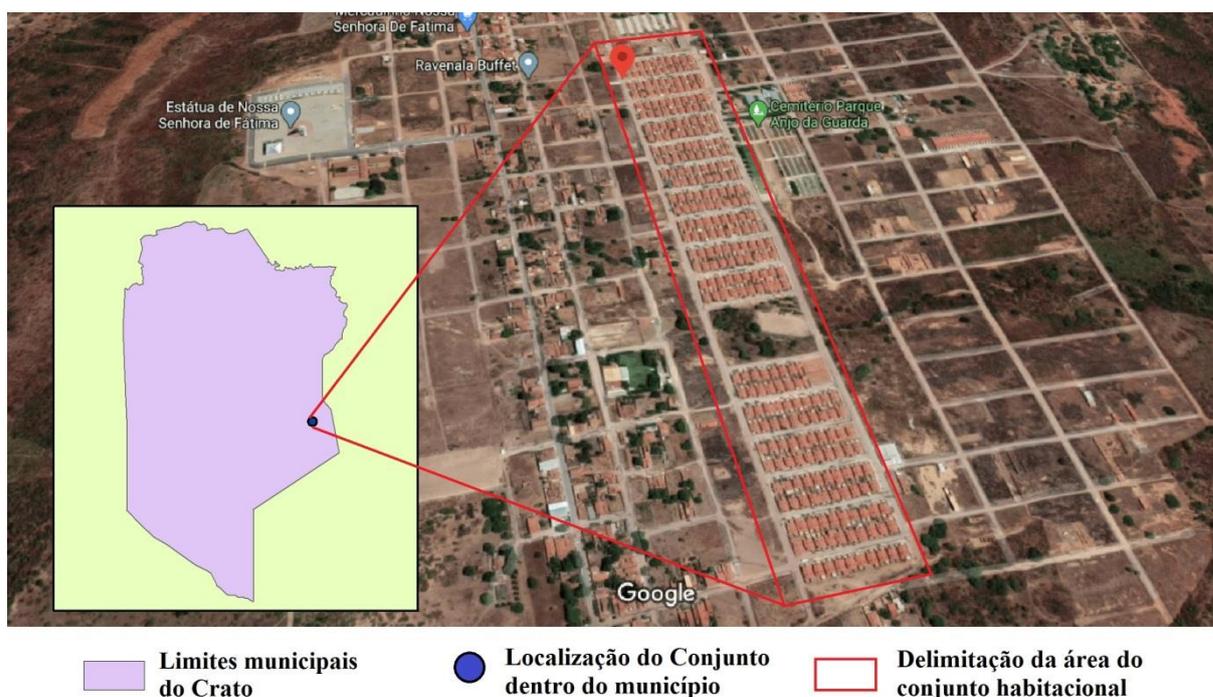
Figura 2 - Imagem aérea do conjunto habitacional Manoel Raimundo de Santana Filho, em Juazeiro do Norte - CE



Fonte: Elaborado pelo autor utilizando imagens Google Maps.

O residencial Monsenhor Montenegro, um dos objetivos da pesquisa, é localizado no bairro Nossa Senhora de Fátima, conhecido como Barro Branco, no Município de Crato, Estado do Ceará. Esse conjunto habitacional é composto por 596 moradias, com 43 m² de área, que cada contempla pátio, sala, cozinha, dois quartos e banheiro, entregue em 2016, onde desses foram entrevistados 51 famílias, no total de 8,6% dos beneficiários.

Figura 3 - Imagem aérea do conjunto habitacional Monsenhor Montenegro, Crato – CE.



Fonte: Elaborado pelo autora, utilizando imagens Google Maps.

O município de Juazeiro do Norte, dentre as demais que compõem o Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha denominada CRAJUBAR, é a que apresenta a maior quantidade de UHs nas três faixas do PMCMV, até julho de 2016, Crato e Juazeiro do Norte possuíam 2.589 UHs, finalizadas e entregues no período de agosto de 2012 e julho de 2016, nos bairros Aeroporto, Buriti e Betolandia, nas fases 1 e 2 do Programa (PESSOA, 2016). Sendo que, nesse mesmo período segundo a Caixa (2016), já existia 2.363 UHsm construção nos dois municípios e no município de Barbalha.

3.2 Métodos de pesquisa

3.2.1 Natureza da pesquisa

A metodologia adotada para realização do estudo consiste na abordagem qualitativa e quantitativa, em que se realiza uma busca por informação de natureza objetiva e subjetiva. Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes.

A pesquisa qualitativa baseia-se na observação cuidadosa dos ambientes onde o sistema está sendo usado ou onde será usado, do entendimento das várias perspectivas dos usuários ou potenciais usuários do sistema, etc. Os métodos qualitativos a ser apresentados nesse minicurso são: estudos qualitativos observacionais pesquisa-ação (ou estudos qualitativos intervencionistas) outras formas de avaliação qualitativa (WAINÉ, 2007, p. 4)

É um estudo exploratório onde “Uma das características da pesquisa exploratória, tal como é geralmente concebida, refere-se à especificidade das perguntas, o que é feito desde o começo da pesquisa, como única maneira de abordagem (PIOVESAN; TEMPORINI, 1995, p. 319). Pode-se julgar que as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal a evolução de ideias ou a comprovação de intuições, buscando entender as razões e motivações para determinadas atitudes das pessoas (MUNARETTO *et al.*, 2013).

Nesse trabalho, a análise descritiva foi utilizada com o intuito de identificar e revelar as principais características pessoais e socioeconômicas dos sujeitos. Para responder as indagações iniciais, foi realizada uma análise dedutiva para explicar de onde serão originados os dados coletados.

A estratégia empregada para operacionalizar a pesquisa foi realização do método de estudo de caso a partir de uma observação do participante.

Essa observação participante é um tipo de investigação que se caracteriza por um período de interações sociais intensas entre o investigador e os sujeitos, no ambiente destes, sendo os dados recolhidos sistematicamente durante esse período de tempo, e mergulhando o observador pessoalmente na vida das pessoas, de modo a partilhar as suas experiências (FINO, 2003).

O estudo de caso estimula novas descobertas, em função da flexibilidade do seu planejamento; enfatiza a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo e apresentam simplicidade nos procedimentos, além de permitir uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles (VENTURA, 2007, p. 386).

O estudo de caso como modalidade de pesquisa é entendido como uma metodologia ou como a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais. Visa à investigação de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações (VENTURA, 2007, p. 384).

Foi utilizado o método Ex-post. Assim:

Trata-se de estabelecer critérios para verificar se os resultados do projeto foram positivos não somente no que se refere aos seus próprios objetivos e custos, mas também verificar quais foram os impactos gerados na sociedade como um todo, + levando-se em consideração as principais necessidades identificadas previamente (RODRIGUES,2008, p. 41)

O método Ex-postfoi utilizado para analisar a eficiência e eficácia do programa, e é comumente utilizado para avaliação de políticas públicas.

3.2.2 Instrumento de Coleta de Dados

A realização do estudo se deu com base em dados primários obtidos através da aplicação de questionários para informações qualitativas e quantitativas junto aos beneficiários do programa. Os dados foram obtidos por participantes do projeto de extensão da Universidade regional do Cariri- URCA. A coleta de dados teve início em novembro de 2017, concluída em duas semanas.

Os pesquisadores aplicaram 51 questionários no município de Crato e 60 questionários em Juazeiro do Norte. O uso de questionário é uma técnica que é útil para coletar as informações da realidade (CHAER *et al.*,2011).

Conforme Moyses e Mori *apud* Parasuraman (1991), um questionário é um conjunto de questões, elaboradas para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos de um projeto de pesquisa. O instrumento de coleta de dados foi uma entrevista

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo destina-se a responder os questionamentos feitos durante a execução desse estudo, atendendo aos objetivos propostos no mesmo.

Essa pesquisa apresenta dois residenciais do PMCMV como objeto de estudo, um localizado no município de Juazeiro do Norte no conjunto habitacional Manoel de Santana Filho - e outro na cidade do Crato, o Residencial Monsenhor Montenegro, ambos no estado do Ceará. Os dois conjuntos foram financiados pela Caixa Econômica Federal – CEF, com os

recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR. Os municípios que compõem a área em estudo apresentam características importantes que refletem nos pontos negativos e positivos do Programa Minha CasaMinha Vida – PMCMV e da vivência em comunidade.

Os dados foram analisados em duas dimensões da sustentabilidade: a Social e Econômica - posteriormente simplificadas como Dimensão Socioeconômica – e a Dimensão Territorial. Para elaborar o perfil socioeconômico, baseou-se nos critérios das dimensões da sustentabilidade de Sachs (1993), a sustentabilidade social - que inclui tanto a obrigação de recursos materiais e não-materiais, com foco em uma maior igualdade na distribuição de renda igualitária, de modo a melhorar significativamente os direitos e as condições da população, ampliando-se semelhança social; a chance de um emprego que assegure uma vida melhor e igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais - e a Sustentabilidade econômica, onde o efeito econômico é avaliado em outros modos e efeitos e não apenas no lucro financeiro, mas no desenvolvimento econômico intersetorial esta na capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção (SACHS, 1993).

E a Sustentabilidade Territorial, que é a busca de estabilidade na formação do meio rural e também no meio urbano, bem como, melhor distribuição de territórios nos assentamentos humanos e atividades econômicas; avanços no ambiente urbano; superar as desigualdades e formulação de estratégias que sejam ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis para, assim, garantir a preservação da biodiversidade e do eco desenvolvimento (SACHS, 1993).

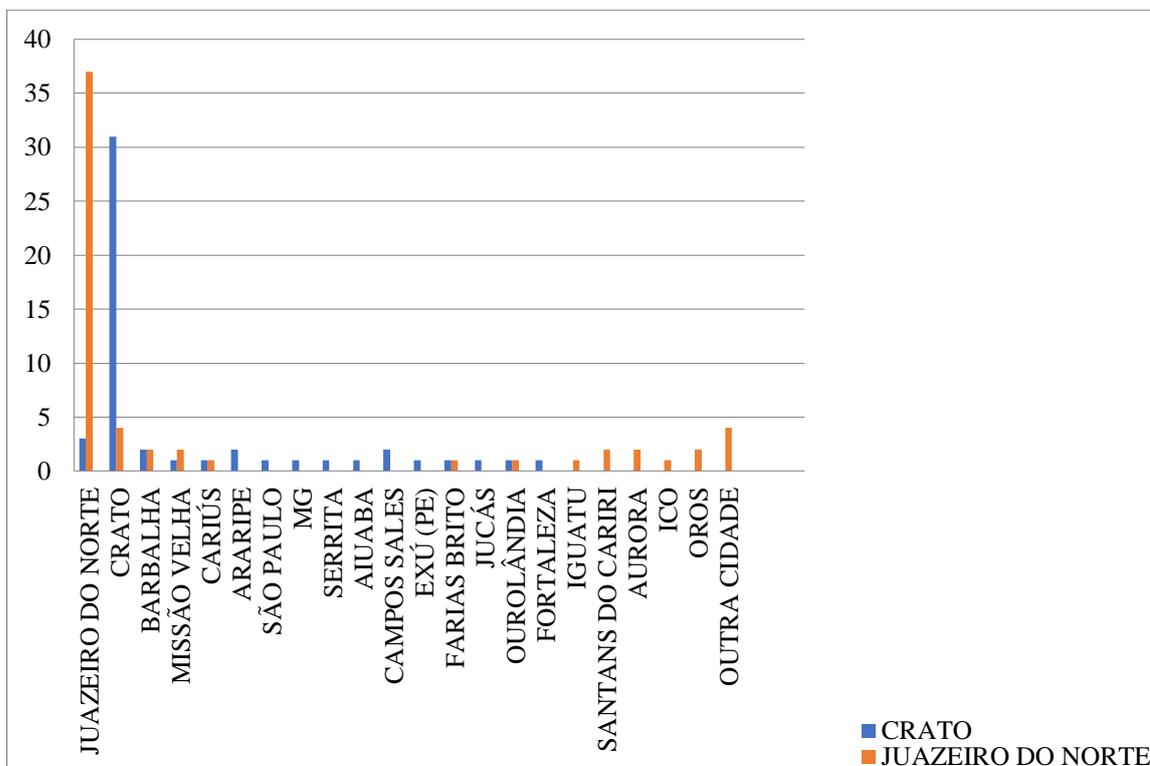
4.1 Perfil Socioeconômico

Desde a criação, o PMCMV tornou-se a principal iniciativa do Governo Federal para enfrentamento dos problemas habitacionais da sociedade brasileira. Após sete anos de atuação, números ilustram a importância alcançada pelo Programa: investimento de aproximadamente R\$295 bilhões; 4.219.366 unidades habitacionais contratadas; e, cerca de 10,5 milhões de pessoas beneficiadas (MOREIRA *et al.*, 2017).

Os beneficiários dos dois conjuntos habitacionais têm características sociais semelhantes. É importante destacar que em relação aos princípios do Bem Viver o ser humano se realiza em comunidade com outros seres humanos e em função destes, sem que se pretenda dominar a natureza, nos conjuntos habitacionais eles têm a oportunidade de viver em comunidade.

O Gráfico 3 abaixo mostra que, quando perguntados sobre seu município de origem, os beneficiários do Programa responderam, na maior parte dos casos, serem naturais dos municípios em que residem no momento, tanto beneficiários do Juazeiro do Norte como do Crato. O resultado para o residencial localizado na cidade de Crato revela que 31 dos 51 entrevistados eram de origem cratense.

Gráfico 3 - Município de nascimento dos beneficiários entrevistados.

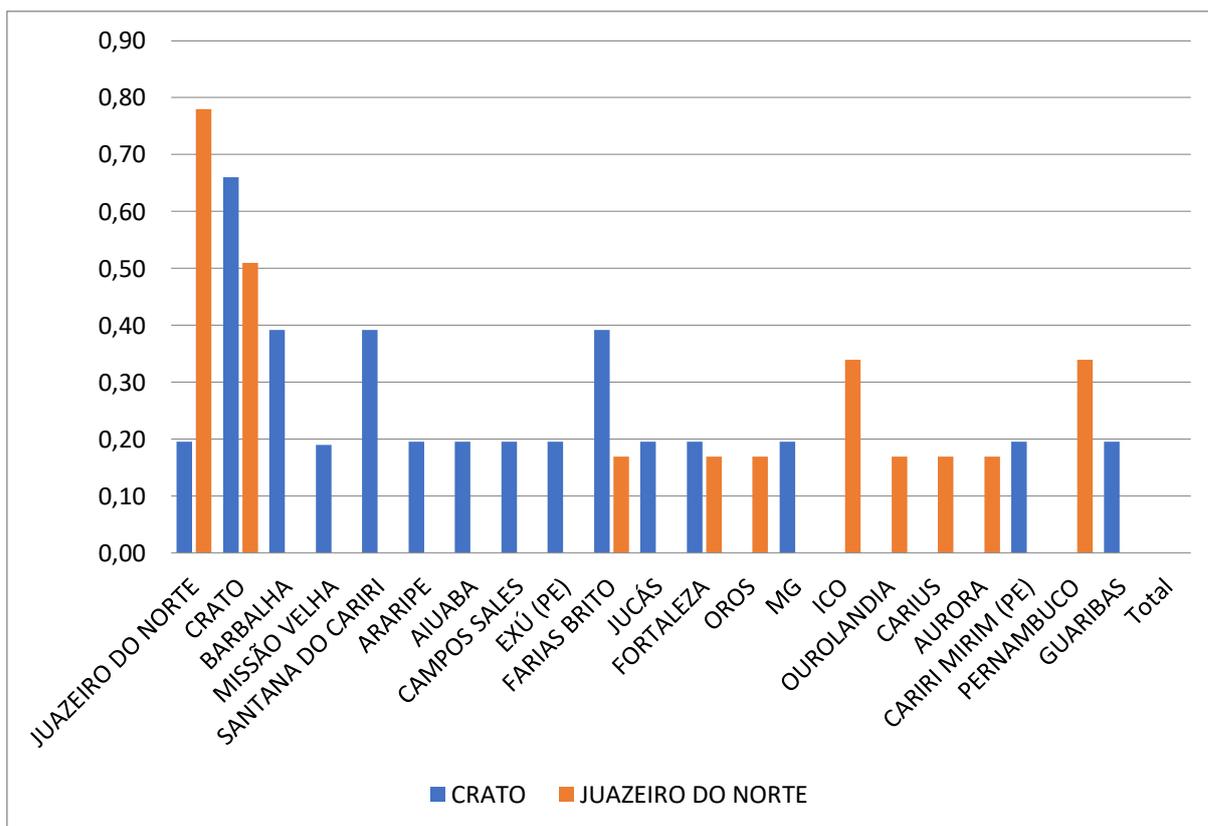


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Esse resultado mostra o fator positivo dos beneficiários não precisarem mudar da cidade onde nasceram em busca de moradia própria, e que através do programa conseguiram uma condição melhor de vida.

Em relação à moradia dos pais dos beneficiários, os resultados mostraram que 78% dos pais dos entrevistados de Juazeiro do Norte já residiam na cidade, a porcentagem do Crato foi um pouco menor, mas também bastante expressiva, já que resultou em 66,70%. Esse resultado é o mesmo quando se refere à moradia dos avós dos entrevistados, pois 55% moravam no Crato e 58% Juazeiro do Norte.

Gráfico 4—Local Moradia dos pais dos beneficiários de ambos os municípios.



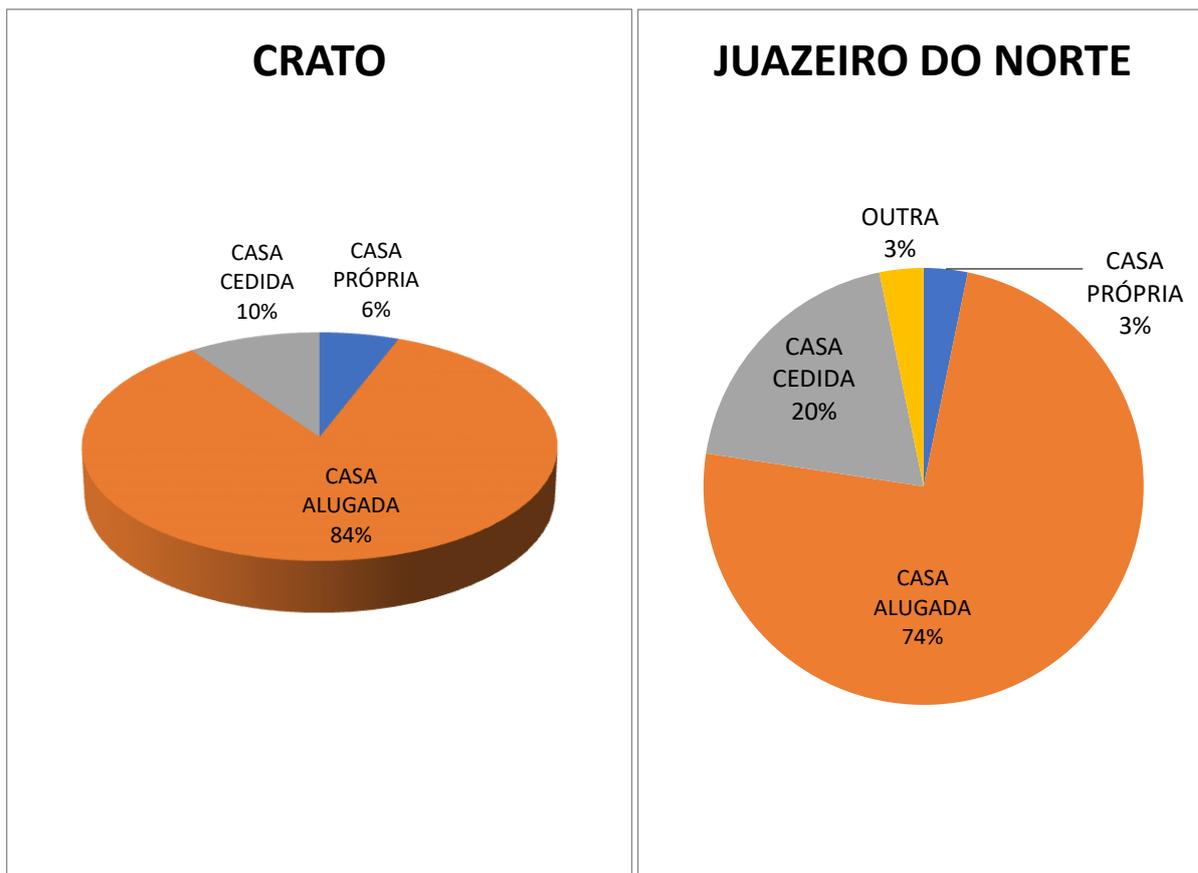
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Embora a quantidade de beneficiários de municípios de Crato e Juazeiro do Norte seja pequena, o ideal seria que nenhum deles necessitasse desse recurso, visto que cada município deveria possuir sua própria política de assentamento. Por outro lado, também é importante destacar que o Crato e Juazeiro do Norte se fazem presentes também nessa política, assim como nos centros das metrópoles.

No que se relaciona com o Bem Viver, o fato de continuarem morando onde nasceram é positivo pois valoriza e defende a identidade, uma vida baseada em valores e que foram legados pelas famílias. O projeto de moradia age de forma direta nas condições de vida dos indivíduos, pois desta forma favorece para o desenvolvimento do ambiente e do usuário.

É importante destacar que, conforme os dados do Gráfico 5, a maior parte dos beneficiários do PMCMV nas cidades estudadas afirmou que moravam de aluguel antes do Programa. Um montante total de 74% dos moradores do residencial da cidade de Juazeiro do Norte deixou de pagar aluguel. Na cidade do Crato, 84% deixaram de morar em casa alugada.

Gráfico 5- Condições anteriores de moradia declaradas pelos entrevistados nos municípios de Crato e Juazeiro do Norte, Ceará.

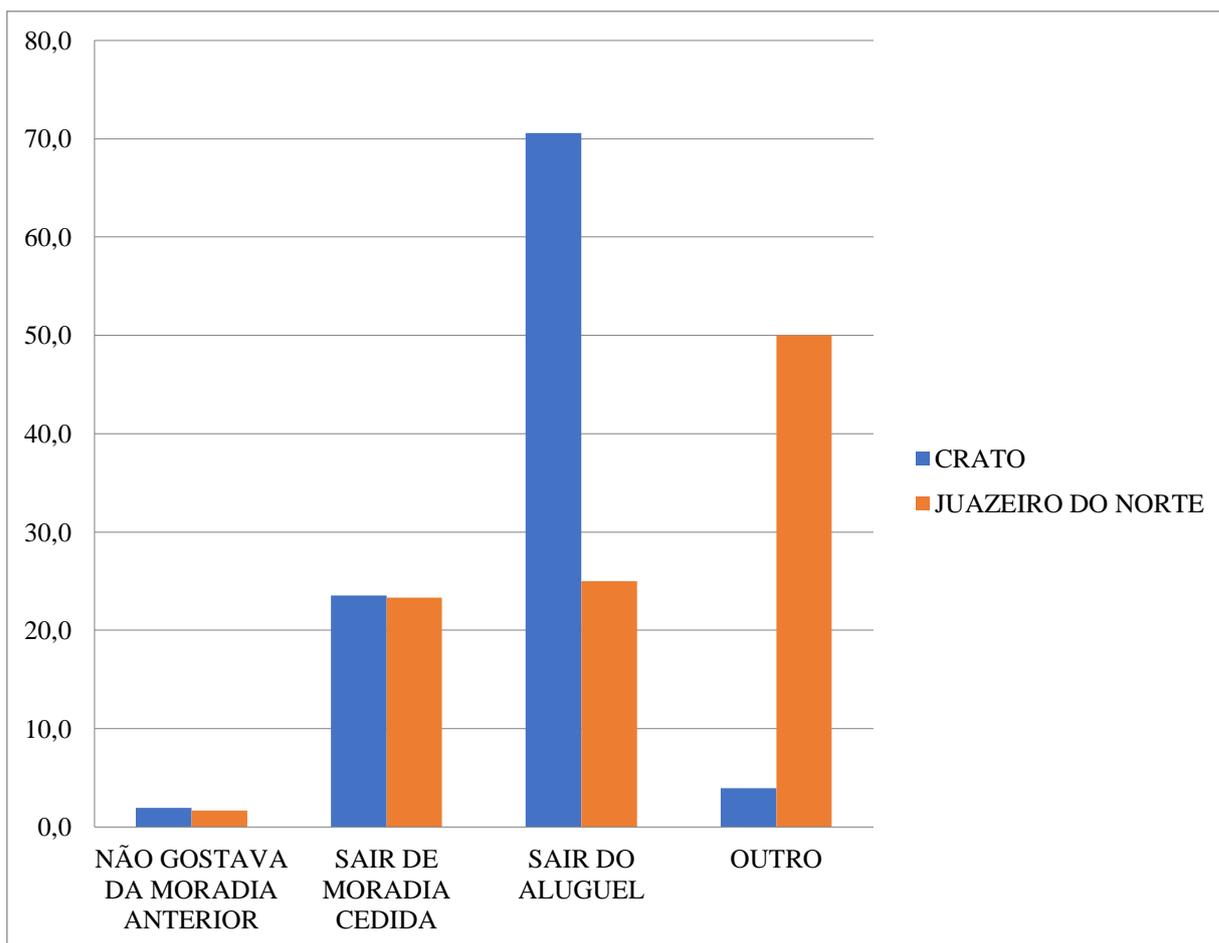


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O PMCM preconiza que seus beneficiários não podem ser proprietários de moradia. Mesmo que a porcentagem de entrevistados que possuía casa própria antes do programa seja pequena, é irregular.

Quando perguntados (Gráfico 6) por qual motivo vieram morar nos conjuntos habitacionais, 70% dos moradores do PMCMV do município do Crato, afirmaram que optaram pelo Programa para saírem do aluguel. No município de Crato, 48% afirmaram que com o programa saíram do aluguel. É importante destacar em relação à mudança de vida, que 77% dos entrevistados do Crato e 85% dos entrevistados em Juazeiro do Norte, afirmaram que suas vidas mudaram para melhor depois do programa.

Gráfico 6- Motivo de buscar moradia do PMCMV.

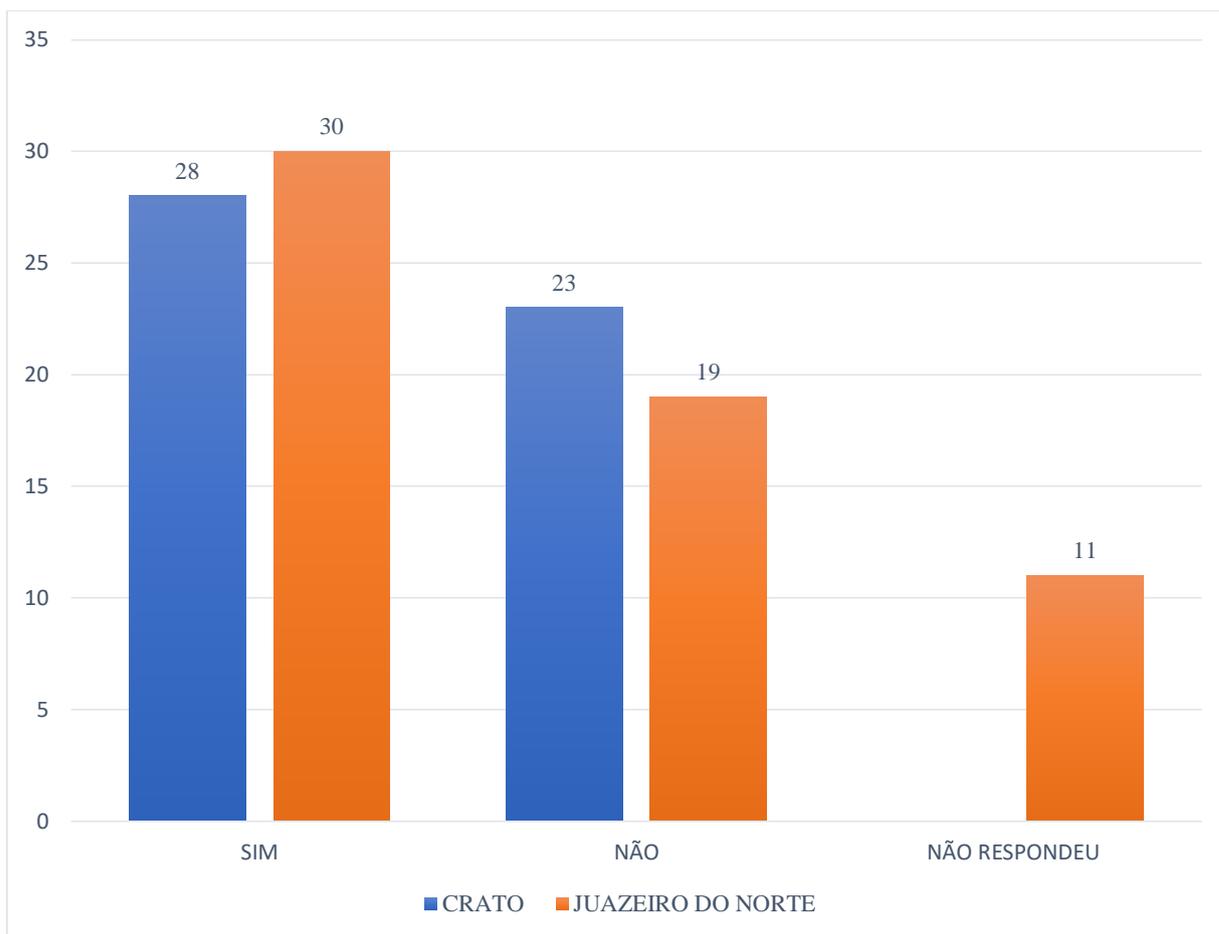


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No que diz respeito às questões econômicas, as famílias em ambas as cidades, 28 entrevistados no município de Crato e 30 beneficiários de Juazeiro do Norte, possuíam renda fixa, o que se mostra um fator positivo. No Crato 23 possui não possui renda fixa e no município de Juazeiro do Norte, 19 beneficiários afirmaram não possuir renda fixa, segundo dados abaixo (Gráfico 7).

No que compete as famílias que afirmaram não possuir renda fixa, a maioria é beneficiária de algum programa do governo. Se não fosse o PMCMV, talvez essas pessoas nunca fossem possuir uma casa própria, pois não possuíam renda para custear as suas despesas e ainda a aquisição de sua casa própria.

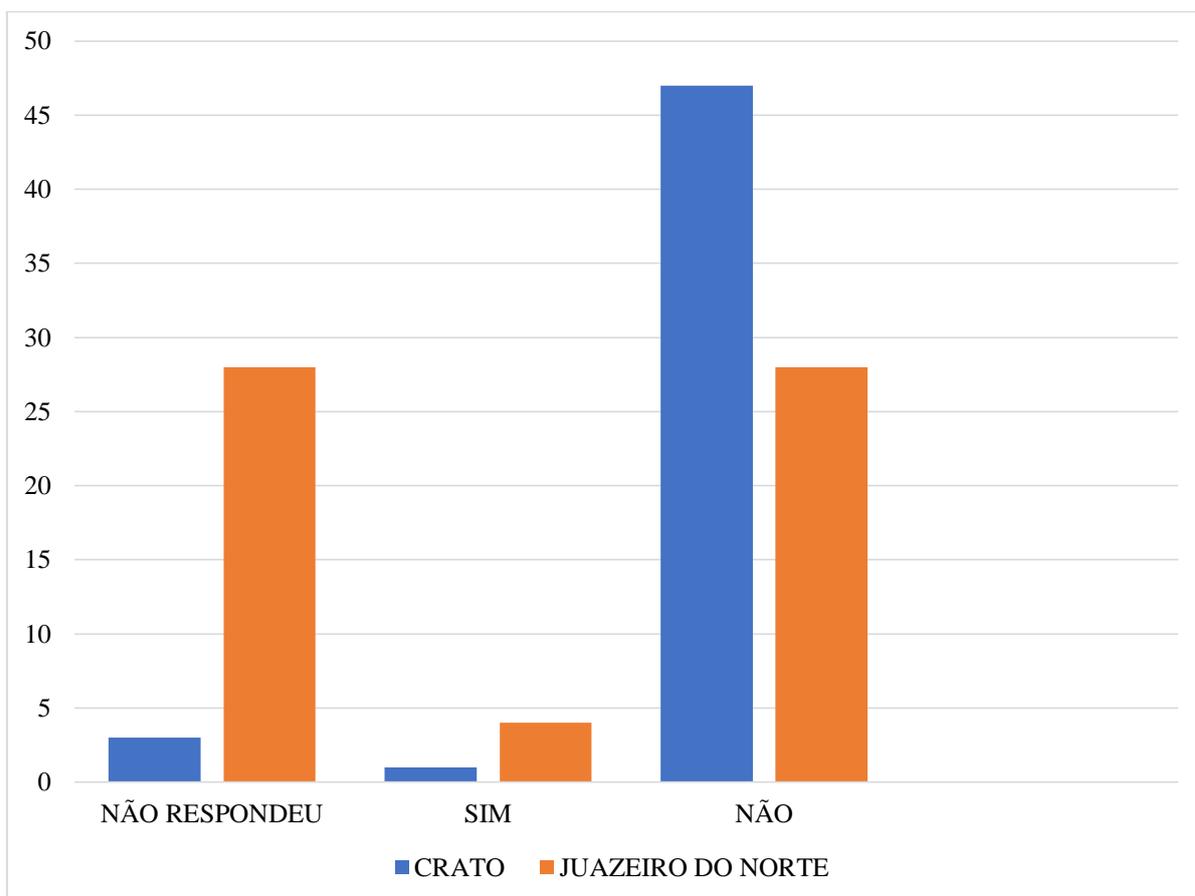
Gráfico 7- Possui renda fixa.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quando perguntados sobre se com a ausência do PMCMV teriam condições de adquirir a casa própria no (Gráfico 8), 47 beneficiários do Crato e 28 beneficiários de Juazeiro do Norte responderam não. Então, sendo assim através dos dados observou-se que poucos beneficiários declararam possuir condição de adquirir casa própria O que mostra que as políticas de habitação estão funcionando em relação ao quesito de levar moradia aos cidadãos. A casa própria é o sonho do brasileiro, através do PMCMV, iniciou-se o processo de atender essa demanda. O fato de adquirirem a casa própria, mesmo que haja prestações para pagar durante o tempo, essa realidade apresenta novos sentidos na vida desses beneficiários, é colocar a vida da família em segurança, ter uma estabilidade de moradia. O objetivo do programa é atender as famílias que necessitam, e os subsídios governamentais que o programa oferece são fundamentais na promoção da proporção de direitos iguais, o que determina a relevância desse tipo de programa para proporcionar as famílias o acesso à casa aos de baixa renda.

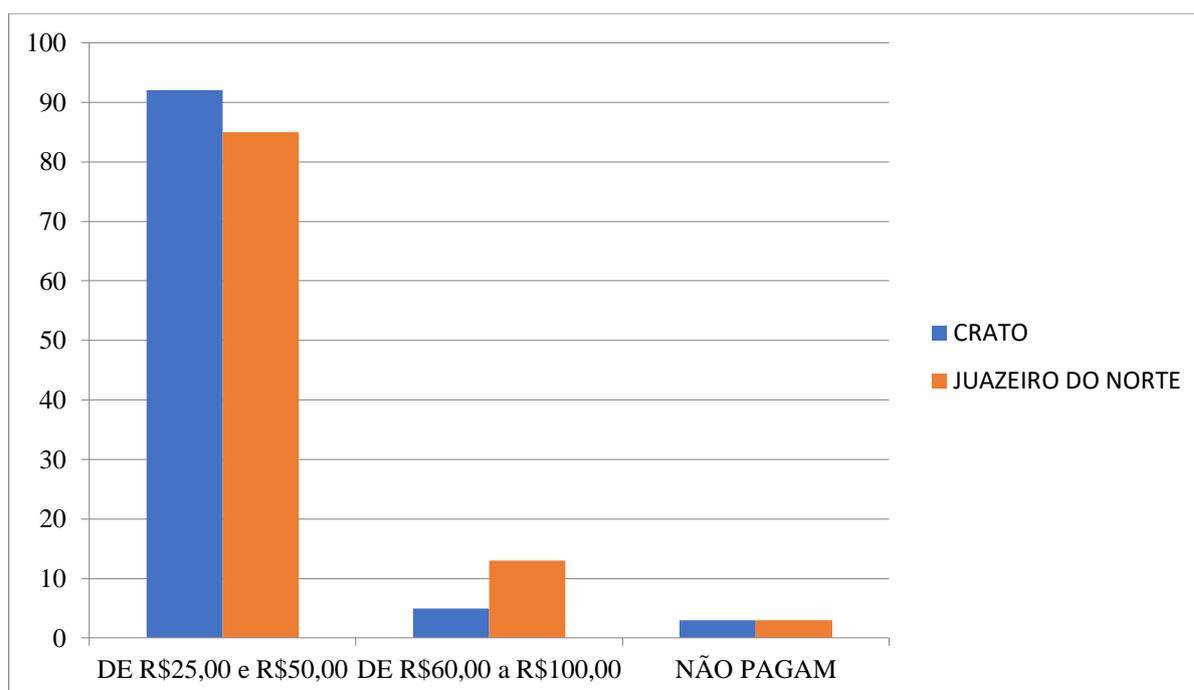
Gráfico 8- Se não fosse o Programa habitacional MCMV você teria condições de comprar outra casa/apartamento/imóvel.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os valores dos financiamentos variam de R\$ 2.880,00 a R\$ 55.000,00; o tempo de financiamento para ambas cidades são de 120 meses. E no que se remete ao valor da prestação (Gráfico 9), elas estão basicamente enquadradas no grupo de R\$ 25,00 a R\$ 50,00. Valor esse considerado justo pelos moradores que não reclamam, mesmo com a oscilação de preços em meio a um período de crise. Para a população de renda baixa e média, a conquista da casa própria teoricamente é a aquisição mais desejada, e em alguns casos além de tudo, liberar o orçamento familiar do aluguel. Sendo assim onde mais uma vez coloca essa aquisição como a mais desejada pelos brasileiros.

Gráfico 9 - Valor da prestação paga pelos beneficiários entrevistados.

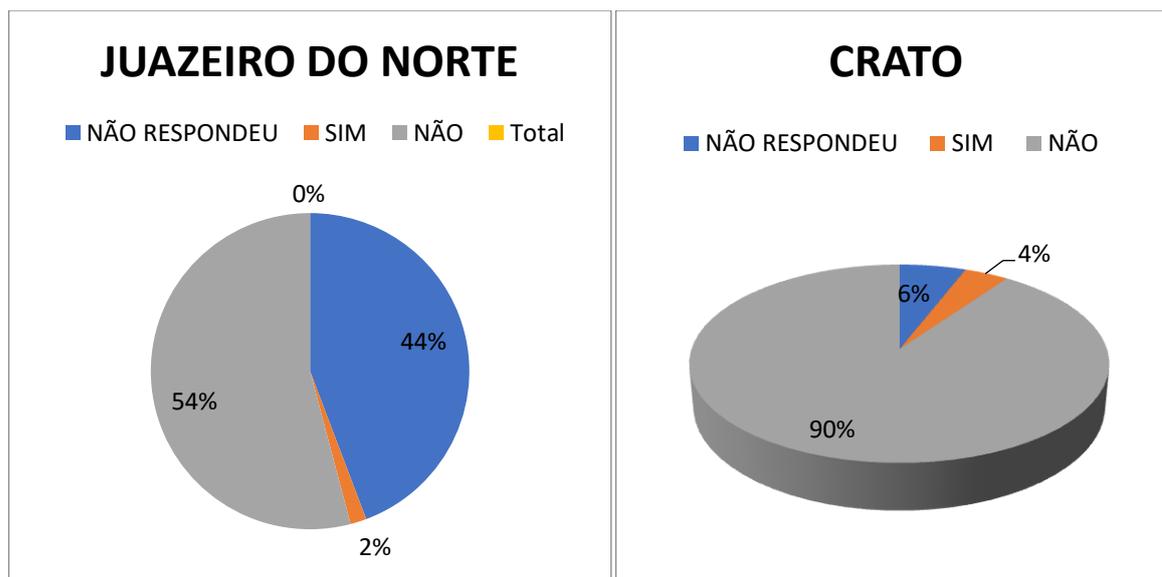


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O cidadão tem direito a uma moradia digna e de qualidade, fato este ressaltado nas políticas públicas e enfatizado no Bem Viver, o direito à moradia de qualidade. As políticas de habitação são uma conquista importante para os movimentos sociais e urbanos, tendo em vista que incorpora parte das demandas desse movimento, tal como a criação de um Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e que determina a participação financeira e institucional das esferas municipais, estaduais e federal, no desenvolvimento da Política de Habitação de Interesse Social (ARAGÃO, 2012). De acordo com os entrevistados, nos dois residenciais não ocorrem problemas com água, pois o abastecimento ocorre todos os dias.

Em relação às questões de água, que é gasto fixo, os moradores das duas cidades afirmaram não sofrer aumento (Gráfico10). Visto que 54% dos moradores do Juazeiro do norte e 90% dos beneficiários do município de Crato, afirmaram não terem sofrido ajuste. É importante observar que 44% dos beneficiários do Juazeiro do norte optaram por não responder o questionamento, sendo que eles tem essa opção no questionário.

Gráfico10 - Aumento dos gastos com água e luz após passarem a habitar no PMCMV.



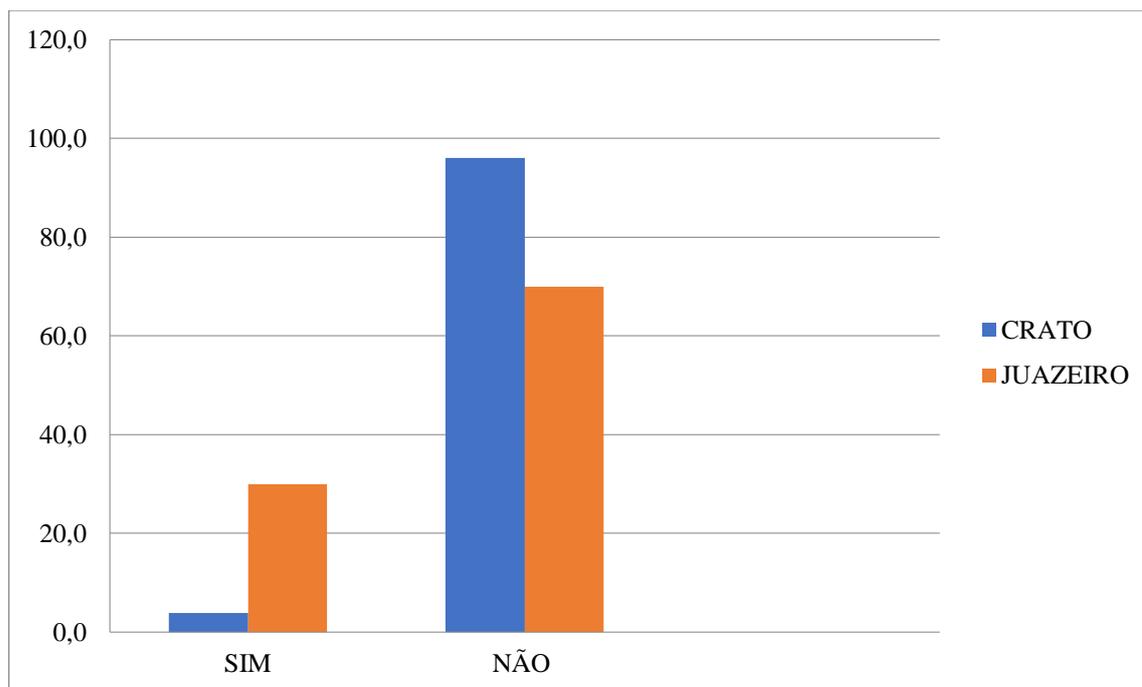
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O Bem Viver é aproveitar a água de maneira correta, sem acabar com o nosso bem precioso. Nas políticas das águas, eleva-se o direito à água a um patamar de direito humano, indissociável do direito à vida e dos demais direitos humanos; emancipa-o na concepção econômica da água como recurso ou bem de capital necessário à produção e refém da lógica do mercado, considerando-a patrimônio comum da sociedade; proíbe-se, em consequência, a mercantilização e a privatização dos serviços relativos às águas, e se direciona que a água seja componente da natureza e fonte de vida (MORAIS, 2013).

No que compete o perfil socioeconômico das famílias residentes no Conjunto Residencial Monsenhor Montenegro e no conjunto habitacional Manoel de Santana Filho, permite apreender a condição de vulnerabilidade deles em face à renda e alguns dos gastos mais sobressalentes de seu orçamento familiar mensal. A convivência coletiva com acesso à água, meio de trabalho, educação, saúde e moradia para todos, é a busca para o bem viver.

Neste contexto de desconstrução das conquistas históricas de diferentes segmentos, as políticas de habitação urbana e o programa MCMV assumem um papel importante para o desenvolvimento. É importante notar que nos dois residenciais estudados, os populares sofrem com descaso com a saúde, educação, infraestrutura, bem como na oferta de serviços públicos indispensáveis nos municípios, mas que ainda não chegaram à quantidade para os conjuntos. Isso pode ser observado na questão da assistência de Agentes de Saúde, apresentado no Gráfico 11.

Gráfico 11- Acesso à assistência de Agente de Saúde nos residenciais visitados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

É notável que 96% dos entrevistados do Crato afirmam não receber assistência de Agentes de Saúde desde o ingresso deles nos conjuntos como moradores, deixando de serem assistidos por este importante serviço da rede pública de saúde. No município de Juazeiro do Norte esse quadro muda, já que 70% afirmaram nunca terem recebido visita do agente de saúde, 30% afirmam que receberam alguma visita, um valor pequeno, porém melhor que na município do Crato que apresentaram apenas 4%. Esses agentes exercem a função contando, principalmente, com o vínculo já existente com a comunidade em que vive. Ou seja, eles funcionam como elo entre essa população e as unidades de saúde, por meio do contato permanente com as famílias da região em que atuam.

Os Agentes de Saúde vão além de checar a situação das famílias das áreas que estão sob sua supervisão, eles são responsáveis pela marcação dos diversos grupos de controle e da distribuição dos comunicados para os pacientes sobre os seus compromissos no Centro de Saúde (CARDOS, 2004).

O trabalho dos agentes, em realizar visitas casa a casa é de extrema importância para o Ministério da Saúde, pois é através da visita domiciliar que o Governo consegue um retrato epidemiológico do que está ocorrendo no país. Com esse trabalho é que se consegue identificar quais são as áreas de risco, quais são as áreas de maior probabilidade de transmissão de doenças e quais as melhores ações a serem tomadas (BRASIL, 2018).

O ser humano deve ter direito a saúde básica, Acosta (2016) em sua obra propõe a solidariedade como valor básico de uma nova economia, seguindo uma relação dinâmica e construtiva entre mercado, Estado e Sociedade, e o ser humano como centro, ao tratar de questões mais como educação e saúde, o novo texto da Constituição prevê a gratuidade de tais serviços. É necessária uma reorganização do território.

4.2 Contexto Territorial

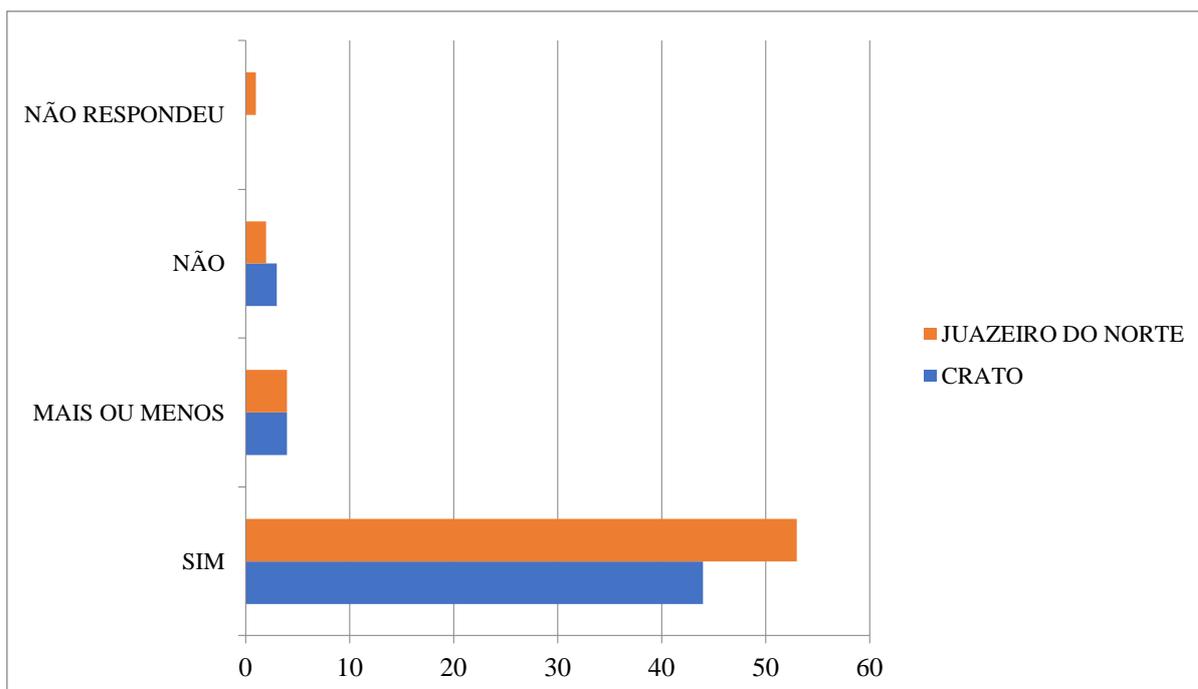
Essa seção de território refere-se às questões urbanas e rurais, ou seja, foca na eliminação das inclinações do investimento público para a área urbana; melhoria do ambiente urbano, eliminação das diferenças inter-regionais e a criação de estratégias seguras para um desenvolvimento ambiental seguro em áreas ecologicamente vulneráveis.

No contexto das Políticas de Habitação se leva em conta aspectos como: a inserção da moradia no seu meio físico, social e urbano, a interação e relação com a vizinhança, a segurança física dos moradores, a assistência social, o acesso a serviços como saúde, educação, comércio, a empregabilidade, a mobilidade urbana, dentre outros (IPEA, 2014).

Em relação à satisfação com a vizinhança, os dados do Gráfico 12 mostram que 86% dos moradores do conjunto habitacional do Crato afirmaram estar satisfeitos, e uma minoria de apenas 5% declararam insatisfação. Este resultado se repete no município de Juazeiro do Norte, visto que 88% apresentam estarem satisfeitos e apenas 3% não.

Assim, a relação entre os beneficiários pode ser considerada boa. O bom relacionamento pode ser resultado do fato de muitos serem oriundos do próprio município dos conjuntos habitacionais. As relações de sociabilidade entre os moradores podem ser construídas ou fortalecidas pelos encontros em locais de lazer das crianças ou de convívio dos adultos (CARVALHO; STHEPHAN, 2016).

Gráfico 12 - Nível de satisfação dos condôminos entrevistados com a Vizinhança.



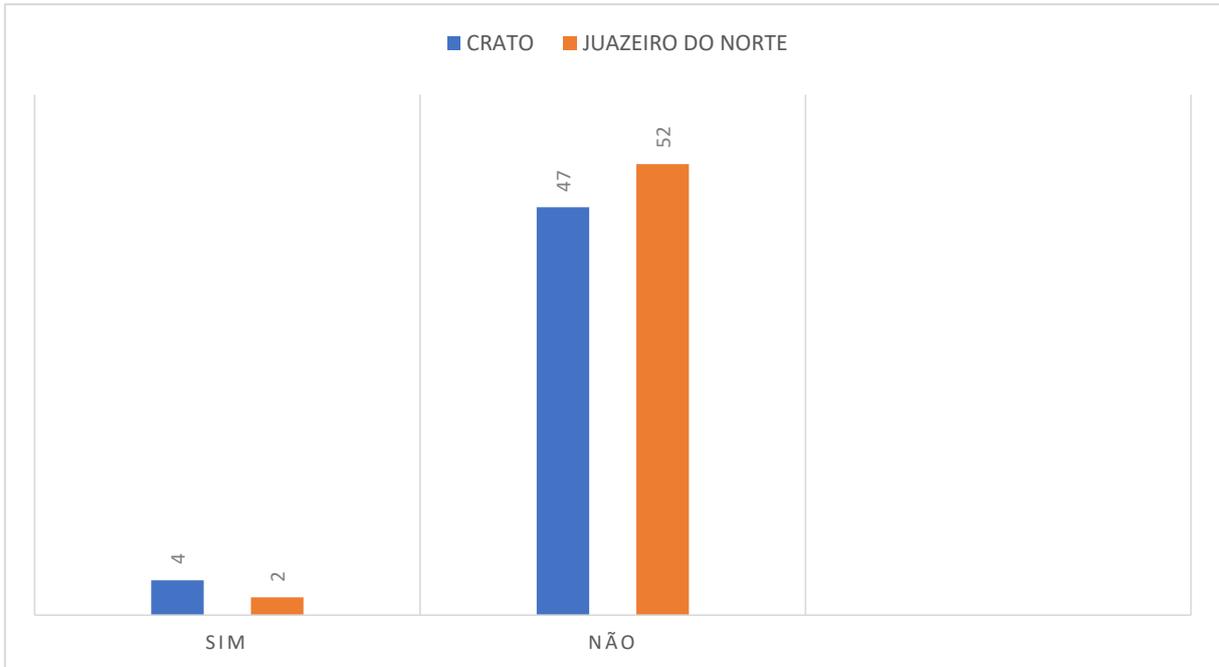
Dados da pesquisa, 2019.

É importante essa convivência em harmonia, o Bem Viver é definido como a oportunidade para construir uma nova sociedade, sustentada em uma convivência cidadã. Acosta (2016), explicita que a compreensão dos princípios do “BemViver”, que o humano se realiza em vivência em comunidade com outros seres humanos. ViverBem, “é viver em comunidade, irmandade e especialmente em complementariedade, viver em harmonia entre as pessoas.

Para viver em harmonia é necessário que os seres respeitem as diferenças, isso em relação a todos os seres do planeta, respeitando a tolerância e semelhanças, para a vivência em comunidade. Assim como respeitar a diferença é uma essência do Bem Viver, ele afirma ainda que na comunidade a criança se complementa com o avô, o homem com a mulher, a terra com a água, a humanidade com os vegetais.

Quando perguntados sobre a questão de possuírem transportes próprios, pequena parte dos beneficiários afirmou possuir, dentre eles estão carro, moto e bicicletas.

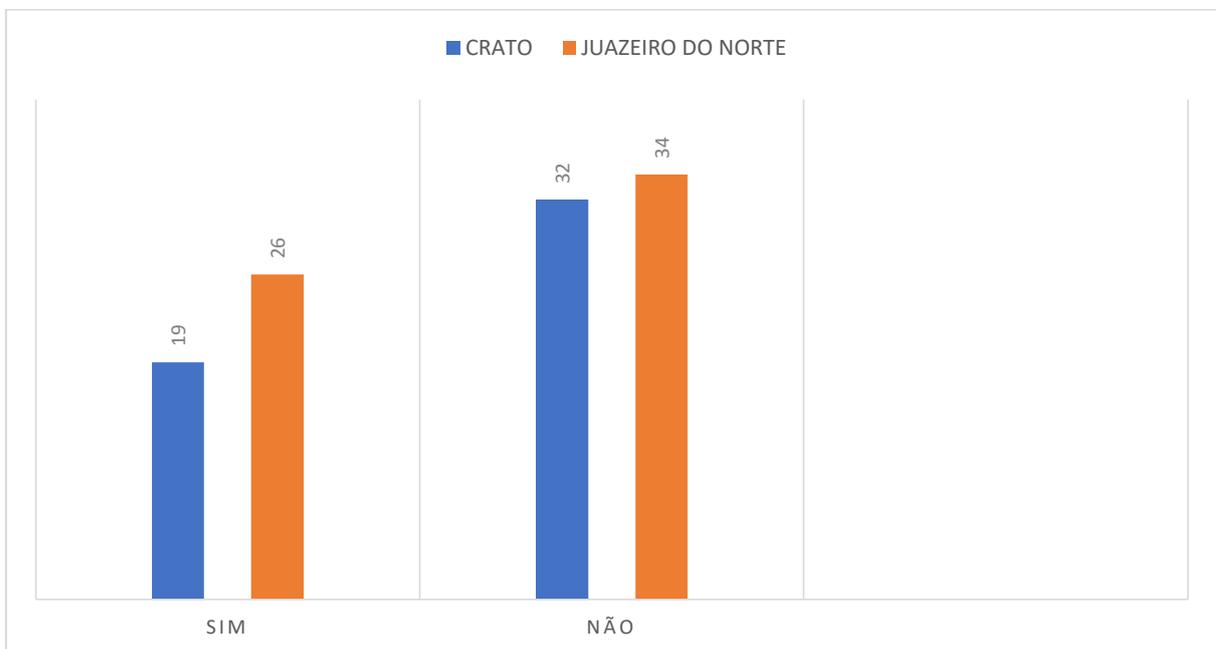
Gráfico 13 - Moradores que possuem Carro em Crato e Juazeiro do Norte



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

É possível identificar que apenas 2 (dois) beneficiários de Juazeiro do Norte e 4 (quatro), beneficiários do Crato possuem carro. Relacionado a motocicleta esse número já cresce, visto que 19 beneficiários de Crato e 26 de Juazeiro do Norte possuem motocicleta.

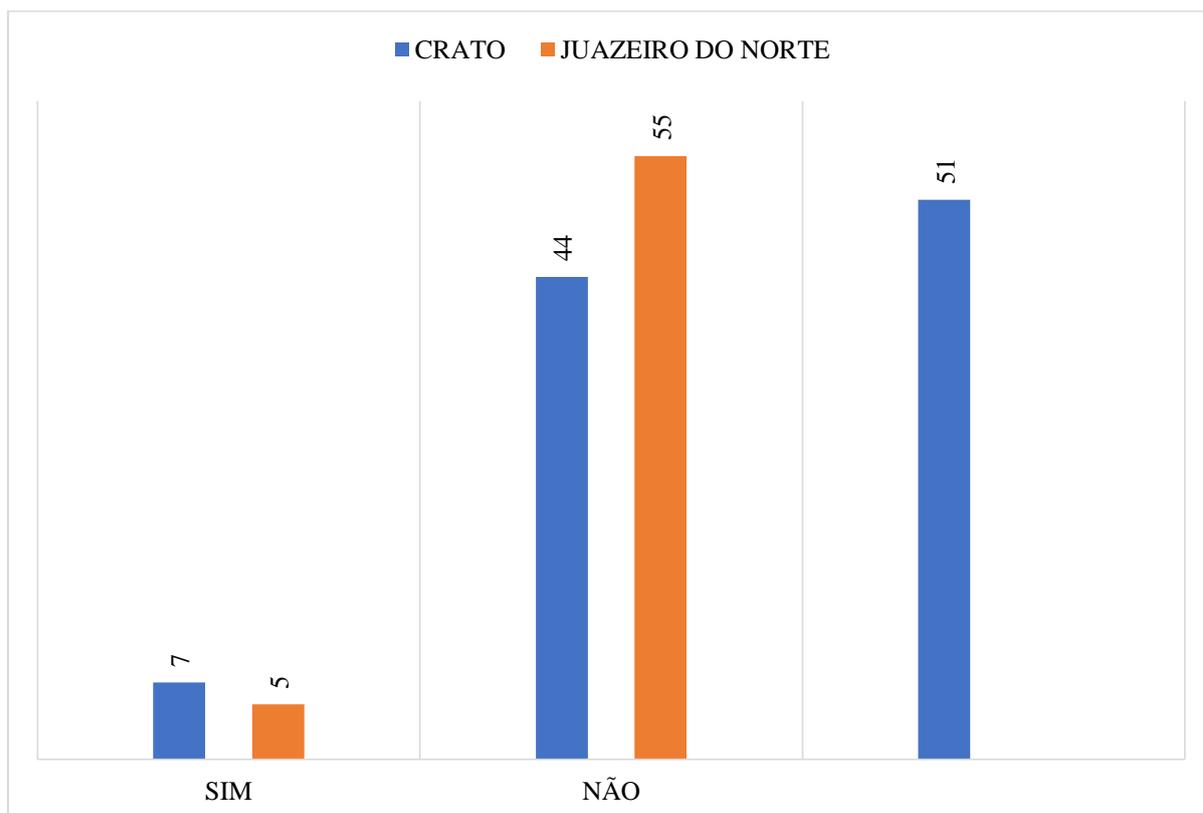
Gráfico 14 - Moradores que possuem Motocicleta em Crato e Juazeiro do Norte



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Outra questão estudada nos beneficiários das duas comunidades é que no que compete à questão possuírem bicicleta, apenas 14% dos beneficiários do município de Crato possuem transporte, e em Juazeiro do Norte essa porcentagem diminuiu visto que apenas 8% possuem bicicleta como principal transporte. Sendo assim, para a maioria dos moradores é necessário o uso de transporte público.

Gráfico 15-Moradores que possuem bicicleta em Crato e Juazeiro do Norte.

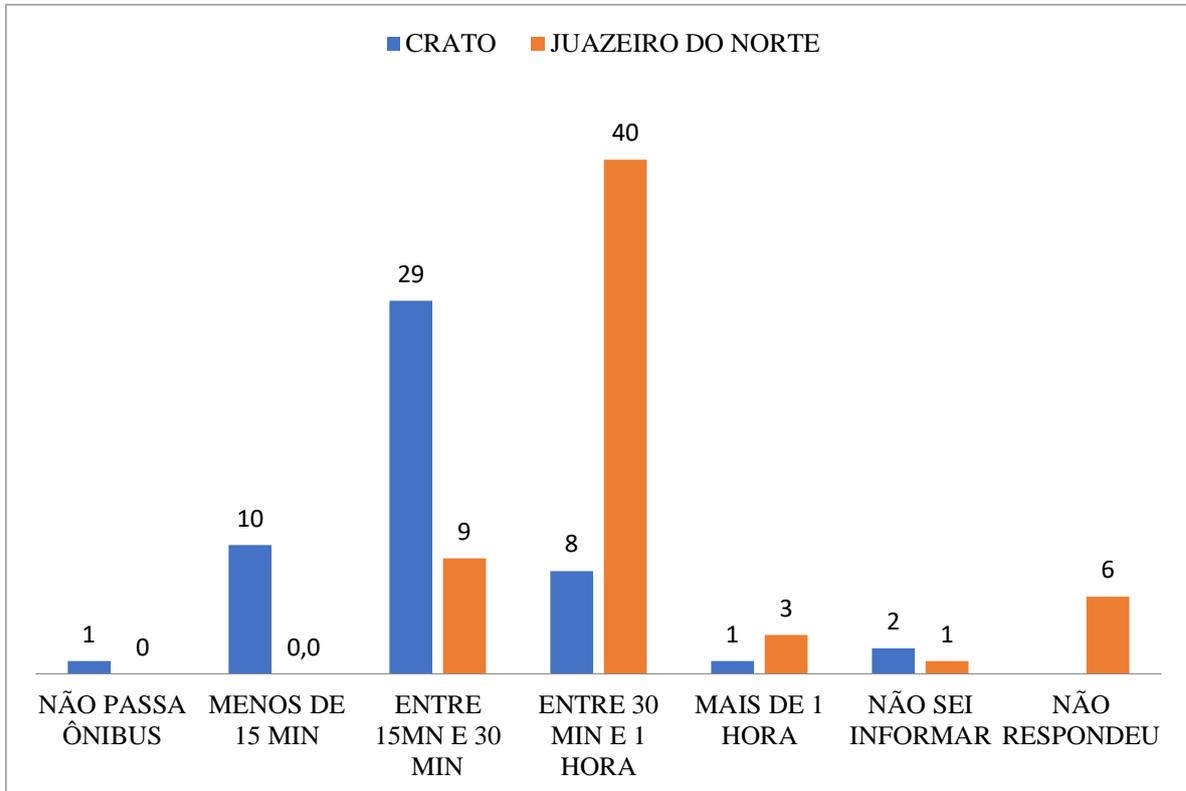


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Em ambos os municípios, a maior parte dos entrevistados afirma que utiliza ônibus como seu principal meio de transporte. No Gráfico 16 apresenta-se a frequência com que os ônibus passam próximo à casa dos entrevistados. É notável que a frequência dos ônibus seja insuficiente. É importante destacar que uma parte da população tem dificuldade nesse fator, visto que, os ônibus não passam próximo às suas unidades. O Brasil, por suas dimensões continentais e elevado número de cidades de médio e grande porte, tem, há muito tempo, grandes sistemas de transporte coletivo por ônibus nas áreas urbanas. Porém vale salientar que também não é garantido de que o sistema de transporte público por ônibus, que sempre foi e

será o principal meio de transporte da sociedade, seja planejado, implantado e operado com qualidade e prioridade, e que esse uso se faz devido a distância que os moradores possuem de suas necessidades.

Gráfico 16 - Frequência com que os ônibus passam próximo às residências do PMCMV.

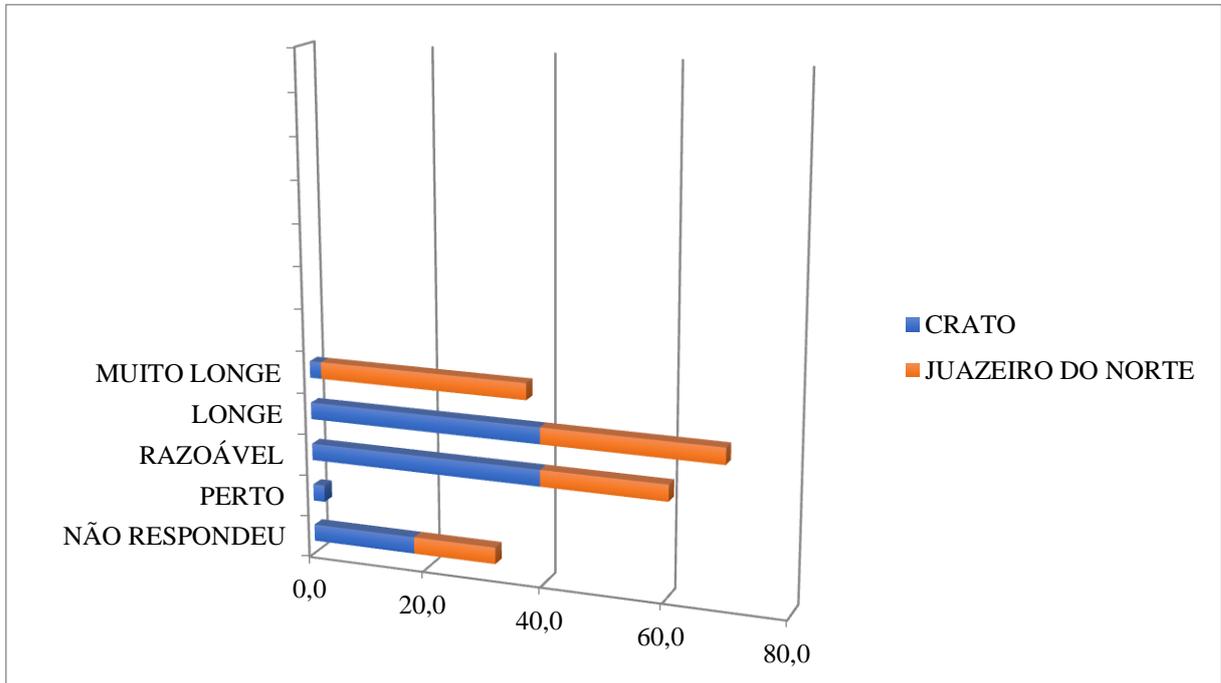


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A necessidade do transporte público origina-se das distâncias e dificuldades a serem percorridas pelos habitantes para alcançarem as oportunidades oferecidas, sendo que quanto mais distantes as habitações se localizam em relação às redes de transporte, mais difícil se torna o acesso às oportunidades urbanas. Quanto mais distantes as habitações se localizam em relação às redes de transporte, mais difícil se torna o acesso da população às oportunidades de emprego (NOBREGA *et al*, 2018). Esse fator é necessário ser reavaliado por parte do Governo Federal e dos atores responsáveis pela implantação do Programa.

O que chama atenção nos dois conjuntos estudados é a distância das moradias ao hospital, visto que mais de 42% dos beneficiários do Crato e 45% em Juazeiro do Norte consideram suas moradias muito longe deste. Os beneficiários relatam que o tempo percorrido para chegar ao hospital aumentou, quando comparado às suas antigas residências.

Gráfico 17–Distância entre a moradia e o hospital.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na questão do deslocamento, apesar de necessitarem, na maioria das vezes, de utilizar o transporte coletivo, a maioria não se mostrou insatisfeita. As análises em relação ao Programa identificam a ausência de articulação deste à política urbana, principalmente, no que se refere à localização dos empreendimentos. Os terrenos estão localizados, em sua maior parte, em regiões periféricas, nas quais os preços são mais baratos, priorizando, portanto, os interesses privados das grandes construtoras que têm por objetivo alcançar maior lucratividade na produção dos empreendimentos (PACHECO, 2017).

Nos dois residenciais, a partir de respostas colhidas juntos aos beneficiários do PMCM, quanto à variável “distancia”, após mudarem para as unidades de habitação, no município de Crato 30% consideram razoável a distância para os seus respectivos trabalhos, no município de Juazeiro do Norte 20% consideram muito longe.

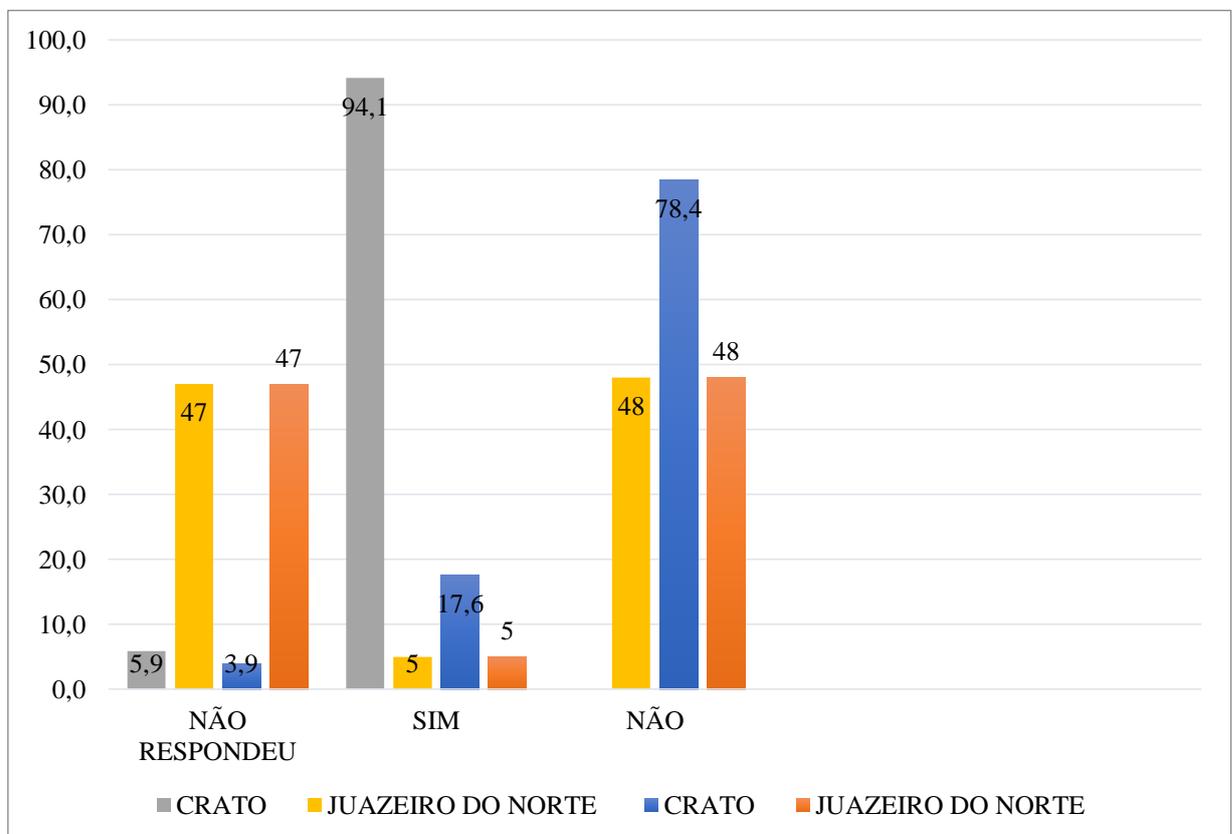
Gabbato e Piccinini (2017), concluíram no seu trabalho que os conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV tendem a ter a acessibilidade comprometida, gerando o rompimento das redes sociais dos residentes, prejudicando o acesso.

No Brasil, desde a sua criação, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) já apoiou a construção de 4,5 milhões de unidades habitacionais em todo o país, porém os empreendimentos costumam ser instalados em zonas distantes das áreas urbanas centrais. Essa escolha é resultado do baixo preço dos terrenos, que nas áreas mais afastadas são adquiridos por valores menores, devido à falta de infraestrutura.

Existem mercados e mercearias próximas aos dois conjuntos. O que é um fator positivo visto que eles não precisam se deslocar tanto para obter o que desejam. Evitam os desgastes excessivos com segurança.

Quando perguntados sobre questões relacionadas ao preconceito, sobre sofrerem algum tipo de discriminação por serem residentes de conjuntos do Programa Minha Casa Minha Vida, 90% dos moradores do município de Crato e 93% dos moradores do Juazeiro do Norte, responderam não.

Gráfico 18 – Incômodo com o nome do conjunto



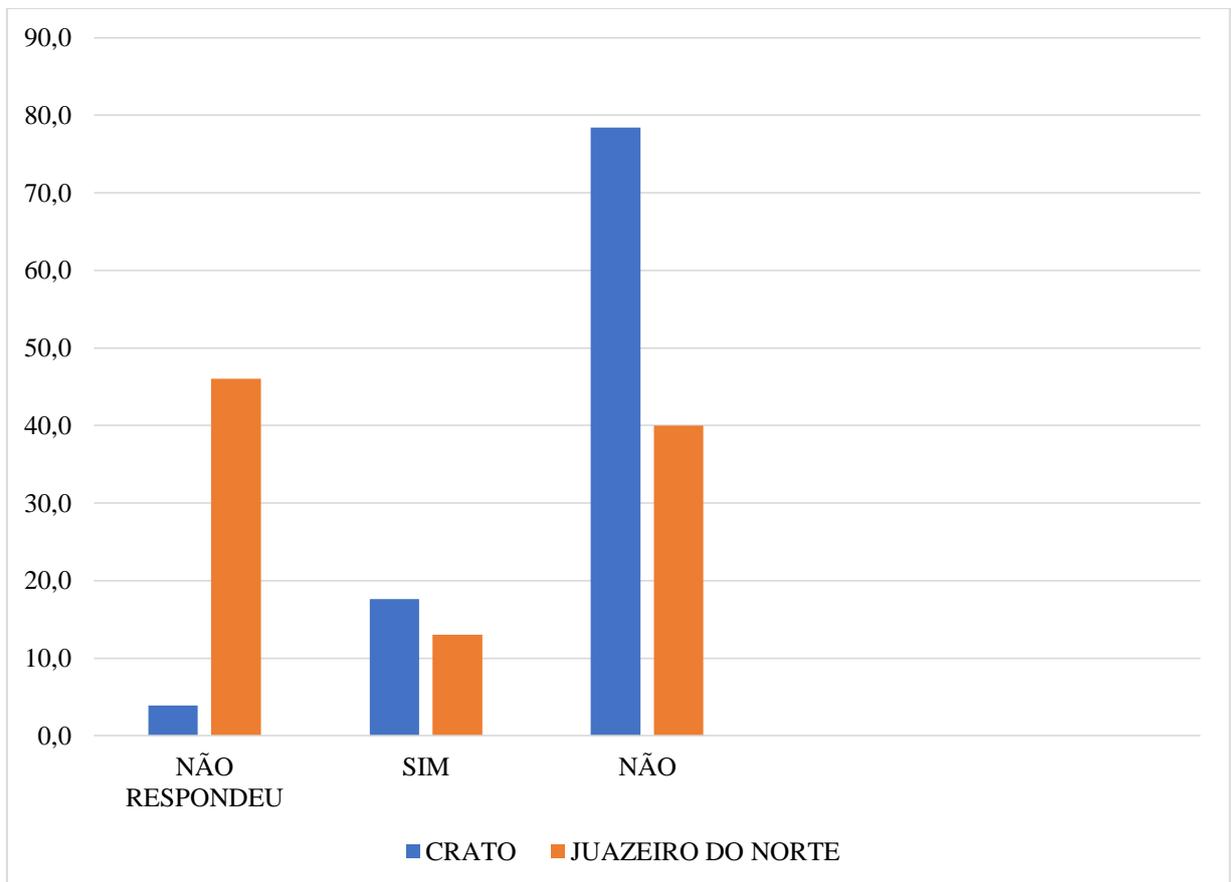
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Na divisão objetiva, real e visível, e subjetiva o conjunto fomenta uma imagem própria das áreas em antagonismo – que as trincheiras espaciais simbólicas aparecem como

elemento social do bairro. Tal elemento condensa a segregação espacial, o preconceito e a desqualificação social, reproduzidas no comportamento dos moradores quando pegam um ônibus, quando procuram emprego, quando classificam o bairro, no contato com os vizinhos, entre outras situações (Neves, 2007, pag. 17).

Quanto ao fato de intitular o local de suas moradias como “conjunto habitacional”, 93% dos residentes do Crato revelaram preferir que fosse chamado de outra forma. Em contrapartida, apenas 31% dos residentes em Juazeiro do Norte afirmaram o mesmo. Bem viver é respeitar e aceitar as semelhanças e diferenças entre os seres que vivem no mesmo planeta.

Gráfico 19 – Prefere outro nome para o conjunto

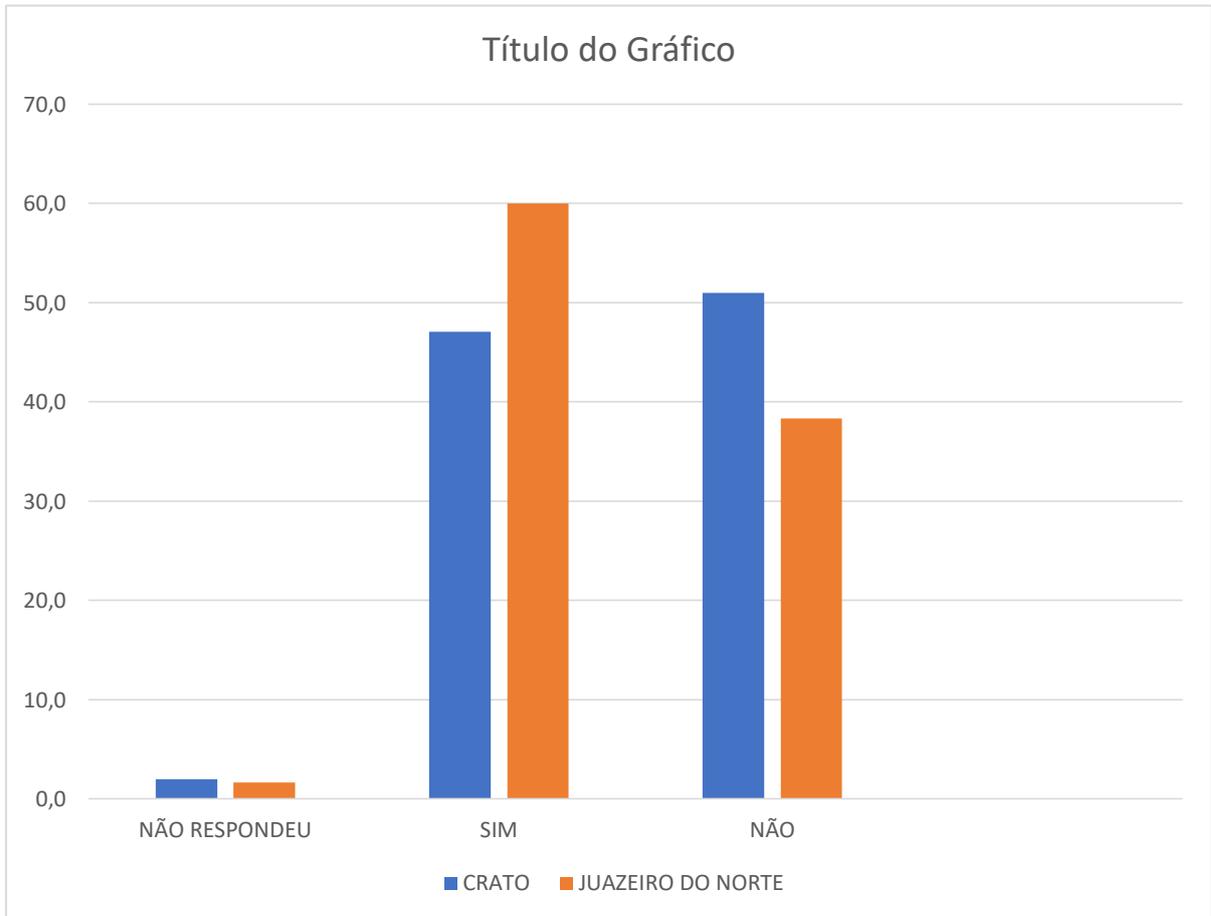


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os dados do Gráfico 20 apresentada abaixo mostram que os moradores dos residenciais do PMCMV possuem opinião diferente em relação à segurança no local, no Crato os beneficiários estão divididos entre 24 que afirmam sentir-se seguros no residencial e 25

que afirmam o contrário. No município de Juazeiro do Norte, 36 entrevistados afirmaram sentir-se seguros na unidade de habitação.

Gráfico20 - Sensação de segurança no local dos residentes entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

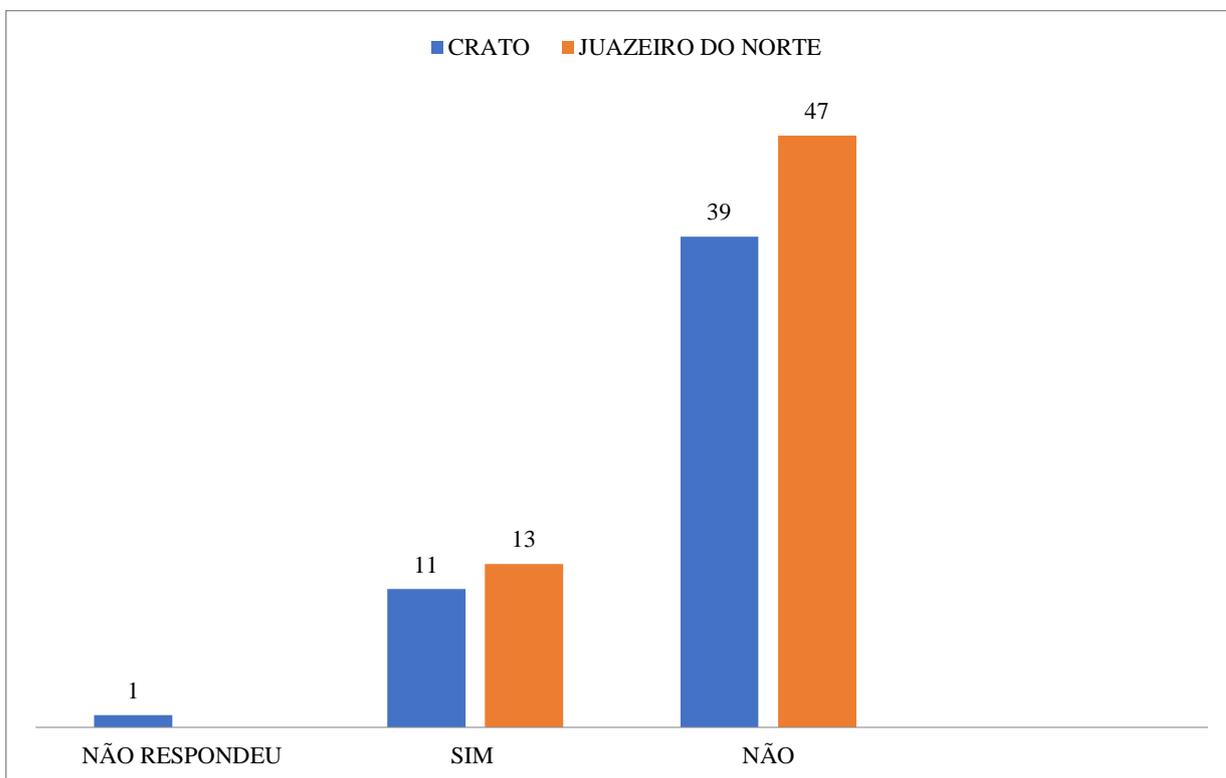
Em 2019, o governo chegou a anunciar que entre as mudanças propostas para o programa Minha Casa Minha Vida, pretende-se alterar a legislação para permitir que parte das casas seja destinada a profissionais de segurança pública, mesmo que os mesmos não estejam nas faixas de renda do Programa, para assim garantir a segurança dos condomínios habitacionais do MCMV (KRÜGER, 2019).

Fazem-se necessárias políticas públicas que funcionem, precisa-se que exista um acompanhamento periódico nos residenciais do PMCMV. Segundo os dados da pesquisa, visto que uma grande parte dos entrevistados respondeu sentir insegurança por existirem terrenos ou lugares próximos ao residencial que consideram perigosos.

O meio ambiente e a preservação do mesmo é um fator crucial para o desenvolvimento sustentável, e necessário. Quando perguntados sobre a existência de

áreas verdes nos condomínios, 39 beneficiários do Crato e 47 do Juazeiro do Norte respondeu que não existia (Gráfico 21).

Gráfico 21- Identificação de Áreas Verdes nos condomínios analisados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os problemas urbanos enfrentados nos dias atuais, tais como poluição do ar e da água, enchentes, ruídos em excesso, entre outros, causam sérios danos à saúde da população, e o aumento populacional e a expansão das cidades, aliada à falta de políticas públicas eficazes, capazes de ordenar este crescimento com a manutenção das áreas verdes, tem provocado a redução da vegetação nas urbes, tornando as cidades cada vez menos acolhedoras ambientalmente para a ocupação humana. (LONDE; MENDES, 2014).

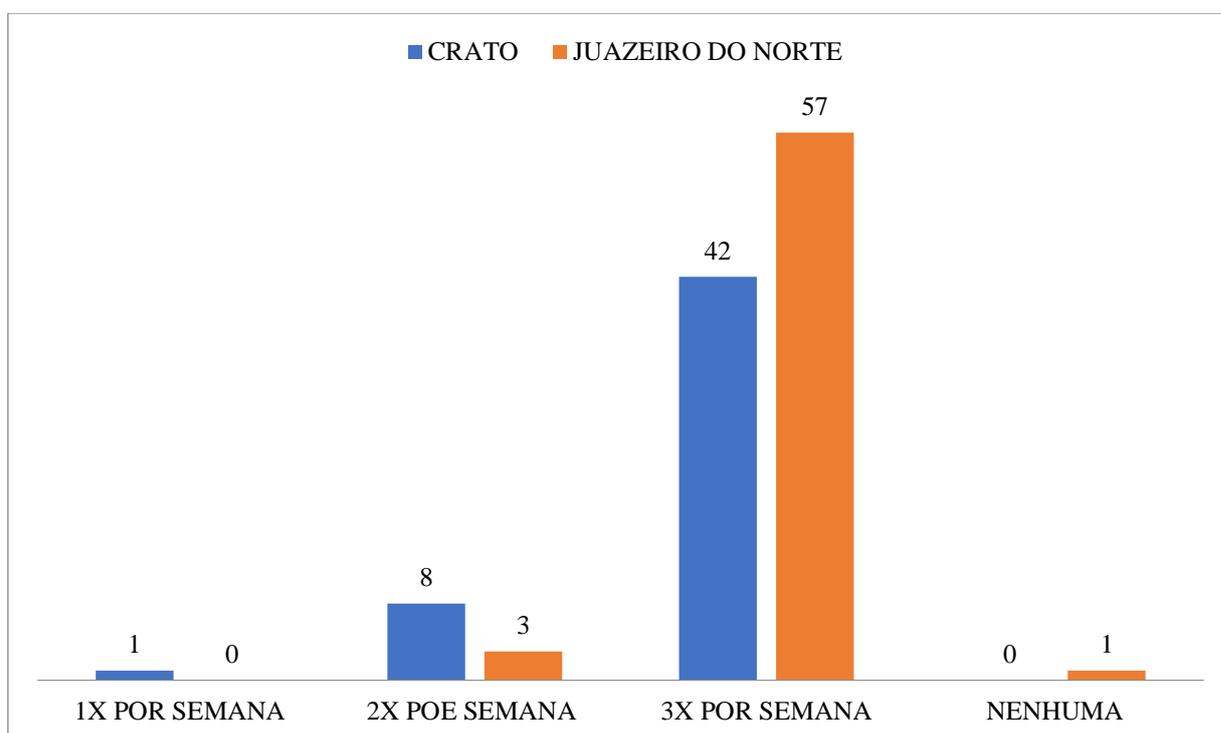
É necessária a realização de pesquisas que discutam o papel das áreas verdes no espaço urbano; suas contribuições para a qualidade ambiental dos municípios e para a qualidade de vida da população e promovam reflexões acerca da importância do planejamento municipal e de políticas públicas, na construção de cidades ambientalmente saudáveis e sustentáveis (LONDE; MENDES, 2014).

No conceito de Bem Viver, não existe de um lado o ser humano e de outro a natureza, e sim seres humanos e demais seres, fazem parte da natureza, nesse caso a dimensão

ecológica da realidade reconhece que a natureza é indivisível e intrinsecamente imbricada à vida dos seres humanos; somos parte da natureza.

A preservação do meio ambiente é importante e cada vez mais deve ser assegurada. No que compete à coleta de lixo nos conjuntos habitacionais, 57 beneficiários no residencial Nossa Senhora das Dores são servidos pela coleta de lixo 3 (três) vezes por semana, outros 3 relataram que apenas 2 (duas) vezes na semana e apenas 1 afirmou não receber coleta de lixo. No Residencial Monsenhor Montenegro, 42 entrevistados afirmaram frequência na coleta de lixo 3 (três) vezes por semana, 8 (oito) respostas 2 (duas) vezes, sendo apenas 1 com 1 (uma) coleta por semana (Gráfico 22).

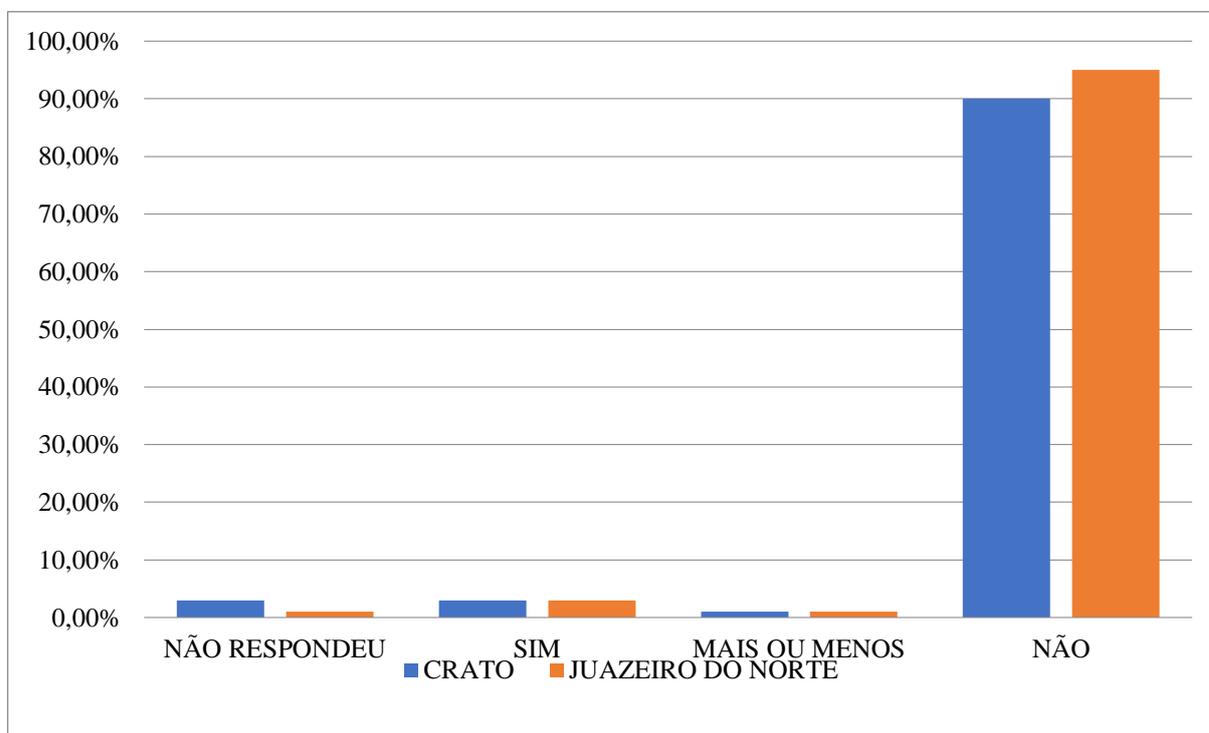
Gráfico 22 - Frequência coleta de lixo declarada pelos moradores entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O PMCM traz em sua concepção características básicas para a escolha do terreno e inserção na parte urbana, como a existência de infraestrutura básica que permita as ligações de água e esgoto, energia elétrica, coleta de lixo, existência de rede de transportes públicos e existência de equipamentos e serviços relacionados à educação, saúde e lazer são pontos principais para que seja aprovado a contratação de um projeto dentro do PMCMV (SAPORINO, 2015). A opinião dos moradores em relação à presença ou não de áreas de lazer como componentes do espaço onde habitam está analisada no Gráfico 13.

Gráfico 23 - Identificação de áreas de lazer nos condomínios analisados.



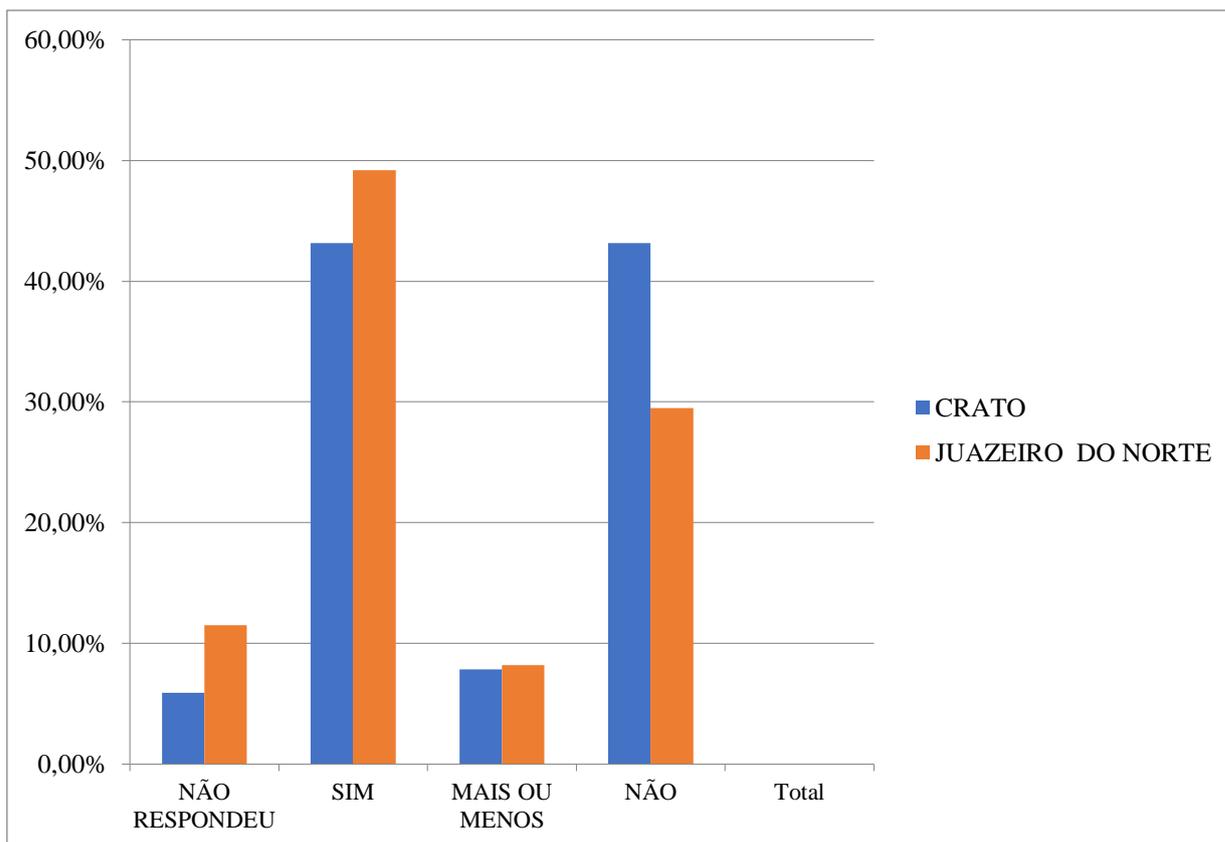
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme afirma Dumazedier (1973 *apud* SANTINI, 2006), o lazer pode ser caracterizado como um grupo de ocupações às quais o ser humano pode dedicar-se de livre e espontânea vontade, seja com o objetivo de descansar, divertir-se, ocupar-se ou até mesmo para melhorar sua informação ou formação desinteressada, sua atividade social voluntária ou sua criatividade após libertar-se de seus compromissos profissionais, familiares e sociais.

Porém, mesmo sendo uma regra do Programa, os dois residenciais estudados não apresentam área de lazer. Visto que dos beneficiários entrevistados mais de 90%, em ambas os municípios, afirmaram não existir área de lazer no condomínio do PMCMV.

No que compete à dificuldade para obtenção de vaga em escola, mais de 40% dos beneficiários afirmaram possuir dificuldades (Gráfico 24). O que se torna preocupante, pois a escola é a principal porta de acesso à educação. E cada vez mais deve ser evitada a evasão escolar.

Gráfico 24 - Dificuldade para encontrar vaga em escola próxima à residência.



Dados da pesquisa, 2019.

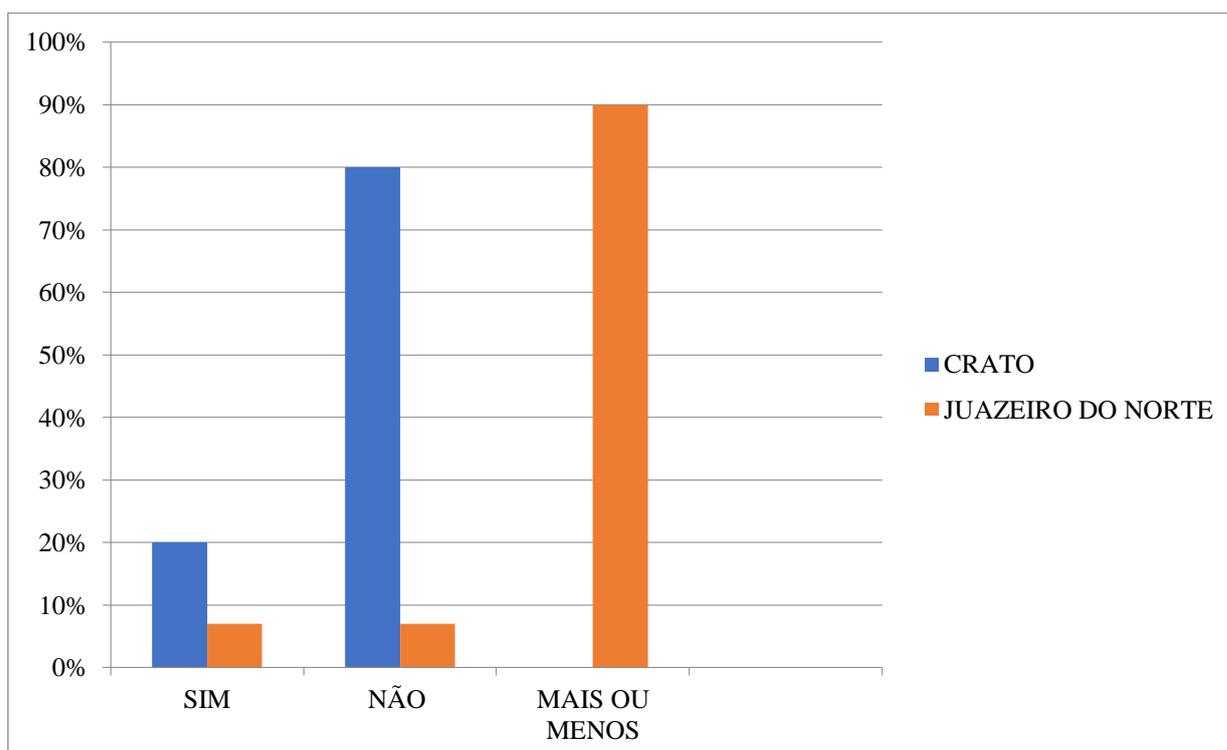
Evasão escolar é conceituada como a saída do aluno da escola, e esse desvio se dá por vários motivos, tais como: situação econômica da família; falta de vagas nas escolas; distância da escola; problema de relacionamento entre professor e aluno; gravidez precoce; falta de interesse e de incentivo dos pais e da própria escola, entre outros.

O maior índice de evasão escolar está relacionado à mudança de endereço durante o período letivo. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), capítulo IV, artigo 55, parágrafo único “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Quanto à mudança de endereço os pais devem requerer junto a escola anterior, onde a criança estudou, a transferência para a escola mais próxima da sua nova residência. Embora o E.C.A garanta o direito da criança e do adolescente à educação, colocando esta como dever do Estado, quando ocorre uma mudança de endereço durante o período letivo torna-se difícil a obtenção de uma vaga na nova escola. Porém, a escola deve aceitar o aluno em qualquer época do ano (SERV. SOC. REV., 2000, p.218).

As más condições de acesso e de mobilidade urbana potencializam a segregação social e espacial dos moradores dos conjuntos habitacionais e, portanto, denotam pouca eficácia social (CARVALHO; STEPHAN, 2016).

Segundo Salles (2007), para que um ambiente seguro seja construído, são recomendadas ações direcionadas para a inibição do cometimento de crimes e/ou violência. Nos dois conjuntos estudados, os entrevistados quando perguntados sobre violência, ficaram divididos, visto que 80% dos entrevistados de Crato afirmaram existir problemas com violência. Em contrapartida no residencial de Juazeiro do Norte, 90% optaram por responder a opção “mais ou menos”.

Gráfico 25 - Identificação de problemas com violência nos condomínios analisados.

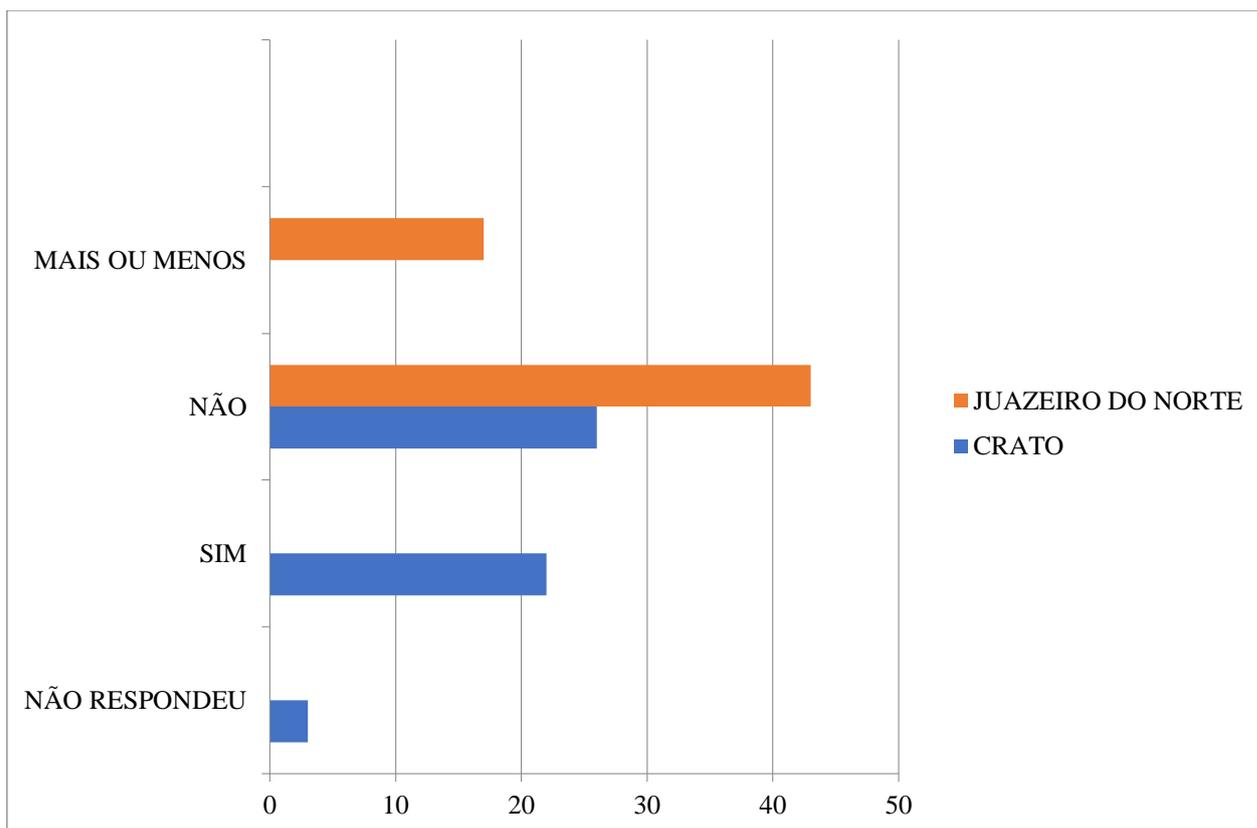


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

É importante destacar que as pessoas precisam sentir-se seguras, para viver melhor. No “Bem Viver”, os seres humanos devem ser vistos como uma promessa, não como ameaça.

A segurança dos beneficiários do PMCMV deveser oferecida pelos governos estaduais, não só pelo Governo Estadual. A questão da iluminação está ligada a violência, visto que a falta de iluminação adequada pode contribuir para o surgimento ou aumento da violência nos condomínios. Em relação à iluminação pública adequados, 43 entrevistados de Juazeiro do Norte e 27 do Crato afirmaram que a iluminação pública não é adequada (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Iluminação pública adequada.

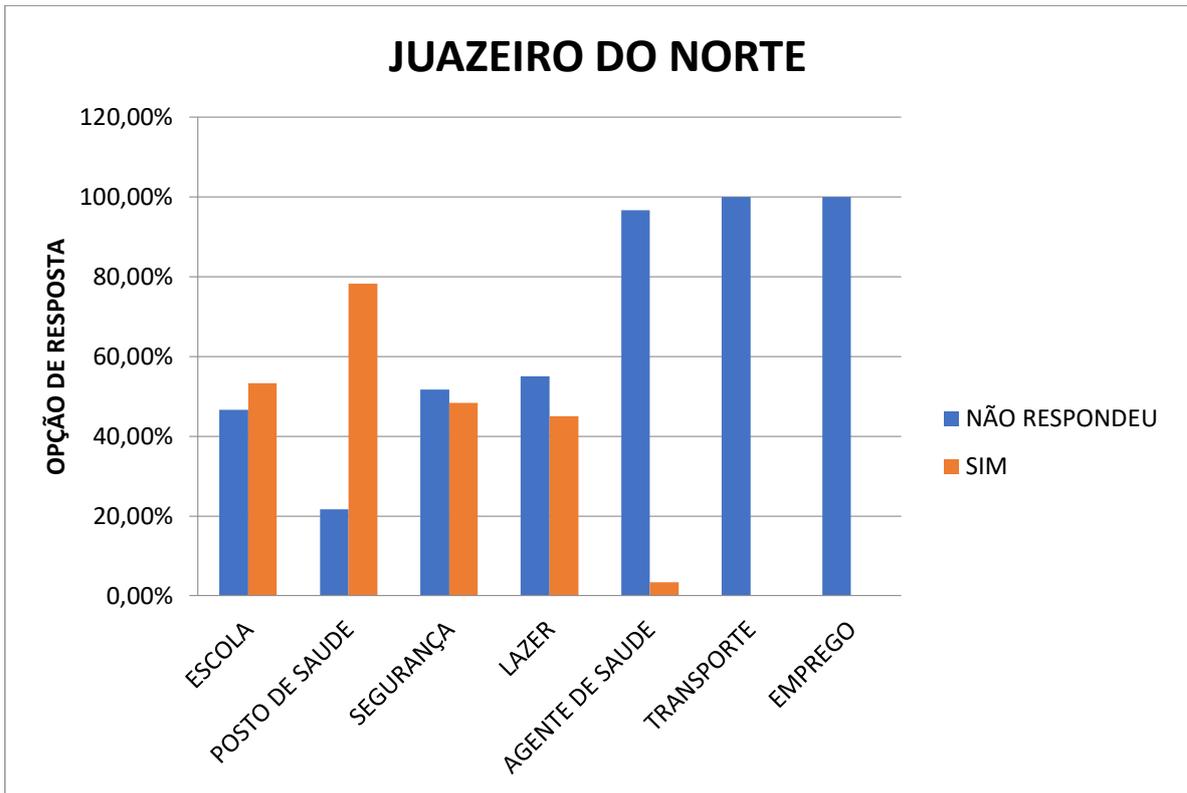


Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A iluminação pública é um direito dos moradores e, pela Constituição Federal, cabe às prefeituras organizar e prestar esse serviço. Cada município recolhe de acordo com a legislação local, o valor da CIP ou COSIP, Contribuição de Iluminação Pública, cobrada dos moradores nas faturas de energia elétrica.

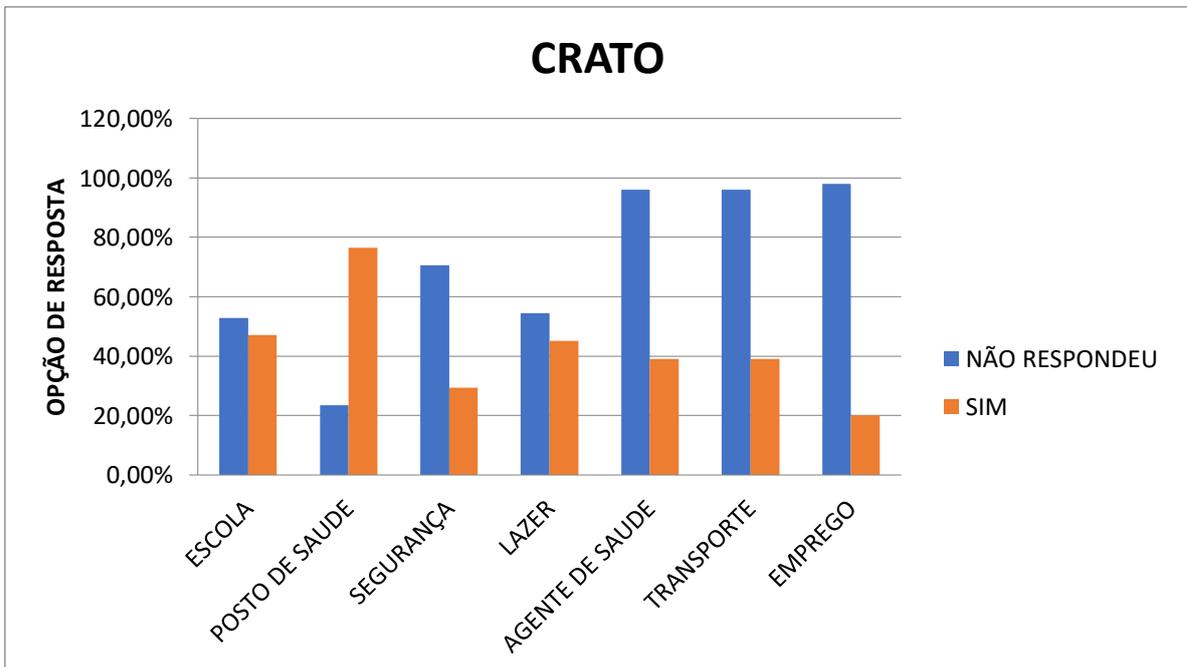
Cada vez mais se sente a necessidade de melhorias por parte do poder público para a população residente nos condomínios do PMCMV, os dados apresentados no Gráfico 27, mostram que os beneficiários precisam de mudanças, e necessitam de investimentos nos setores. No município do Juazeiro do Norte em média 50% optaram “escola”, como sua principal necessidade e quase 80%, responderam posto de saúde (Gráfico 27). No município de Crato, os resultados foram parecidos, visto que acima de 40% optaram por escola, e 60% por posto de saúde, vale salientar que 20% sentem a necessidade de emprego (Gráfico 28).

Gráfico 27 - Identificação das melhorias desejadas pelos moradores em Juazeiro do Norte-CE.



Dados da pesquisa, 2019.

Gráfico28- Identificação das melhorias desejadas pelos moradores em Crato - CE.



Dados da pesquisa, 2019.

Essa necessidade de melhoria ocorre por conta da distância que os beneficiários de ambos os municípios percorrem para ter acesso a esses serviços. A localização da moradia tem profundas implicações na vida de seus moradores. Os conjuntos habitacionais construídos pelo PMCMV não podem possuir problemas de acessibilidade.

Aceitando-se que a responsabilidade na promoção do bem comum das populações é do Estado, verifica-se que os diferentes atores envolvidos na condução do PMCMV, como política habitacional que deveria promover a diminuição da exclusão social e propiciar melhor qualidade de vida dos moradores urbanos mais pobres, falham. Primeiramente, falha o Estado ao delegar o poder de decisão projetual ao setor privado. Erram os empresários ao não procurarem formas projetuais apropriadas à qualificação da engenharia, da arquitetura e do desenho urbano nacional, com possibilidade de avanços nas formas construtivas e nos materiais. Erram as prefeituras ao não cumprirem sua função de designar as localizações dos empreendimentos, uma vez que a proposta destas localizações vem, quase que exclusivamente, por parte das construtoras. Isto pode ser comprovado através das localizações inadequadas, longe de equipamentos e serviços públicos. Cabe salientar que não se trata somente de uma questão de localizar apenas os prédios, mas de contratar os servidores públicos para atender creches, escolas, postos de saúde, entre outros. Erra a CEF em não contar com mecanismos para exigir qualidade dos projetos e localizações (GOBBATO; PICCININI, 2017).

Na política do PMCMV, inclui diretrizes para melhor desenvolver o programa. As diretrizes gerais propostas no PMCMV tratam de:

(a) promoção da melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas; (b) provisão habitacional em consonância com as políticas públicas integradas à esfera municipal, estadual e federal; (c) criação de novos postos de trabalho através da cadeia produtiva da construção civil; (d) promoção de condições de acessibilidade a todas as áreas públicas e de uso comum; e (e) execução de trabalho social para verificar se estão sendo postas em prática e quais os efeitos da implementação dessa importante política pública (MOREIRA, 2016, p. 18).

Segundo Monteiro (2016), o maior desafio do PMCMV é promover condições adequadas de habitabilidade urbana, ou seja, a obtenção de terrenos compatíveis com o programa e a disponibilização de serviços como: creches, escolas, postos de saúde, segurança e transporte, no geral em relação ao Programa pode-se considerar que o PMCMV busca universalizar o acesso à moradia digna, porém, deve garantir os padrões mínimos de infraestrutura básica, como transporte coletivo e serviços sociais, entendidos como direitos e formas de inclusão social.

Na análise do PMCMV nos dois residenciais é possível identificar que os resultados se aproximam da filosofia do Bem Viver, fatores que se relacionam com costumes dos povos tradicionais, entre eles estão: relações de afetividade entre os vizinhos e parentes,

relações solidárias entre a comunidade, respeito à diversidade, necessidade de relação com a natureza. Porém na comunidade não foi encontrado muitas práticas relacionadas com o princípio do Bem Viver.

O direito à moradia digna, a um trabalho e à saúde de qualidade, é fator crucial para se viver em sociedade, como mencionado de forma brilhante na Obra “O Bem Viver”, todas as pessoas têm direito a uma vida digna, que assegure saúde, alimentação e nutrição, água potável, moradia, saneamento básico, educação, trabalho, descanso e ócio, cultura física, vestimenta, seguridade social e outros serviços sociais.

No que compete ao Bem Viver é possível observar que relacionando os princípios com PMCMV, e analisando a necessidade de melhorias, pelos moradores, percebe-se que não se é capaz de produzir o Bem Viver de todos os cidadãos. É necessário acreditar em outro mundo possível, ou seja, descolonizar as políticas públicas, as escolas e favorecer o acesso a todos.

É notável que se necessita atender os princípios do Bem Viver que são: priorizar a vida; obter acordos consensuais; respeitar as diferenças; viver em complementaridade; equilíbrio com a natureza; defender a identidade; aceitar as diferenças; priorizar direitos cósmicos; saber comer; saber beber; saber dançar; saber trabalhar; retomar o Abya Yala; reincorporar a agricultura; saber se comunicar; controle social; trabalhar em reciprocidade; não roubar e não mentir; proteger as sementes; respeitar a mulher; Viver Bem e não melhor; recuperar recursos; exercer a soberania; aproveitar a água; escutar os anciãos, para assim e viver melhor.

Sente-se a falta de os princípios do Bem Viver para cada vez mais resultados positivos nas políticas de habitação. Segundo Silva (2019), são políticas públicas necessárias para o Bem Viver: Estado Plurinacional; Direito à água; Direito ao Território; Direito à alimentação; Direito à diversidade religiosa; Direitos Coletivos Comunitários; Direito a viver sua visão.

As necessidades humanas fundamentais podem ser atendidas e garantidas desde o início e durante todo o processo de construção do Bem Viver, desde que tais necessidades sejam defendidas em forma de lei. O processo deve ser democrático e participativo, criando os fundamentos para proporcionar a todos uma vida plena, elegendo meios adequados para os fins essenciais (SILVA, 2019).

Acosta reforça a necessidade de reorganizar a produção no campo econômico, de forma a não depender das engrenagens dos mecanismos de mercado e restaurar a matéria utilizada para reciclá-la e reordená-la em novos ciclos ecológicos. O mundo precisa também

de uma racionalidade ambiental capaz de desconstruir a racionalidade econômica, que construa processos de reapropriação da natureza e reterritorialização das culturas.

O Bem Viver provoca uma mudança na tradição, coloca os indivíduos de frente aos problemas, para que, coletivamente, procurem soluções que beneficiem a todos, dáumsentido ao viver coletivo, agregando os aspectos ambientais, sociais, econômicos e culturais. O Bem Viver suscita mudanças no modo de vida, as quais só serão possíveis se houver transformações de valores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou como objetivo relacionar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) nos assentamentos dos municípios de Juazeiro do Norte e Crato (CE) com os princípios do Bem Viver.

A sequência do trabalho foi percorrida de forma a mostrar a questão de habitação no Brasil, o PMCMV e sua relação com Os princípios do Bem Viver. O PMCMV é importante fonte de qualidade de vida, visto que seus territórios reúnem milhares de famílias que precisam, entre outras coisas, serem reconhecidas como cidadãos de direitos na sociedade, tendo acesso a equipamentos e serviços básicos e oportunidade de trabalhos dignos e renda.

Nos conjuntos residenciais dos municípios estudados, conclui-se que os beneficiários já residiam nos respectivos municípios mesmo antes do residencial. Os moradores de Crato e de Juazeiro do Norte moravam de aluguel, o PMCMV proporcionou a eles o direito de possuir uma casa própria. Os entrevistados afirmaram ainda que, sem o PMCMV não conseguiriam comprar uma moradia, visto que, a maior parte dos moradores não possui renda fixa.

Com relação aos valores das mensalidades de amortização da dívida, os beneficiários consideram o valor justo. Porém, acreditam que seus gastos com água e luz aumentaram depois que mudaram para o residencial.

Com relação ao acesso a saúde em ambos os municípios, os beneficiários do PMCMV, não recebem visitas de agentes de saúde, apesar de ser importante, eles não são atendidos e ficam sem possuir uma ligação como sistema de Saúde.

Uma das variáveis que chamaram atenção é a distância dos dois condomínios em relação ao hospital, ao trabalho, e isso representa uma supressão de direitos essenciais relacionados a saúde e a renda. Essa distância é devida a condição, de que não existiu uma preocupação com a parte urbana dos municípios quando o condomínio foi construído.

É notável que o PMCMV, nos residenciais Nossa Senhora das Dores e Monsenhor Montenegro, apresenta pontos positivos e negativos, em seu desenvolvimento. Apesar de existir alguns problemas os beneficiários de ambos os residenciais, estes estão muito satisfeitos com a moradia e muitos afirmam sentir-se seguros. A alegria de estar residindo em sua casa própria é evidente.

Assim, cada vez mais se sente a necessidade de criação de políticas públicas com favorecimentos para beneficiários do programa.

A necessidade de áreas de lazer é unânime, pois mesmo sendo regra do Programa, ambos os condomínios estudados não possuem áreas de lazer. Os espaços de lazer são muito importantes para a convivência em comunidade, para estabelecerem relações de proximidade. Surge também a necessidade de áreas verdes. Criação de políticas públicas para construção de um desenvolvimento dentro das relações do Bem Viver. No Bem Viver, o ser humano é visto como futuro e não como uma ameaça.

No que compete à relação dos princípios do Bem viver e as políticas públicas de habitação podemos afirmar que o Bem Viver entra na formulação da política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociedade, áreas verdes, lazer e hortas urbanas, cooperativas de produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo e nas mais diversas formas do viver coletivo, com diversidade e respeito ao próximo, o que se deve ser implantado em conjuntos habitacionais, e que as falhas do programa seriam menores com a adoção do Bem Viver.

Portanto esta pesquisa permite afirmar que é necessário Políticas públicas para a construção do Bem Viver, de acordo com contribuições de Acosta (2016), ou seja, políticas existentes na comunidade que possam refletir em benefícios ou melhoria na vida dos integrantes da comunidade.

Ainda que o PMCMV impulse o mercado, acelerando indústria da construção civil e o mercado imobiliário, ampliando as fronteiras e possibilidades de investimento nas grandes cidades, é importante destacar que esse programa não fortalece os princípios do bem viver. Observa-se essa conclusão a partir dos resultados encontrados e apresentados no capítulo sobre os resultados.

Para futuras pesquisas, sugerimos a realização dessa análise em outros residenciais, para avaliação das necessidades presentes nos mesmos.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver – Uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo. Autonomia Literária e Editora Elefante, 2016.
- AKAMINE, D. Minha Casa Minha Vida: política habitacional e a inserção social no Brasil 2012. **Portal Administradores**. Disponível em <www.administradores.com.br>. Acesso em: 13 mar. 2019.
- ALCANTARA, C. A.; SAMPAIO, C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 40, 2017.
- ANDRADE, G. V. M. **Políticas habitacionais brasileiras: uma avaliação do programa minha casa minha vida em suas duas edições**. Projeto de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro URFJ. Rio de Janeiro, 2012.
- ANTUNES, Leda. Minha Casa perto do fim? Programa habitacional popular faz 10 anos com menos dinheiro e sob pressão para mudar nome e regras. **Uol Economia**, 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/minha-casa-minha-vida-dez-anos/#minha-casa-perto-do-fim>>. Acesso em: 28 fev. 2020.
- BACHELARD, Gaston. **A Poética do espaço**. São Paulo: Editora Abril, 1978.
- BALBIM, R.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. C.. **Para além do Minha Casa Minha Vida: Uma política de habitação de interesse social?** Texto para Discussão, 2015.
- BONDUKI, N.; KOURY, A. P. Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana. **Revista Eletrônica Vitruvius**, v. 10, 2010.
- BONIM, I.; BONILHA, P. O Bem Viver Indígena e o futuro da humanidade. Encarte Pedagógico X. **Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)**. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Porantim381_Dez_Encarte-2015.pdf> Acesso em: 01 jan. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agentes comunitários ajudam a melhorar a saúde da população. **Blog da Saúde**, 2018. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/geral/53180-agentes-comunitarios-ajudam-a-melhorar-a-saude-da-populacao>>. Acesso em: 01 dez. 2019.
- CAIXA ECONOMICA FEDERAL. BRASIL. **Minha Casa Minha Vida**. 2019.
- CARDOSO, Claudia Lins. Relações interpessoais na equipe do programa saúde da família. **Rev. APS**, v. 7, n. 1, p. 47-50, 2004.

CARVALHO, A. W. B; STEPHAN, I. I. C. Eficácia social do Programa Minha Casa Minha Vida: discussão conceitual e reflexões a partir de um caso empírico. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 283-307, 2016.

CAVALCANTI, L. A.; RONSARDA, A. M. **Política pública de habitação e o desenvolvimento regional: análise do complexo multimodal Aluízio Campos em Campina Grande-PB.** 2019.

CHAER, G.; DINIZ, R.R.P; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, 2011

DAVID, Choquehuanca. **Os pressupostos do Viver Bem.** Entrevista ao jornal boliviano La Razon no dia 31/01/2010.

FERREIRA, G. G.; CALMON, P.; FERNANDES, A. S. A.; ARAÚJO, S. M. V. G. D. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

FERREIRA, G. G.; CALMON, P.; FERNANDES, A. S. A.; ARAÚJO, S. M. V. G. D. Política habitacional no Brasil: uma análise das coalizões de defesa do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social versus o Programa Minha Casa, Minha Vida. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019.

FINO, Carlos Manuel Nogueira. FAQs, etnografia e observação participante. **Revista europeia de etnografia da educação**, v. 3, p. 95-105, 2003.

GOBBATO, F. G.; PICCININI, L. T. S. O programa Minha Casa Minha Vida e a constituição de políticas públicas habitacionais. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, v. 2, n. 1, 2017.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <<http://www.cplp.org>>. Acesso em:01 jun. 2018.

GONÇALVES, José Pereira. Acesso ao financiamento para moradia pelos extratos de média e baixa renda: a experiência brasileira recente. In:Comisión económica para américa latina y el caribe/PNUD políticas financieras para eldesarrollounidad de financiamientod.c.i.t.f., 1997. Santiago de Chile. **Anais...** Santiago de Chile: NACIONES UNIDAS, 1997. p. 5-62.

GUDYNAS, Eduardo. Bem-Viver: Germinando alternativas ao desenvolvimento. **América Latina em Movimento-ALAI**, v. 462, n. 1-20, 2011.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal.** 2017.

KRÜGER, Ana. Governo quer policiais em unidades do MCMV para garantir segurança. **Valor**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/06/04/governo-quer-policiais-em-unidades-do-mcmv-para-garantir-seguranca.ghtml>>. Acesso em: 01 jan. 2020.

LACERDA, R. F.; FEITOSA, S. F. Bem viver projeto utópico. Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru. **Revista de Educação**,v.1, n.1, 2015.

LACERDA, R. F.; FEITOSA, S. F. Bem viver: projeto u-tópico e de-colonial. **Interritórios**, v. 1, n. 1, 2015.

LONDE, Patrícia Ribeiro; MENDES, Paulo Cezar. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, Hygeia, v. 10, n. 18, p. 264-272, 2014.

MARQUES, E.; RODRIGUES, L. O Programa Minha Casa Minha Vida na metrópole paulistana: atendimento habitacional e padrões de segregação. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 15, n. 2, p. 159, 2013.

MARQUES, Gabriela de Azevedo. O Programa Minha Casa Minha Vida e suas implicações na reestruturação das cidades médias e dos centros regionais: estudo de caso em Sobral, Ceará. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017.

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz. BNH: outras perspectivas. In: I Conferência Nacional de Políticas Públicas, 2010, Natal. **Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas**, 2010.

MONTEIRO, A. R.; VERAS, A. T. R. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**. Fortaleza, v. 16, e16015, 2017.

MONTEIRO, M. A. M. **O Programa Minha Casa Minha Vida: o processo de desterritorialização de Acari a Cosmos e rebatimentos na apropriação e pertencimento dos beneficiários**. 2016.

MONTEIRO, R. S.; NÓBREGA, A. L.; ALVES, R. M.; DO NASCIMENTO, M. J. C. Acessibilidade dos empreendimentos do PMCMV ao transporte público no Rio de Janeiro. **Revista De Engenharia e Tecnologia**, v. 10, n. 2, p. 88-102, 2018.

MOREIRA, V. D. S.; SILVEIRA, S. D. F. R.; EUCLYDES, F. M. **Minha casa, minha vida. Números: quais conclusões podemos extrair**. João Pessoa, 2017.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. **Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais**, 2011.

MOURA, G. G.; SOARES, B. R. Considerações sobre as políticas habitacionais brasileiras. In: VIII Encuentro de Geógrafos de America Latina, 2001, Santiago de Chile. **Anais...** 2001. v. 1. p. 1-10.

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; DA CUNHA, J. A. C. Um estudo sobre as características do método Delphi e de grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, v. 6, n. 1, p. 9-24, 2013.

NETO, P. N.; MOREIRA, T. A.; SCHUSSEL, Z. G. L. Conceitos divergentes para políticas convergentes. Descompassos entre a Política Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa, Minha Vida. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 14, n. 1, p. 85-98, 2012.

NEVES, Leandro Roberto. Mutuário, Figurino e Protagonista: Uma Análise de Conjunto Habitacional Popular. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 4, 2007.

NOAL, E. B.; JANCZURA, R. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 157-169, jan./jul. 2011.

PESSOA, Thamires Machado. **Implantação do Programa Minha Casa Minha Vida nos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha: arranjos institucionais e condições de inserção urbana**. 2016.

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

PORTAL G1 CE. Moradores do Crato recebem 596 residências do 'Minha Casa'. **G1 CE**, 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/07/moradores-do-crato-recebem-596-residencias-do-minha-casa.html>> Acesso em: 01 dez. 2019.

RAMOS, J. S.; NOIA, A. C. A Construção de Políticas Públicas em Habitação e o Enfrentamento do Déficit Habitacional no Brasil: Uma Análise do Programa Minha Casa Minha Vida. **Unijuí**, ano 14, n. 33, 2016.

REDAÇÃO. Juazeiro recebe novos imóveis do Minha Casa, Minha Vida. **Diário do Nordeste**, 2019. Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/juazeiro-recebe-novos-imoveis-do-minha-casa-minha-vida-1.1051025>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

RODRIGUES, P.; BAETA, A. M. C.; GUIDINI, M. B. **Avaliação Ex-Post de Projetos de Pesquisa: uma análise nas Agências de Fomento em C,T&I**. Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, S. T. RODRIGUES, E. de. M. O direito socio-ambiental ao bem viver no contexto do constitucionalismo latino-americano: caminhos para o redimensionamento da ideia de dignidade e para a proteção da vida em geral. **JURIS-Revista da Faculdade de Direito**, v. 24, p. 209-230, 2015.

RUFINO, M. B. C. **Minha casa...e a cidade? Avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Letra Capital. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles.

SALES, C. B. Uma releitura do direito das coisas a partir do princípio da dignidade da pessoa humana: a concessão de uso especial para fins de moradia como instrumento de inclusão social. **Revista Judiciária do Paraná**, ano XIII, n. 15, p. 195-212, 2018.

SALLES, A. V. S. **Diretrizes para o espaço urbano público inibidor de delitos**. 2007. 134f. Dissertação (Dissertação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Brasília, 2007.

SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C. D.; MANTOVANELI JUNIOR, O.; QUINLAN, R. J.; ALCÂNTARA, L. C. S. Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. **Saude e Sociedade**. [online]. 2017, v.26, n.1, p.40-50.

SANTOS DE OLIVEIRA, Gabriel Anibal. A política habitacional no Brasil desde a criação do sistema financeiro da habitação até o programa Minha Casa Minha Vida, em cidades médias: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul-RS. **Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**, 2015.

SANTOS, J. M. **A história da Caixa Econômica Federal do Brasil e o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, p. 167-181, 2011.

SANTOS, M. E. P. D.; AFONSO, R. D. F.; RIBEIRO, S.; ROSSI, R. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o Direito à Moradia-a experiência dos Sem Teto em Salvador. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, p. 713-734, 2014.

SAPORINO, J. T. **Análise do Programa Minha Casa Minha Vida para empreendimentos voltados para famílias classificadas na faixa 1 do programa**. São Paulo, 2015.

SILVA, L. M. D. **O bem viver: uma experiência em comunidade indígena (Master's thesis, Universidade Tecnológica Federal do Paraná)**. 2019.

SILVA, J. A. **Comentário contextual à constituição**. São Paulo: Malheiros. 2006.

SILVA, M. L.; TOURINHO, H. L. Z. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cad. Metrop**, 2015, vol.17, n.34, pp.401-417.

SUESS, P. **Elementos para a busca do bem-viver –sumakkawsay - para todos e sempre**. 2014.

TORTOSA, José María. “Cambios de época en la lógica del ‘desarrollo’”. **Revista Ecuador Debate**, n.84, p. 117-134, CAAP. Quito, 2011.

VALADARES, Lícia do Prado. **Banco Nacional da Habitação (BNH)**. Atualização de Andrea Ribeiro Hoffmann.[On-line]. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>>. Acesso em: 01 fev. 2020.

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SoCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

WAINER, Jacques et al. Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação. **Atualização em informática**, v. 1, p. 221-262, 2007.

ZACCARA, S. M. L. S.; MASTRODI, J. O que é o objeto “moradia” do Programa Minha Casa, Minha Vida? **Revista de Direito da Cidade**, v. 8, n. 3, p. 859-885, 2016.

ZAPELINI, M. B.; LIMA, J. G.; GUEDES, M. C. Evolução da Política Habitacional no Brasil (1967–2014): Uma Análise de Equilíbrio Pontuado. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 6, n. 3, 2017.

ANEXO A –QUESTIONÁRIO

Conjunto Habitacional: _____

Cidade: _____ N° da residência: _____

Entrevistado(a) _____

PERFIL SOCIECONOMICO

01)Quantas pessoas moram em sua residência ? _____

02) Em qual cidade/estado você nasceu? _____

03)Onde você morava antes desta residência? _____

04) Onde seus pais moram/moravam? _____

05) Onde seus avós moram/moravam? _____

06)Desde quando você mora nessa unidade do Minha Casa Minha Vida? _____

07) Antes do Minha Casa Minha Vida qual era seu tipo de moradia?

Própria

Alugada

Cedida

Outros _____

08) Por que motivo você veio morar neste conjunto habitacional?

Porque onde morava não tinha infraestrutura adequada

Porque não gostava de onde morava

Porque queria ter uma casa própria (morava em casa cedida).

Para sair do aluguel

Outros _____

09) Em relação ao financiamento da casa/imóvel adquirido:

a) Valor financiado: _____

b) Tempo de financiamento: _____

c) Valor da Prestação: _____

10) Acha caro o valor da prestação?

Sim

Não

11) Se não fosse o Programa habitacional MCMV você teria condições de comprar outra casa/apartamento/imóvel?

Sim

Não

12) A renda familiar mensal é fixa?

Sim

Não

13) Dentre seus gastos, algum aumentou depois que veio morar aqui?

Energia

Água

Transporte

Outros

14) Quantos vocês gastam por mês com:

Água R\$ _____

Energia R\$ _____

Transporte R\$ _____

Gás R\$ _____

Alimentação R\$ _____

Educação R\$ _____

Saúde R\$ _____

Outros R\$ _____

15) A sua casa é bem iluminada?

Sim

Mais ou Menos

Não

16) Durante o dia, você precisa ligar alguma lâmpada para usar esses ambientes:

sala

quarto

cozinha

banheiro

outros _____

17) A sua casa é muito quente?

- Sim
- Mais ou Menos
- Não

18) Durante o dia, com janelas abertas, você precisa ligar ventilador nesses ambientes?

- sala
- quarto
- cozinha () banheiro
- outros _____

19) Os cômodos de sua casa são bem distribuídos?

- Sim
- Mais ou Menos
- Não

20) Se pudesse aumentar um cômodo da casa, qual você aumentaria?

- sala
- quarto
- cozinha
- banheiro
- outros _____

21) Considera sua casa pequena?

- Sim () Mais ou Menos () Não

22) Em sua casa, você já recebeu visitas de:

- Agente de Saúde
- Agente de Endemias
- Assistente Social
- Outros _____

23) Qual o nível de satisfação com sua residência?

- Muito Satisfeito
- Satisfeito () Indiferente
- Insatisfeito
- Muito Insatisfeito

24) Mudar para essa nova moradia fez minha vida melhorar?

- Sim
- Não

25) Pretende mudar dessa moradia, para uma outra casa, nos próximos meses?

Não

Sim _____

26) Você participa de algum tipo de movimento social?

Se sim qual ? _____

27) Você participa de alguma atividade religiosa

Não

Sim

TERRITORIAL

28) Você está satisfeito com a vizinhança?

Sim

Mais ou Menos

Não

29) Em relação ao transporte, vocês têm algum transporte próprio?

Carro ___

Moto ___

Bicicleta ___

Outros

30) Qual o tipo de transporte existente no bairro?

ônibus

topique

moto-táxi

31) Em relação a distância entre a sua casa e alguns estabelecimentos e a maneira como você chega até os lugares:

Local	Distância	Transporte	O tempo para chegar ao local:

Trabalho	<input type="checkbox"/> Perto <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Longe <input type="checkbox"/> Muito Longe	<input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Topique <input type="checkbox"/> A pé	<input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Diminuiu
Escola Universidade	<input type="checkbox"/> Perto <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Longe <input type="checkbox"/> Muito Longe	<input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Topique <input type="checkbox"/> A pé	<input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Diminuiu
Hospital	<input type="checkbox"/> Perto <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Longe <input type="checkbox"/> Muito Longe	<input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Topique <input type="checkbox"/> A pé	<input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Diminuiu
Farmácia	<input type="checkbox"/> Perto <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Longe <input type="checkbox"/> Muito Longe	<input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Topique <input type="checkbox"/> A pé	<input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Diminuiu
Posto de Saúde	<input type="checkbox"/> Perto <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Longe <input type="checkbox"/> Muito Longe	<input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Topique <input type="checkbox"/> A pé	<input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Diminuiu
Comércio/ Centro da Cidade	<input type="checkbox"/> Perto <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Longe <input type="checkbox"/> Muito Longe	<input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Topique <input type="checkbox"/> A pé	<input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Diminuiu
Mercantil	<input type="checkbox"/> Perto <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Longe <input type="checkbox"/> Muito Longe	<input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Topique <input type="checkbox"/> A pé	<input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Diminuiu

Outros	<input type="checkbox"/> Perto <input type="checkbox"/> Razoável <input type="checkbox"/> Longe <input type="checkbox"/> Muito Longe	<input type="checkbox"/> Carro <input type="checkbox"/> Ônibus <input type="checkbox"/> Moto <input type="checkbox"/> Topique <input type="checkbox"/> A pé	<input type="checkbox"/> Aumentou <input type="checkbox"/> Diminuiu
--------	---	---	--

OBS:Para DISTÂNCIA considerar: PERTO: consigo ir caminhando; RAZOÁVEL: posso ir caminhando, mas demorei mais de 15 min; LONGE: preciso de algum transporte ou mais de uma hora caminhando; MUITO LONGE: preciso de algum transporte

32) Qual a frequência com que os ônibus passam próximo a sua casa?

- não passa ônibus
- menos de 15 min
- entre 15min e 30min
- entre 30min e 1 hora
- mais de 1 hora
- não sei informar

33) Qual a frequência com que as topiques passam próximo a sua casa?

- não passa topique
- menos de 15 min
- entre 15min e 30min
- entre 30min e 1 hora
- mais de 1 hora
- não sei informar

34) Você se sente seguro(a) morando aqui?

- Sim
- Não _____

O Conjunto Habitacional tem áreas verdes?

Sim

Não

35) Existe algum lugar (terreno vazio) que você considere perigoso?

Sim

Não

36) Qual a frequência da coleta de lixo?

1x por semana

2x por semana

3x por semana

nenhuma

37) O condomínio tem em área de lazer para as crianças brincarem?

Sim

Mais ou Menos

Não 50

38) É difícil conseguir vaga em uma escola próxima?

Sim

Mais ou Menos

Não

39) Aqui no bairro tem problema com violência?

Sim

Mais ou Menos

Não

40) A iluminação pública é adequada?

Sim

Mais ou Menos

Não

41) O serviço dos correios é eficiente?

Sim

Mais ou Menos

Não

43) Existe telefone público no Conjunto Habitacional?

Não

Sim _____

44) O sinal das operadoras de telefonia móvel é bom?

Sim

Mais ou Menos

Não

45) O que você acha que o poder público poderia proporcionar para vocês? O que está faltando no seu bairro?

Escola

Sim

Não Respondeu

Posto De Saúde

Escola

Sim

Não Respondeu

Lazer (Atividades)

Escola

Sim

Não Respondeu

Segurança

Escola

Sim

Não Respondeu

Asfaltamento

Escola

Sim

Não Respondeu

Saneamento

Escola

Sim

Não Respondeu

Tefelone Público

Escola

Sim

Não Respondeu

Correio

Escola

Sim

Não Respondeu

Iluminação Pública

Escola

Sim

Não Respondeu

Agente De Saúde

Escola

Sim

Não Respondeu

Mercado

Escola

Sim

Não Respondeu

Transporte

Escola

Sim

Não Respondeu

Emprego

Escola

Sim

Não Respondeu

Farmácia

Escola

Sim

Não Respondeu